

ESTADO DA GOIÁS
DIAGNÓSTICO PRELIMINAR
SECTOR DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

VOLUME II

Documento interno, sujeito a
revisão e aprovação.

Não poderá ser divulgado ou ci-
tado sem autorização de EPEA.

Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA)
Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica

Julho de 1966

9 - EDUCAÇÃO E SAÚDE

9.1 - Educação

A educação, de modo análogo à saúde, está ligada ao desenvolvimento social.

A rede de instituições educacionais, pelo seu número e diversificação e pelo conteúdo da educação que proporciona, reflete o estágio de desenvolvimento, o grau de complexidade e diferenciação, a divisão de trabalho, o grau de racionalidade e de democracia atingidos pela comunidade.

A evolução demográfica como se vem verificando na Guanabara, traz para o campo educacional, dois elementos fundamentais: o aumento constante da população escolarizável e a tendência, cada vez maior, para a concentração na área urbana.

Tal evolução representa a necessidade de um aumento constante da capacidade da rede de ensino. É necessário, igualmente, que essa rede seja suficientemente dinâmica para atender aos diferentes índices de crescimento.

O quadro 9.1.1. mostra a evolução da população escolarizada (matrícula geral) segundo os três níveis de ensino, bem como o conjunto de habitantes, no Estado da Guanabara.

(Ver QUADRO 9.1.1 na página a seguir)

GUANABARA

POPULAÇÃO E MATRÍCULA GERAL EM NÚMEROS ABSOLUTOS, ÍNDICES E PORCENTAGENS, NOS TRÊS NÍVEIS DE ENSINO
1952-55-58-61-64

ANOS	POPULAÇÃO			PRIMÁRIO			MÉDIO			SUPERIOR			TOTAL		
	Números absolutos	Índices (1952=100)	%	Números absolutos	Índices (1952=100)	%	Números absolutos	Índices (1952=100)	%	Números absolutos	Índices (1952=100)	%	Números absolutos	Índices (1952=100)	%
1952	2 526 000	100,0	100,0	298 269	100,0	11,8	81 165	100,0	3,2	13 394	100,0	0,5	392 828	100,0	15,5
1955	2 767 000	109,5	100,0	389 534	130,6	14,1	95 379	117,5	3,4	16 887	126,1	0,6	501 800	127,7	18,1
1958	3 031 000	120,0	100,0	404 629	135,7	13,4	115 410	142,2	3,8	19 035	142,1	0,6	539 074	137,2	17,8
1961	3 307 000	130,9	100,0	516 901	173,3	15,6	144 490	178,0	4,4	18 271	136,4	0,6	679 662	173,0	20,6
1964	3 740 000	148,1	100,0	522 232	175,1	14,0	205 878	253,7	5,5	22 512	168,1	0,6	750 622	191,1	20,1

FONTES: SEEC - Síntese Estatística do Ensino Médio
Síntese Estatística do Ensino Superior
Anuário Estatístico do Brasil

O Quadro 9.1.1 evidencia, no período em análise, uma tendência crescente da parcela estudantil da população.

A população matriculada nos três níveis de ensino teve sua participação, em relação ao total dos habitantes do Estado, acrescida de 15,6% em 1952, para 20,1% em 1964. Os decréscimos nos períodos de 1955/58 e 1961/64, ambos pequenos, ocorreram com a diminuição da proporção das matrículas no ensino primário e, em parte, contrabalançada pelo acréscimo da proporção correspondente ao ensino médio que cresceu em todo o período citado. Quanto ao ensino superior, manteve sua proporção praticamente constante, a partir de 1955.

O crescimento das matrículas, no período em tela, foi superior ao da população nos três níveis de ensino. A matrícula geral cresceu, em todo o período, de 75,1%, 153,7% e 68,1%, respectivamente, nos cursos primário, médio e superior, enquanto a população aumentou de apenas 48,1%.

Verifica-se, portanto, grande disparidade entre os incrementos do ensino primário e médio. Dos 23.309 concluintes do curso primário, em 1954, matricularam-se no primeiro ano do curso médio, no ano seguinte, 22.462, havendo, portanto, 847 excedentes. Este número veio decrescendo até o ano de 1957, quando alcançou a apenas 81 excedentes e já no ano seguinte se matricularam 30.296 alunos no primeiro ano do curso médio enquanto somente 28.362 haviam concluído o curso primário no ano anterior. Foram atendidos, nesse ano, portanto, ... 1934 excedentes de anos anteriores. A partir de 1959, o número de matrículas voltou a ser inferior às conclusões, mas já agora apresentando tendência crescente até o ano de 1961, quando os excedentes atingiram a 8.057. No ano seguinte, o número de excedentes caiu para 4.252 e, em 1963, tinham um saldo favorável às matrículas, de 2.019 alunos.

Ao contrário do que vem ocorrendo no ensino médio, o número de excedentes no ensino superior tende a crescer, tendo alcançado, em 1963, à 1.734.

Convém notar que o número de candidatos não aproveitados nos estabelecimentos de ensino superior, é bem maior que o valor acima, pois são recebidos, anualmente, na

Guanabara, inúmeros candidatos originários de outros Estados da Federação.

9.1.1 - Ensino Primário

Segundo o recenseamento escolar do Estado, realizado em 1965, a Guanabara possuía uma população de 712.567 menores na faixa de 5 a 14 anos de idade. A população escolarizada representava 82,1% do total acima. Portanto, 17,9% da população recenseada não frequentava escola, sendo que 13,7% estavam abaixo da idade escolar obrigatória (5 e 6 anos); 1,3% constituíam casos alegados de isenção da obrigatoriedade escolar (menores deficientes e pobreza extrema); 0,7% eram portadores de certificado de conclusão do curso primário; 2,2% encontravam-se na faixa de obrigatoriedade e ainda não haviam concluído o curso primário.

Não havia deficit escolar no Estado, no ano considerado, verificando-se 25.521 vagas nas escolas primárias oficiais para 15.417 menores na faixa de obrigatoriedade.

9.1.2 - Ensino Médio

No Brasil, em geral, o ensino médio tem-se apresentado, sobretudo, sob a forma de ensino secundário, com uma função eminentemente propedêutica, em relação ao ensino superior.

Trata-se de um ensino controlado pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, com uma organização, curriculum e programas rígidos e uniformes.

No lado do ensino secundário, surgiram, no País, o comercial, também da alçada federal, e o normal administrados pelos Estados; e em escala menor, o industrial e o agrícola.

Na Guanabara, a estrutura do ensino médio evoluiu, no período 1952/64, segundo a tabela constante do quadro 9.1.2.

(Ver QUADRO 9.1.2 na página a seguir)

QUADRO 9.1.2

G U A N Á B A R A
 ENSINO MÉDIO - MATRÍCULA
 POR CICLO E CURSO
 1952-55-58-61-64

CICLOS E CURSOS	1952		1955		1958		1961		1964	
	Matrícula inicial		Matrícula inicial		Matrícula inicial		Matrícula inicial		Matrícula inicial	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1º Ciclo	59 742	73,6	70 093	73,5	86 025	74,6	110 647	76,5	155 623	75,6
Ginasial	52 956	65,2	62 561	65,6	75 843	65,8	100 032	69,1	135 396	65,8
Comercial	5 666	7,0	6 043	6,3	8 306	7,2	8 776	6,1	12 607	6,1
Industrial	1 120	1,4	1 489	1,6	1 876	1,6	1 839	1,3	7 620	3,7
Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º Ciclo	21 423	26,4	25 286	26,5	29 385	25,4	33 843	23,5	50 255	24,4
Colegial	13 955	17,2	16 816	17,6	18 154	15,7	21 656	15,0	28 593	13,9
Comercial	4 882	6,0	5 545	5,8	6 398	5,5	6 933	4,8	10 458	5,1
Industrial	532	0,7	621	0,7	836	0,7	1 093	0,8	3 119	1,5
Agrícola	50	0,0	110	0,1	120	0,1	93	0,1	-	-
Normal	2 004	2,5	2 194	2,3	3 877	3,4	4 068	2,8	8 085	3,9
TOTAL GERAL	81 165	100,0	95 379	100,0	115 410	100,0	144 490	100,0	205 878	100,0

A exemplo do que ocorre nos demais Estados da Federação, o curso secundário predomina em relação aos demais ramos do ensino médio. Sua participação no total de matrícula do curso médio oscila, no período 1952/64, de um mínimo de 80% em 1964 a um máximo de 84% ocorrido em 1961.

O número de matrículas no primeiro ciclo médio predomina sobre as do segundo, com participação, em todo período considerado, superior a 73%.

Vale ressaltar, aos algarismos constantes do quadro 9.1.2, o importante incremento sofrido no período 1961/64, com as matrículas no curso industrial, nos dois ciclos. No primeiro ciclo, passou de uma participação de 1,3%, em 1961, para 3,7% em 1964 e no segundo, de 0,8% para 1,5%, respectivamente.

Merece citação, ainda, o acréscimo ocorrido nas matrículas do curso normal - este consistindo, apenas, do segundo ciclo - no período 1961/64.

Nota-se, portanto, uma ligeira modificação na estrutura do primeiro ciclo, ao compararmos a composição das matrículas nos anos de 1961 e 1964, com o ensino ginásial dando lugar ao industrial; já no segundo ciclo, esta mudança estrutural se apresenta entre 1955 e 1958, sendo que neste último ano, o curso colegial tem sua participação diminuída em favor do ensino normal e, a partir de 1961, em favor deste e do ensino industrial.

Quanto a evasão escolar, o quadro a seguir nos dá uma idéia de sua importância no curso secundário.

(Ver QUADRO 9.1.3 na página a seguir)

QUADRO 9.1.3

GUANABARA

ESCOLA SECUNDÁRIA

EVASÃO ESCOLAR

1954/64

MATRÍCULA GERAL

ANOS	1º Ciclo							2º Ciclo					
	1ª Série	2ª Série	% sôbre a 1ª Série de 1 ano passado	3ª Série	% sôbre a 1ª Série de 2 anos passados	4ª Série	% sôbre a 1ª Série de 3 anos passados	1ª Série	% sôbre a 1ª Série do 1º Ciclo de 4 anos passados	2ª Série	% sôbre a 1ª Série do 1º Ciclo de 5 anos passados	3ª Série	% sôbre a 1ª Série do 1º Ciclo de 6 anos passados
1954	18 917	16 026	-	12 983	-	10 448	-	6 691	-	4 776	-	4 157	-
1955	19 344	16 106	85,1	13 494	-	11 330	-	6 658	-	4 767	-	3 987	-
1956	21 683	17 109	88,4	13 342	70,5	11 430	-	6 911	-	4 998	-	4 124	-
1957	24 483	18 973	87,5	14 027	72,5	12 018	63,5	7 778	-	5 358	-	4 588	-
1958	26 576	21 146	86,4	15 874	73,2	12 247	64,7	8 120	42,9	5 511	-	4 523	-
1959	27 477	24 329	91,5	17 973	73,4	13 352	61,6	8 251	42,7	5 834	30,8	4 890	-
1960	29 090	24 058	87,6	18 948	71,3	14 623	59,7	8 968	41,4	6 083	31,4	4 902	25,9
1961	33 551	28 235	97,1	20 863	75,9	17 383	65,0	9 938	40,6	6 552	30,2	5 166	26,7
1962	40 014	30 044	89,5	23 862	82,0	18 476	67,2	10 577	39,8	7 094	29,0	5 804	26,8
1963	45 887	34 218	85,5	25 885	77,2	21 294	73,2	12 531	45,6	8 353	31,4	6 807	27,8
1964	48 745	36 439	79,4	28 763	71,9	21 449	63,9	13 040	44,8	8 523	31,0	7 030	26,5

Examinando-se os números acima podemos constatar que a evasão escolar vinha diminuindo, embora de modo pouco significativo, até o ano de 1963. Uma turma que iniciasse o curso secundário em 1964, se reduziria, ao fim do curso, em 25,9% do grupo inicial. Esta taxa chegou a alcançar, em 1963, a 27,8%, havendo, portanto, uma ligeira melhora. Contudo, já, no ano seguinte, a percentagem descia para 26,5%. A evasão se agrava, se considerarmos os cursos primários e médio, quando apenas 85 alunos de cada 1.000 matriculados no primeiro ano primário, conseguem terminar os estudos médios (a média para o Brasil é de 35 em 1.000).

Em 1964, a Guanabara possuía 205.878 estudantes matriculados nos 571 estabelecimentos de ensino médio existentes no Estado: 115.354 nos 445 estabelecimentos particulares e 90.537 nos 126 educandários públicos.

Quanto ao número de professores lecionando no ensino médio, é mostrado na tabela constante do quadro 9.1.4, bem como a relação aluno/professor, nos seus diversos ramos.

(Ver QUADRO 9.1.4 na página a seguir)

QUADRO 9.1.4
G U A N A B A R A
CORPOS DOCENTE E DISCENTE
NO ENSINO MÉDIO
1952/63

ANOS	SECUNDÁRIO			COMERCIAL			NORMAL			INDUSTRIAL			AGRÍCOLA			TOTAL			
	Corpo discente	Corpo docente	Alunos/profes.	Corpo discente	Corpo docente	Alunos/profes.	Corpo discente	Corpo docente	Alunos/profes.	Corpo discente	Corpo docente	Alunos/profes.	Corpo discente	Corpo docente	Alunos/profes.	Corpo discente	Corpo docente	Alunos/profes.	
1954	73 364	5 738	13	12 426	1 309	9	2 919	...	1 537	841	2	36	24	2	90 282	...	7 908	...	12
1955	79 377	6 205	13	11 588	987	12	2 194	256	2 002	430	5	110	30	4	95 379	...	7 908	...	12
1956	79 125	6 303	13	13 427	1 028	13	2 552	...	2 401	744	3	56	29	2	97 561	...	7 908	...	12
1957	87 235	6 692	13	13 743	1 015	14	3 804	289	2 416	854	3	32	16	2	107 230	...	8 866	...	12
1958	93 997	6 837	14	14 704	1 127	13	3 877	373	2 712	882	3	120	24	5	115 410	...	9 243	...	12
1959	102 206	7 339	14	14 678	1 248	12	3 962	415	2 869	865	3	117	24	5	123 832	...	9 927	...	12
1960	106 672	8 057	13	13 895	1 104	13	4 035	522	2 809	870	3	141	24	6	127 552	...	10 577	...	12
1961	121 688	8 752	14	15 709	1 094	14	4 068	482	2 932	706	4	93	24	4	144 490	...	11 058	...	13
1962	135 871	9 700	14	17 713	1 232	14	5 954	603	3 621	659	5	75	24	3	163 234	...	12 218	...	13
1963	154 795	10 274	15	21 628	1 381	16	6 732	680	8 073	1 176	7	-	-	-	191 228	...	13 511	...	14

Observa-se que a relação aluno/professor oscila nos 10 anos considerados, em todos os ramos do ensino médio, apresentando para o total, contudo, um valor constante no período 1952/60 e ligeiros acréscimos em 1961/1963.

Vale a pena ressaltar, a melhora ocorrida na proporção de alunos por professor para o ensino industrial, que da relação de um professor para cada dois alunos, em 1961, chegou a um para sete, em 1963.

O ensino agrícola que, juntamente com o industrial, se apresenta com a mais baixa relação, deixou de ser ministrado no Estado a partir de 1963.

9.1.3 - Ensino superior

O quadro 9.1.5 fornece algumas características do ensino superior na Guanabara, no ano de 1963.

(Ver QUADRO 9.1.5 na página a seguir)

QUADRO 9.1.5

GUAMABARA

Algumas características do ensino superior

1963

CURSOS	Nº DE CURSOS	MATRÍCULA GERAL	CONCLUSÕES	CORPO DOCENTE	RELAÇÃO ALUNOS/PROFESSORES
Direito	6	4 904	777	184	26,7
Filosofia	67	3 994	754	1 211	3,3
Engenharia	13	3 208	330	1 302	2,5
Medicina	3	2 527	367	294	3,6
Economia	7	1 643	208	206	8,0
Arquitetura	1	692	87	127	5,5
Artístico	27	682	100	307	2,2
Serviço Social	5	478	98	123	3,9
Jornalismo	2	292	29	49	6,0
Administração	1	230	22	44	5,2
Odontologia	1	224	55	74	3,0
Nutrição	3	195	31	54	3,6
Estatística	1	193	15	24	8,0
Enfermagem	4	190	78	157	1,2
Educação Física	1	182	47	65	2,8
Farmácia	1	137	30	45	3,0
Outros	16	990	198	216	4,6
TOTAL	159	20 761	3 226	4 552	4,6

Fonte: Sinopse Estatística do Ensino Superior.

Digno de registro é o fato da Guanabara possuir apenas um curso de odontologia, que, em 1963, formou 55 dentistas. Outro fato relevante é o número, também escasso, de cursos de farmácia (um curso formando, em 1963, 30 farmacêuticos) e de arquitetura (um curso formando 87 arquitetos).

Em relação ao número de alunos matriculados, destacam-se, em ordem decrescente, os cursos de direito, com 4.903 alunos; filosofia, com 3.994; engenharia, com 3.208; medicina, com 2.527; economia, com 1.643; e outros com menos de 700 estudantes. Estes cursos matricularam no ano considerado 78,4% do total de matrículas no ensino superior.

É interessante notar, ainda, que a ordem dos cursos segundo a matrícula não é a mesma que se obteria se o critério fôsse as conclusões. Em medicina, por exemplo, embora o número de alunos matriculados seja inferior àqueles matriculados em engenharia, forma um número de profissionais superior à última.

Quanto a relação aluno/professor, esta se apresenta em nível mais baixo no curso de enfermagem, quando chegamos ao cúmulo de haver, praticamente, um professor para cada aluno. As maiores relações se apresentam de direito (26,7), medicina (8,6), estatística (8,0) e economia (8,0). Para a totalidade do ensino superior, temos uma média de 4,6 alunos por professor.

9.2 - Saúde

A insuficiência das estatísticas brasileiras, no que se refere à saúde, não nos permite uma análise mais geral sobre o nível sanitário da população carioca. Praticamente, só se dispõe de dados sobre a rede hospitalar e para-hospitalar, assim mesmo, de modo bastante precário.

Devido à sua condição "sui-generis" de cidade-estado, a Guanabara apresenta índices de assistência médica que podem ser considerados bastante satisfatórios. O tamanho de seu território, muito contribuiu para os descolamentos da população, facilitando, dessa forma, ampla assistência médica. Além disso, o nível de renda da cidade possibilita a existência de uma rede hospitalar mantida pela iniciativa privada,

QUADRO 9,2.1

GUANABARA

Número de hospitais, segundo a entidade mantenedora
1962

ENTIDADE MANTENEDORA	NÚMERO DE HOSPITAIS	% DO TOTAL
Oficial	64	36,6
Federal	24	13,7
Estadual	33	18,9
Paraestatal	7	4,0
Particular	111	63,4
Total	175	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil.

Em 1962, a Guanabara possuía 175 hospitais, 111 dos quais pertenciam a particulares; portanto, 63,4% dos hospitais cariocas eram mantidos pela iniciativa privada.

O mesmo se dava em relação aos estabelecimentos para-hospitalares, dos quais 70% pertenciam a entidades particulares.

QUADRO 9.2.2

GUANABARA

Número de estabelecimentos para-hospitalares,
segundo a entidade mantenedora - 1962

ENTIDADE MANTENEDORA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PARA-HOSPITALARES	% DO TOTAL
Oficial	60	30,0
Federal	20	10,0
Estadual	17	8,5
Paraestatal	23	11,5
Particular	110	70,0
Total	200	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil.

No mesmo ano, a população da Guanabara dispunha de 31.196 leitos nos seus hospitais, o que corresponde a 8,8 leitos por 1.000 habitantes.

QUADRO 9.2.3

GUANABARA

Número de leitos nos hospitais, segundo a finalidade
1962

FINALIDADE	NÚMERO DE LETOS	% DO TOTAL
Geral	4.271	13,7
Cirurgia	4.966	15,9
Traumatologia e Ortopedia	1.835	5,9
Obstetricia e Ginecologia	2.545	8,2
Doenças transmissíveis agudas	265	0,8
Pediatria	984	3,2
Neuro-psiquiatria	8.094	25,9
Tuberculose	5.177	16,6
Leprosia	855	2,7
Câncer	502	1,6
Outras especializações	1.702	5,5
TOTAL	31.196	100,0
Número de berços	1.955	-

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil.

O Quadro 9.2.3 permite verificar que a taxa de 8,8 leitos por mil habitantes, que pode ser considerada como muito boa, não representa a situação exata da assistência hospitalar. Levando-se em conta que a quase totalidade dos ... 8.094 leitos destinados à neuro-psiquiatria se referem a asilos de alienados, o que representa mais um depósito de doentes mentais do que um verdadeiro hospital, obteremos uma taxa de 6,5 leitos que, ainda assim, pode ser considerada como bastante satisfatória.

quanto ao pessoal em atividade nos hospitais, a tabela a seguir apresenta a situação existente em 1962.

QUADRO 9.2.4

JUANAÉARA

Pessoal em atividade nos hospitais

1962

PESSOAL EM ATIVIDADE	NÚMERO	% DO TOTAL
Médicos	4.686	42,1
Dietista	106	0,9
Farmacêuticos	90	0,8
Dentistas	290	2,6
Assistentes Sociais	203	1,8
Técnicos de Laboratório	383	3,4
Técnicos operadores de Raio X	270	2,4
Auxiliares de Raio X	95	0,9
Enfermeiras Diplomadas	1.826	16,3
Auxiliares de Enfermagem	3.220	28,8
TOTAL	11.169	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil.

O Quadro 9.2.4 mostra uma alta participação dos médicos (42,1%) no total do pessoal em atividade nos hospitais. Verifica-se, portanto, que no ano focalizado, havia nos hospitais cariocas, um médico para 6,7 leitos. Essa relação, contudo, deve ser tomada com reservas, devido ao fato, bastante conhecido, de que a maioria dos médicos trabalham em dois, três e até mais hospitais, dividindo entre eles seu tempo disponível na semana.

Apresentamos, a seguir, um quadro demonstrativo da situação nos estabelecimentos para-hospitalar, com relação à estrutura do seu pessoal.

QUADRO 9.2.5

GUANABARA

Pessoal em atividade nos estabelecimentos para-hospitalares

1962

PESSOAL EM ATIVIDADE	NÚMERO	% DO TOTAL
Médicos	2.224	51,6
Dietistas	22	0,5
Farmacêuticos	36	0,8
Dentistas	486	11,3
Assistentes sociais	152	3,5
Técnicos de Laboratório	101	2,3
Técnicos operadores de Raio-X	78	1,8
Auxiliares de Raio-X	61	1,4
Enfermeiros Diplomados	307	7,1
Auxiliares de Enfermagem	851	19,7
TOTAL	4.318	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil

De modo geral, podemos dizer que a assistência médica no Estado é bastante satisfatória. O número de médicos existentes na Guanabara cresce de ano para ano, inclusive a uma taxa superior ao crescimento da população, como pode ser demonstrado pela relação entre o número de médicos e a população, apresentado no quadro abaixo, para o período 1959/65.

QUADRO 9.2.6

GUANABARA

Número de habitantes por médico

1959/1965

ANOS	Nº DE MÉDICOS	POPULAÇÃO	MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES
1959	5.846	3.199.594	1,8
1960	6.402	3.307.163	1,9
1961	7.304	3.416.209	2,1
1962	8.835	3.529.037	2,5
1963	9.675	3.645.495	2,7
1964	10.439	3.769.731	2,8
1965	11.080	3.894.132	2,8

Fonte: Conselho Regional de Medicina.

Existiam no Estado, portanto, 2,8 médicos por 1.000 habitantes, no ano de 1965 - valor bem superior ao considerado bom, que é de um médico para cada mil habitantes.

10 - ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS

Sendo o setor terciário a grande fonte geradora de renda do Estado e correspondendo ao sub-setor govêrno, pa pel de importância na contribuição dêsse setor, sendo ape nas superado pela participação do comércio, a análise de seu comportamento na economia da Guanabara se reveste de grande importância.

Dividiu-se o estudo da atuação governamental na análise de suas duas componentes principais: despesa e re ceita. Na análise da primeira, deu-se grande ênfase aos investimentos, fazendo-se, apenas, alguns comentários sô bre as despesas de custeio. Quanto à segunda, focalizou-se, unicamente, a receita tributária, dada sua alta parti cipação na arrecadação governamental, tanto federal, como estadual, conforme pode ser verificado no quadro 10.1.

QUADRO 10.1

GUANABARA

Receita arrecadada pelas Administrações
Estadual e Federal, segundo as Rubricas
1954 - 1958 - 1963

ESPECIFICAÇÕES	1 9 5 4		1 9 5 8		1 9 6 3	
	Cr\$ milhões	% do Total	Cr\$ milhões	% do Total	Cr\$ milhões	% do Total
<u>E S T A D U A L</u>						
Ordinária	4.446,5	83,9	14.628,0	89,7	100.262,7	89,6
Tributária	4.206,5	79,4	14.166,4	86,9	90.166,4	80,5
Patrimonial	67,0	1,2	135,2	0,8	505,4	0,5
Industrial	163,5	3,1	311,8	1,9	6.114,4	5,5
Outras	9,5	0,2	14,6	0,1	3.476,5	3,1
Extraordinária	850,1	16,1	1.674,1	10,3	11.637,9	10,4
TOTAL	5.296,6	100,0	16.302,1	100,0	111.900,6	100,0
<u>F E D E R A L</u>						
Ordinária	33.727,8	91,0	36.716,1	95,2	189.416,1	89,5
Tributária	27.627,0	74,6	29.427,8	76,3	187.807,8	88,8
Patrimonial	1.350,0	3,6	3.164,3	8,2	91,3	0,0
Industrial	1.344,9	3,6	2.073,5	5,4	18,1	0,0
Outras	3.405,9	9,2	2.050,5	5,3	1.498,9	0,7
Extraordinária	3.329,4	9,0	1.860,6	4,8	22.310,1	10,5
TOTAL	37.057,2	100,0	38.576,7	100,0	211.726,3	100,0

Fonte: Secretaria de Finanças do Estado da Guanabara e Contadô ria Geral da Republica.

10.1 - Aspectos Gerais da Evolução da Despesa Estadual

(1)

A despesa pública do Estado da Guanabara somava, em 1960, cêrca de 31 bilhões de cruzeiros. Neste montante estão computados 2.673 milhões de cruzeiros relativos ao crédito especial de 3 bilhões, concedido pelo governo federal à Guanabara, com base na Lei 3.808, de 1ª de setembro de 1960 (Ver Quadro I).

Só essa ajuda (afora outras), recebida e aplicada no período do governo provisório, correspondeu, portanto, a 10,6% dos dispêndios totais de custeio e investimentos realizados com os recursos do próprio Estado.

Mesmo mantendo essa parcela adicional, que de fato distorce o resultado do confronto com os demais anos, nota-se uma excepcional progressão nas despesas estaduais. Entre 1960 e 1963 quintuplicou o seu valor.

Mas o indicador que melhor exprime a evolução das despesas públicas, em função de uma nova política fiscal (2) é, inegavelmente, o dispêndio em investimentos. Se do total de Cr\$ 9.458,5 milhões, investidos em 1960, excluir-se a parcela de 2.673 milhões, correspondente a ajuda federal consignada no já referido crédito especial e efetivamente utilizada, ter-se-á o montante de Cr\$ 6.786 milhões, que representa o valor dos investimentos do Estado. Note-se que os investimentos resultantes do crédito especial equivalem a 39% dos investimentos realizados com os recursos do governo estadual, e a cêrca de 28% do total das despesas de investimentos.

Com a eliminação da parcela proveniente do crédito especial, tem-se portanto, em 1960, a despesa pública total de 28.344 milhões de cruzeiros e o investimento global de 6.786 milhões.

(1) Síntese do trabalho "A despesa pública estadual da Guanabara" de autoria de Paulo A. M. Vellasco, publicado em Estudos Cariocas, nº 4.

(2) Entendida aqui não como política tributária, mas em seu conceito moderno: "conjunto de medidas financeiras sobre as despesas públicas, arrecadação tributária, etc., adotadas pelo Governo, objetivando influenciar a atividade econômica".

Comparando-se o crescimento verificado entre 1960 e 1963, constata-se que os investimentos aumentaram em mais de 7 vezes, enquanto que a despesa total, em 5,4 vezes.

A transposição do confronto para 1964, mesmo considerando o crédito especial concedido pelo governo federal em 1960, acentuará, de forma bem mais nítida, a diferença assinalada. Enquanto os dispêndios em investimentos expandiram-se, entre 1960 e 1964, de aproximadamente 12 vezes a despesa pública total acusa um acréscimo pouco superior a 10 vezes (Ver Quadro I). No mesmo período, as despesas totais de custeio incrementaram-se de 10 vezes e as de pessoal não chegaram a alcançar 11 vezes.

Seria interessante assinalar que o crescimento dos investimentos estaduais não é meramente nominal. Eliminando-se a distorção do efeito inflacionário, pode-se observar, ainda assim, sensíveis aumentos reais nos dispêndios de capital em 1963 e 1964 em confronto com os gastos de 1960.

Êsses acréscimos são tanto mais expressivos, quando se sabe que naquele ano cerca de 40% dos investimentos realizados pelo Estado resultaram da ajuda do Governo Federal ao Governo provisório da Guanabara.

O investimento global do Estado em 1964, tomado a preços de 1960: 16.988 milhões de cruzeiros, sobreleva em, aproximadamente, 80% o total aplicado pelo governo Estadual em 1960, com seus próprios recursos e com os provenientes da ajuda federal.

O crescimento real da despesa de custeio total entre 1960 e 1964 alcançou 53,7% e os gastos com o pessoal e levaram-se a 62,4%. Êsses valores são nitidamente inferiores ao incremento real da despesa de investimentos. Cresceu a participação do governo na formação de capital do Estado, quando os seus encargos de custeio tendiam a se expandir mais, pela circunstância de ser uma unidade da federação que ganhava autonomia e em consequência, tinha ampliado o seu campo de ação.

Apesar dos inúmeros serviços transferidos, da criação de novos serviços públicos, da expansão de serviços essenciais para a comunidade, como o continuado aumento da rede de escolas, postos de saúde, novos hospitais, etc., conseguiu o Governo despender, proporcionalmente menos, com a

máquina do Estado, o que lhe permitiu destinar progressivamente maiores parcelas de recursos para as despesas de capital. No quadro resumo abaixo, se inscrevem os valores que proporcionaram a análise dos parágrafos anteriores.

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DO GOVÉRNO ESTADUAL
A PREÇOS DE 1960
Em Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1960	1961	1962	1963	1964
INVESTIMENTOS	9.459 (1)	5.610	7.493	14.368	16.988
CUSTEIO TOTAL	18.478	18.516	23.955	25.707	28.415
CUSTEIO PESSOAL	14.986	15.088	20.232	21.270	24.345

(1) Inclui os realizados com os auxílios federais.

Há determinados detalhes que devem ser destacados na análise da evolução das despesas públicas no período 1961/64. Assim é que, entre 1961 e 1962, os dispêndios em investimentos cresceram proporcionalmente aos gastos com pessoal. Entre 1962 e 1963, os investimentos expandiram-se de mais de 3 vezes, ao passo, que as despesas de pessoal não chegaram sequer a duplicar. (Ver Quadro I).

De 1963 para 1964 os investimentos elevaram-se de 126,5% enquanto que, os dispêndios de pessoal, de 119,2% e o custeio total, de 111,7%. O ano de 1963 caracterizou-se de forma marcante pelo vulto dos empreendimentos básicos no Estado. Deu-se um verdadeiro "boom" de obras públicas, que prosseguiu em acentuado ritmo de 1964.

A magnitude da progressão das despesas de investimentos, em relação aos demais gastos públicos, é bem evidenciada pela sua participação crescente na formação da despesa total. Essa participação, que em 1961 representou 19,4%, crescia, em 1963, para cerca de 32,5%, e elevava-se, ainda, em 1964, para 34,7%. (Ver Quadro e Gráfico I).

O valor relativo de 1960 é bastante discrepante, em face dos investimentos realizados com o crédito especial do governo federal que, conforme já foi demonstrado, significou cerca de 40% do total investido com os recursos próprios do Governo Estadual.

Excluindo-se esse adicional, de caráter esporádico

co.e excepcional, ter-se-ia a despesa pública total de 28.344 milhões e o dispêndio de investimentos, no valor de 6.786 milhões de cruzeiros.

Nessa hipótese, a participação relativa dos investimentos sôbre a despesa total, alcança cêrca de 23,8%.

A aprovação do Plano de Classificação de Cargos-concedendo diversas melhorias aos servidores estaduais (- Lei 14, de 24 de outubro de 1960) provocou uma acentuada elevação nos encargos, de pessoal. Só o pagamento de inativos cresceu de 178%. Mas a repercussão da Lei 14 e da Lei 72 (de 1961), que vinculou os aumentos de pessoal à elevação dos níveis do salário mínimo, fez-se sentir violentamente no ano de 1962.

Naquêlê ano os gastos com pessoal mais do que duplicaram em relação a 1961, apesar das medidas efetivas disciplinadoras, adotadas pela administração, visando reorganizar o quadro de servidores e dar melhor adequação aos serviços.

Há que notar, contudo, que, até certo ponto, deveria ocorrer uma natural elevação das despesas com pessoal, dado que a expansão de inúmeros serviços (de que é exemplo a rêde escolar de nível primário e médio) e a criação de muitos outros, em decorrência da ampliação da competência do govêrno, não mais municipal, mas estadual, e com os encargos também daquela esfera.

A despesa de pessoal em 1961 totalizou 20 bilhões de cruzeiros; em 1962 alcançou 40.868 milhões. A sua participação percentual sôbre a despesa pública estadual em 1961 foi de 52,1% e em 1962 elevou-se para 56,8%. Ês-ses valores, é importante ressaltar, correspondem à despesa da administração direta e descentralizada, isto é, à despesa consolidada do Estado.

A partir de 1962, notam-se tendências opostas na evolução das duas principais categorias em que se subdividiu a despesa pública para efeito de análise. A despesa de custeio perde substância na composição da despesa total, caindo seu percentual de 67,3% em 1962, para 58,2% em 1963 e 58,1% em 1964. Em sentido inverso, os dispêndios em investimentos ampliaram sua participação na despesa pública estadual, passando de 21,0% em 1962 para 32,5%

em 1963 e 34,7% em 1964. No gráfico I pode-se apreciar esse aspecto.

Quanto aos outros gastos de custeio, observa-se um nítido decréscimo em sua participação na despesa global, a partir de 1961, quando contribuiu com 11,8%. Em 1963 foi apenas 8,3%. Na medida em que o Governo implementava as diretrizes de sua política de racionalização dos serviços públicos no Estado, obtinha a melhoria de sua produtividade e a conseqüente redução dos desperdícios.

Restaria ainda examinar, nessa visão geral, uma última categoria em que foi subdividida a despesa para efeito de estudo - as transferências.

As despesas de transferências, segundo a ótica da contabilidade social, são identificadas como as despesas que não ocasionam uma compensação econômica em bens e serviços prestados.

As dotações para os pagamentos dos inativos, as subvenções e auxílios para entidades públicas e privadas, as dotações destinadas aos órgãos autônomos, os juros da dívida pública, constituem encargos classificados como transferências.

No Quadro I vê-se a evolução das transferências, resultantes da consolidação das despesas da administração direta e da descentralizada.

A elevação brusca do índice de sua participação na despesa global em 1961, resulta do acréscimo da despesa com inativos, que passou de 1.900 milhões de cruzeiros, em 1960 para 3.900 milhões, ou seja, cêrca de 105,3% de aumento. Isto deve ser atribuído aos dispositivos da Lei 14, sôbre melhoria dos proventos na inatividade.

A partir de 1961 a despesa consolidada de transferências assinala uma tendência declinante em sua participação na despesa global do Estado. Naquêle ano representava 16,7% e em 1964 apenas 7,2%.

10.1.1 - A Evolução dos Investimentos Setoriais Consolidados

Introdução

No capítulo precedente descreveram-se os aspectos gerais da despesa consolidada. Dir-se-ia que representou

o preâmbulo da análise da composição da despesa, segundo os projetos e programas do Governo a ser agora apresentada.

A aplicação dos recursos mereceu cuidado especial, constituindo-se o capítulo que consubstancia a pesquisa da evolução dos investimentos setoriais, provavelmente, o de maior significação deste estudo. As despesas de custeio são objeto de uma análise sensivelmente mais limitada.

No exame da evolução dos dispêndios consolidados de capital, cujos valores constam dos quadros II a IX, dá-se maior destaque aos programas nos quais foram realizados os maiores investimentos.

O desenvolvimento da análise tem por base não apenas os valores a preços correntes de cada ano, mas ainda, e concomitantemente, os valores a preços constantes, atualizados para 1965.

Adotou-se esse critério porque o violento processo inflacionário do último quinquênio distorce, qualquer comparação das séries monetárias nesse período. Se os dados fossem apresentados apenas em valores a preços correntes, impossibilitaria a medida de sua grandeza atualizada e a compreensão de sua representatividade.

Aspectos Gerais

No período 1961/64 os dispêndios globais em investimentos somaram 184,4 bilhões de cruzeiros. Desse total cerca de 57,4%, isto é, 105,9 bilhões foram aplicados em obras públicas, especialmente na execução dos programas do sistema de vias de comunicação, abastecimento de água e de rede de esgotos (Ver Quadros II e III). Atualizando-se os valores, aos preços de junho de 1965, os investimentos totais no período correspondem a 455,3 bilhões de cruzeiros. Cerca de 260,5 bilhões foram aplicados em obras públicas. (Ver Quadro VI).

Os investimentos no setor social registraram, no mesmo intervalo, o valor de 37 bilhões de cruzeiros, em números redondos, correspondendo a 20% dos dispêndios totais de capital do Estado. (Ver Quadros II e III). A preços atualizados (6/65) os investimentos no setor social somam 93,9 bilhões de cruzeiros no período 1961-1964.

Situando-se em terceiro lugar, os setores transportes e comunicações absorveram recursos da ordem de 19,6 bilhões (a preços de 6/65, Cr\$ 38,8 bilhões) equivalente a 10,6% do total dos investimentos no mesmo período focalizado.

Nos programas de energia, fomento a atividade agropecuária e turismo, integrados no projeto "Desenvolvimento Econômico" foram investidos cerca de 7,4 bilhões de cruzeiros ou seja 4% do total. A preços atualizados, esses investimentos representam 17,7 bilhões de cruzeiros. (Ver Quadro VI).

Nessa apreciação geral sobre a evolução dos investimentos consolidados no período 1961/1964 há que se fazer referência à administração pública. Nesse campo o Governo aplicou 7,5 bilhões de cruzeiros (ou 22,8 bilhões a preços de 6/65), cerca de 4% dos recursos mobilizados na construção de prédios, na ampliação das instalações e aquisição de equipamentos.

Os investimentos nos programas de limpeza urbana, trânsito e estacionamento e outros, que abrangem mais de um programa, integrados nos projetos de urbanização e saneamento, se agregados, representariam a parcela de 3,9% que completaria os 100% das despesas de capital, cuja estrutura foi apreciada, em seus aspectos gerais, ao se examinar a participação relativa dos investimentos setoriais no total.

A análise da composição dos dispêndios de investimento permite notar ainda as transformações de sua estrutura, como uma decorrência da ampliação do campo de ação do Estado.

Investimentos no Campo Social

São examinados nesse campo, além dos setores sociais básicos - educação e saúde, os programas habitação, segurança e sistema penitenciário.

Os investimentos realizados nesses programas propiciaram a melhoria das condições do homem e da sua proteção.

Investimento no setor de Educação

O princípio de que a educação constitui um dos fun

damentais, senão o fundamental setor condicionante do desenvolvimento econômico e social não é matéria sujeita a controvérsias. Na atualidade os governos programam e executam vultosos investimentos nesse setor social básico, visando a preparação do principal fator de progresso da comunidade - o homem.

No período de 1961 a 1964, foram investidos cerca de 14 bilhões de cruzeiros através dos programas realizados pelos órgãos da administração direta e da descentralizada. (Ver Quadro II). Em termos de cruzeiros atualizados (preços de 6/65) os investimentos no período focaliza do atingem a 40,5 bilhões.

Somente com a execução das obras de expansão da rede escolar, cujos programas são administrados pelos órgãos centrais, foram investidos diretamente mais de 11 bilhões de cruzeiros, correspondendo a cerca de 29% do total de investimentos da administração centralizada.

No exercício de 1965 o programa de investimentos previa, só no âmbito dos órgãos da administração direta ou centralizada uma aplicação de 7.592 milhões de cruzeiros.

Nesses números não estão computados cerca de 441 milhões destinados a obras da Universidade do Estado da Guanabara e de outros órgãos autônomos.

Por outro lado, os dispêndios em investimentos cresceram entre 1961 e 1964 de aproximadamente 6 vezes. Tomando-se 1961 como ano base, têm-se nos anos subsequentes os seguintes índices: 1962 = 157; 1963 = 586 e 1964 = 626, valores esses correspondentes aos investimentos consolidados no setor, isto é os realizados pelos órgãos centrais e descentralizados (Ver Quadro III).

Vale notar que o conceito de investimentos adotado só admite os registros dos dispêndios que acrescerem o produto nacional, isto é aqueles que propiciem um fluxo de bens e serviços adicionais.

Há os que consideram os gastos gerais no setor educação inclusive o pagamento dos professores, como um investimento social. Conquanto não se tenha aceitado tal critério neste estudo, decidiu-se, apenas para ressaltar a despesa total no campo da educação, somar os gastos com a manutenção e funcionamento dos serviços educacionais do

Estado.

No ano de 1964 o Governo despendeu em educação 26,3 bilhões de cruzeiros com o pagamento de pessoal e outras despesas de custeio. Somando-se êsse montante com a despesa de investimentos resulta o total dos gastos do Estado nos programas de educação e cultura naquele ano, cerca de 32,3 bilhões de cruzeiros, o que equivale a 9,9% da despesa pública global, isto é consolidação das despesas da administração direta e descentralizada.

Investimentos no setor de Saúde

Outro setor que se destaca pelo crescimento da taxa de investimentos, verificada no período 1961 - 1964 é o de saúde. Apesar de constituir a Guanabara um dos Estados que se apresenta melhor aparelhado para o atendimento das necessidades da população nesse campo, os seus serviços de saúde careciam de urgentes reformas.

Os investimentos em obras e equipamentos superaram a 10 bilhões de cruzeiros nos quatro anos considerados. Nos anos de 1963 e 1964 os dispêndios em investimentos no setor cresceram expressivamente, em decorrência da ativação do programa de obras. Tomando-se 1961 como ano base = 100, as aplicações em 1963 e 1964 alcançam os índices 2.290 e 2.916 respectivamente. (Ver Quadro IV).

Os investimentos no período 1961 - 1964 a preços atualizados (junho - 65) correspondem a 24 bilhões de cruzeiros. (Ver Quadro VI).

Os investimentos realizados em 1963, ano em que se iniciou o atual Plano de Saúde, sobrelevaram de quase 10 vezes os dispêndios correspondentes ao setor no ano de 1962. (Ver Quadro V).

A êsse incremento, deveria corresponder o aumento de participação do setor saúde no total dos investimentos do Estado, cujo percentual se elevou de 3 vezes: 2,8% em 1962 para 8,4% em 1963 (Ver Quadro III). A participação média do setor no período 1961 - 1964 é de 5,4%.

Para 1965 foram previstos, inicialmente, investimentos no montante de 11,6 bilhões de cruzeiros, para a conclusão das etapas do programa de trabalho, cronogramadas até dezembro daquele ano.

Além de crescer o número de leitos existentes

nos 32 hospitais do Estado, que era de 4.569 e foi aumentado em cerca de 28%, isto é, em mais 1.280 leitos, o plano prevê ainda a recuperação das instalações das atuais unidades e o seu reequipamento.

Investimentos no setor de Habitação

Os investimentos em habitação, que em 1961 acusaram apenas 31,8 milhões de cruzeiros, em 1964 superaram 4,5 bilhões de cruzeiros (Ver Quadro II). A posição relativa dos dispêndios em habitação, quanto ao total dos investimentos assinala um percentual de 0,4 em 1961 e 3,5 em 1964 (Ver Quadro III). Se tomados os valores a preços atualizados (junho - 65) seriam 246 milhões de cruzeiros em 1961 e 7,1 bilhões em 1964 os valores dos investimentos realizados (Ver Quadro VI).

No quadriênio em exame os investimentos no programa habitação somaram 6,4 bilhões de cruzeiros, correspondendo a 3,3% do total dos investimentos do Estado (Ver Quadros II e III). A preços de junho de 1965, o programa realizado até dezembro custaria 14,4 bilhões de cruzeiros (Ver Quadro VI).

A evolução dos investimentos em habitação se calculada em número índices a preços correntes, apresenta valores extremamente elevados no período 1961 - 1964. Tomando-se 1961 = 100, os índices subsequentes são: 1962 = 2.485; 1963 = 3.222; 1964 = 14.376 (Ver Quadro IV). A série equivalente calculada a preços constantes (6/65) registra a seguinte evolução: 1961 = 100; 1962 = 1.644; .. 1963 = 1.226; 1964 = 2.867.

Investimentos em Segurança Pública e Sistema Penitenciário

A estrutura da despesa pública e sua evolução no período 1960 - 1964 representa um excelente elemento para a análise dos reflexos sobre o orçamento determinados pela transformação do antigo Distrito Federal em unidade autônoma.

Uma das causas examinadas neste estudo como con correntes para a elevação das despesas - a absorção ou a criação de novos serviços públicos - parece ajustar-se ao exemplo focalizado nesse capítulo.

Embora em secções anteriores, houvesse sido suprimido da análise o ano de 1960, no caso particular os setores em foco optou-se pela sua inclusão, para melhor marcar a influência sobre o orçamento, da ampliação do campo de ação do Governo da Guanabara (de caráter estadual e acumulando a função municipal) em confronto com os Governos do Distrito Federal (de caráter apenas municipal).

Em 1960 os dispêndios em investimentos nos setores Segurança Pública e Sistema Penitenciário equivaliam a penas a 0,2% do total investido naquele ano. No período 1961/1964 a participação média desses setores, no montante dos investimentos ascendeu a 2,2%.

O crescimento apreciável das aplicações nesses setores resulta da situação precária com que foram entregues pelo Governo Federal a quase totalidade dos serviços transferidos à Guanabara por força da Lei que instituiu o Estado. A deficiente conservação dos prédios, a precariedade das instalações, a obsolescência dos equipamentos e a desorganização geral configuravam um quadro que demonstrava a absoluta impossibilidade do regular funcionamento desses serviços.

No período 1961 - 1964 o Governo do Estado dependeu cerca de 4,1 bilhões de cruzeiros em investimentos nos setores Segurança e Sistema Penitenciário, equivalendo a uma participação média de 2,2% sobre o total da formação de capital. No ano de 1960 foram aplicados apenas 18 milhões de cruzeiros. O montante dos investimentos se elevou em mais de 10 vezes entre 1961 e 1964 (Ver Quadros II e IV).

Os investimentos realizados no período 1961 -1964, calculados aos preços de 1965 (junho), totalizaram 10,3 bilhões de cruzeiros. Em relação ao investimento estadual consolidado significam 2,2% (Ver Quadros V e VI).

No ano de 1965 os investimentos a serem realizados nos programas Segurança Pública e Sistema Penitenciário foram estimados em 3,5 bilhões de cruzeiros.

Investimentos em Obras Públicas

Os grandes empreendimentos do Governo Estadual encontram-se no campo das Obras Públicas. Os programas de

abastecimento de água, de esgotos e de drenagem e saneamento básico, integrados segundo a classificação de orçamento programa no Projeto "Saneamento do Meio", representam em conjunto os setores em que se concentram os mais elevados investimentos. O programa viário, classificado no Projeto "Urbanização, Viação e Comunicações" constitui o 2º mais importante (1º é abastecimento d'água), quanto a magnitude dos investimentos.

O Governo concentrou recursos de tal ordem nesses programas, que os investimentos realizados alcançaram a 57% do total das despesas de capital do Estado no período 1961/1964. Em valor absoluto os dispêndios no período focalizado elevaram-se aproximadamente a 106 bilhões de cruzeiros (1). (Ver Quadros II e III). Se transformados a preços atualizados (junho de 65) ter-se-ia 261 bilhões de cruzeiros (Ver Quadro VI).

Investimentos no setor Viário

A execução do plano viário iniciada em 1962 objetiva especialmente criar um sistema de vias radiais ligando o centro às diversas regiões do Estado além de estabelecer a interligação dessas regiões entre si.

A conclusão do plano em realização possibilitará integrar as diversas zonas do Estado no complexo do seu desenvolvimento. Permitirá também um fluxo de tráfego rápido. Isto significará a redução do custo dos transportes e o menor tempo de deslocamento entre as diversas zonas do Estado.

Compreende o programa, principalmente, a construção de túneis, viadutos, anel rodoviário, novos trechos de rodovias, novas pistas em área urbanizada, recuperação e pavimentação de estradas e ruas.

Foram aplicados, no setor viário cerca de 34,4 bilhões de cruzeiros no período de 1961 a 1964 (Ver Quadro II). Em relação ao investimento global do Estado, corresponde a 18,6% (Ver Quadro III).

(1) Nesse total estão incluídos os dispêndios com as obras dos novos parques públicos, dada a importância que se reveste o programa em execução.

Assinale-se ainda que o montante dêsses dispêndi os aplicados no setor viário representa cêrca de 32,5% do total investido em obras públicas, ou seja, aproximada - mente 1/3.

Os investimentos realizados no programa Viário, se traduzidos a preços atualizados (6/65) alcançam 94,6 bilhões de cruzeiros. Esse montante supera o total inves tido, calculado também a preços atualizados (6/65) no pro grama abastecimento de água: 93,9 bilhões de cruzeiros.

O Viário seria, assim, o programa em que teriam ocorrido maiores investimentos reais. É compreensível tal resultado porque no primeiro ano da série (1961) os inves timentos realizados no Plano Viário representaram quase o quádruplo dos recursos aplicados em abastecimento de água. Foram ainda ligeiramente superiores em 1963.

Ao se atualizar os valores dos anos anteriores, aos preços de 1965, eliminou-se o efeito distorcivo da in flação, que agigantava os investimentos dos anos mais pró ximos. A série passou a ter valores constantes. Pôde-se então conhecer a evolução real dos investimentos em cada ano, se fôsem realizados aos custos atuais.

O exame da série cronológica, mesmo admitindo as ressalvas já aduzidas nos parágrafos anteriores, mos tra a tendência decrescente da participação do setor viá rio na composição das despesas de capital. De fato veri ficou-se um crescimento relativo menor das inversões no sistema viário do que nos demais setores (Ver Quadros III e VII).

Assim é que entre 1961 e 1964 os dispêndios de investimentos, a preços correntes, no setor viário cresce ram 7 vêzes, enquanto no programa de esgotos aumentou de 21 vêzes e no de abastecimento de água, cêrca de 39 vê zes, ou seja nos dois programas que, juntamente com o viá rio, registram os maiores dispêndios. No quadro IV estão configurados os valores em números índices (1961 = 100) a preços correntes da evolução dos investimentos setoriais, que serviram de base ao confronto.

A preços constantes (6/65) o crescimento dos in vestimentos nos programas comparados mostrou a seguinte variação entre 1961 e 1964: viário + 41%; esgotos: + ..

323%; abastecimento de água: + 680% (Ver Quadro IX).

O maior ou menor incremento nas aplicações setoriais é uma resultante da programação, execução e término das diversas etapas de cada projeto. Na medida em que sejam concluídas as fases que exigem maior concentração de recursos deverá ocorrer, no período de tempo imediato, menos dispêndio no setor correspondente, desde que não haja novos empreendimentos a serem realizados.

O menor incremento dos investimentos no setor viário deveria determinar a diminuição dos percentuais de sua participação no investimento total. Daí ser essa participação em 1961 de 33,9% e em 1964 haver diminuído para 16,0% (Ver Quadro III).

Essa alteração na estrutura da despesa é plenamente aceitável e compreensível, pois o que ocorreu foi uma elevação dos dispêndios em investimentos nos demais programas, que nos anos de 1960 e 1961 acusaram valores, relativamente, muito reduzidos.

Nos dois últimos anos (63 e 64), quando os programas de água e esgoto ganharam acentuada ativação, os investimentos no setor viário alcançaram a 29 bilhões de cruzeiros, a preços de 6/65 seriam 61 bilhões, correspondendo a cerca de 18% do total investido pelo Estado naqueles dois anos. Embora diminua sua expressão relativa, por força de novos investimentos em outros setores, os vultosos valores absolutos evidenciam a importância do programa.

Investimentos em Abastecimento de Água

O Governo aplicou no programa, no período 1961/1964 cerca de 42 bilhões de cruzeiros, o que equivale a 23% do total dos investimentos (Ver Quadros II e III). Em cruzeiros atualizados (preços de junho - 65), os investimentos no programa alcançam 94 bilhões, no mesmo intervalo, representando 20,6% do total da formação do capital do Governo Estadual. Em relação ao investimento global no setor Obras Públicas, os investimentos no programa de água corresponderam a 48% no mesmo quadriênio.

Os índices de crescimento da despesa de capital no programa em análise, evidenciam expressivamente, o volume e o vulto das obras. Tomando-se 1961, como ano base,

verifica-se que, entre aquêles ano e 1964, houve um acréscimo de 39 vêzes no valor, a preços correntes, dos investimentos realizados. Enquanto em 1961 correspondia a 100, no ano de 1964 equivalia a 3.910 (Ver Quadro IV). A preços constantes (6/65) êsses índices marcam: 1961 = 100 e 1964 = 780 (Ver Quadro VIII).

Em valores absolutos o dispêndio verificado no último ano supera o dôbre da soma das aplicações dos três anos anteriores: Cêrca de 29,1 bilhões de cruzeiros contra 12,8 bilhões; ou seja em têrmos relativos mais de ... 135% (Ver Quadro II).

É de se reconhecer que, muito embora as obras venham sendo executadas em ritmo acelerado, não fôra a explosiva taxa inflacionária e não ocorreria tal resultado. De fato, a soma dos investimentos realizados nos três anos iniciais, se em valores a preços constantes (6/65), é maior do que as aplicações de 1965: 48,9 bilhões para 45 bilhões de cruzeiros (Ver Quadro VI).

Os incrementos anuais da despesa de investimentos no setor acusa a seguinte variação: 1962/1961 = 365,5% ; 1963/1962 = 147,9%, 1964/1963 = 238,8% (Ver Quadro V). Tomando-se a série, não a preços correntes, mas a preços constantes, eliminando-se, portanto, a distorção inflacionária tem-se esta evolução: 1962/1961 = 207,9%; 1963/1962 = 42,6%; 1964/1963 = 77,6% (Ver Quadro IX).

O aparente decréscimo relativo dos dispêndios nos dois últimos anos é absolutamente compreensível. No ano inicial da série os investimentos eram bem reduzidos, o que fêz agigantar o percentual de acréscimo do 2º ano (.. 1962), mesmo que o volume dos investimentos não fôsse muito expressivo.

Nos anos de 1963 e 1964 as obras realizadas e, portanto, os recursos aplicados foram extraordinariamente maiores do que os de 1962. A evolução dos investimentos reais bem caracteriza êste fato (Ver Quadro VI).

A análise da evolução dos dispêndios, se introduzido o fator corretivo da desvalorização do poder aquisitivo da moeda, propiciará o crescimento real dos investimentos. Em 1964, aumentaram de 77,6% em confronto com 1963 (Ver Quadro IX).

Índice bastante expressivo, suficientemente definidor para assinalar a grandiosidade do empreendimento em dos serviços de vital significação para a comunidade do Estado da Guanabara.

A ajuda externa, embora valiosa para o programa em execução representa contribuição bem menor do que se supõe.

Segundo as expressas condições do acôrdo de empréstimo, os recursos destinados ao programa não poderão ser superiores a 50% dos dispêndios realizados.

Em verdade o confronto entre os investimentos realizados no período 1961-64, e os recursos efetivamente recebidos através da ajuda externa, comprovam o fiel cumprimento das cláusulas dos contratos de empréstimo.

No período focalizado o Governo Estadual aplicou no programa de água cêrca de 41,9 bilhões de cruzeiros. No mesmo intervalo 1961 - 1964 os recursos externos realmente recebidos somaram 17,9 bilhões de cruzeiros, representam 42,7% do valor dos investimentos realizados.

Investimento em Esgotos

Os investimentos para a melhoria e ampliação do sistema de esgotos somaram cêrca de 20 bilhões de cruzeiros (a preços correntes) no período 1961 a 1964. Expriem-se em têrmos relativos numa participação de 10,8% quanto ao investimento global do Estado no mesmo período. Representou, por outro lado, 18,3% do total dos investimentos em obras públicas.

O programa de obras realizado entre 1961 e 1964, em têrmos de cruzeiros atualizados (6/65), corresponde a uma aplicação de recursos da ordem de 47,8 bilhões de cruzeiros.

A escala de valores em número índices, partindo de 1961 como ano base, propicia um nôvo ângulo para se observar a magnitude dos investimentos realizados, segundo o programa setorial do Governo. Assim, vê-se que em 1964 os dispêndios em investimentos superaram em 21 vêzes os de 1961; eis os índices: 1961 = 100 e 1964 = 2.119 (Ver Quadro IV). Uma visualização do crescimento real dos investimentos, eliminado que foi o efeito inflacionário, é possibilitada pela série 1961 = 100; 1962 = 201; 1963 =

327 e 1964 = 423 (Ver Quadro VI).

A progressão dos investimentos no quadriênio ... 1961 - 1964 evidencia o resultado da implementação do programa elaborado pelo Governo. Os acréscimos em termos percentuais mostram a seguinte evolução: 1962/1961 = ... 203,9%; 1963/1962 = 181,9%; 1964/1963 = 147,4% (Ver Quadro V). Tomando-se os investimentos em valores a preços constantes (6/65), os incrementos reais registram esta variação: 1962/1961 = 101,0%; 1963/1962 = 62,2%; 1964/1963 = 29,6% (Ver Quadro IX).

Em valor absoluto esses dispêndios, a preços correntes, no ano de 1964, sobrelevaram em mais de 5 bilhões de cruzeiros o somatório dos investimentos realizados nos anos de 1961 a 1963, ou seja, foram maiores em 68%, em termos relativos (Ver Quadro II).

Diante do caráter de urgência apresentado pelo programa e a impossibilidade mesmo de que sua execução fosse postergada, sem que se agravasse a situação sanitária do Estado, o Governo tomou providências imediatas para a sua implementação, que exigia, como foi demonstrado, recursos vultosos. A exemplo da diretriz adotada quanto ao abastecimento de água, promoveu a atualização da tarifa de esgoto, que havia sido diluído pelo efeito da inflação. Recorreu também ao financiamento externo, obtendo do Banco Interamericano de Desenvolvimento um empréstimo de 11 milhões de dólares, em condições semelhantes ao do concedido para o projeto de abastecimento de água.

É importante notar que apenas 1/5 das obras executadas no período 1961/1964 foi paga com os recursos da ajuda externa. Os desembolsos efetivamente recebidos por conta do financiamento, até dezembro de 1964, totalizaram 4 bilhões de cruzeiros, isto é, 20% do montante dos investimentos realizados no programa. O restante foi obtido da receita industrial do Estado e da parcela de receita tributária com destinação específica.

Investimentos em Drenagem e Saneamento Básico

Os investimentos realizados no programa, no período 1961/1964, totalizaram 5,3 bilhões de cruzeiros (a preços correntes), exprimindo-se numa participação de 2,9% em relação a despesa de investimento global do Esta-

do (Ver Quadros II e III). As obras concluídas até dezembro de 1964, se calculadas a preços atualizados (6-65), somariam cerca de 17 bilhões de cruzeiros, correspondendo a 3,7% do investimento global consolidado e a 10,3% do total dos investimentos nos programas de saneamento do meio (Ver Quadros VI e VII).

Dado o aspecto crítico com que se apresentava o problema do saneamento básico do Estado, o Governo, em seu plano de ação setorial, concentrou esforços na conclusão urgente de inúmeras obras no ano de 1962, quando não havia ainda acelerado a execução de outros programas.

Esta circunstância determinou que em 1962 os investimentos no programa drenagem e saneamento básico, registrassem em termos reais seus maiores valores. Assim é que naquele ano sua participação no total do investimento consolidado alcançou 8,19% (Ver Quadro VII). Tomando-se a evolução em números índices (1961 = 100) no ano em foco têm-se 216 (Ver Quadro VIII).

Em valores absolutos, a preços atualizados (6/65), os investimentos realizados em 1962 equivalem a 6,4 bilhões ou seja, mais do dobro das aplicações de 1961, e superior às dos demais anos (Ver Quadro VI).

Investimentos em Parques

As despesas de investimentos que assinalavam níveis modestos nos anos de 1960/1963 elevaram-se extraordinariamente em 1964, em decorrência do vulto das obras realizadas.

As despesas de investimentos no setor parques e jardins entre 1961 e 1964 atingiram a mais de 4 bilhões de cruzeiros, equivalendo a 2% do total dos investimentos do Estado (Ver Quadros II e III). A preços atualizados (6-65) os investimentos somariam 7,3 bilhões de cruzeiros no período, correspondendo a 1,6% do investimento consolidado do Estado (Ver Quadros VI e VII).

Deve-se observar que êsses dispêndios não se distribuíram de modo proporcional pelos anos do quadriênio. Houve uma maciça concentração em 1964. Os gastos nesse ano superaram em mais de 10 vezes a soma dos três primeiros anos. Os vultosos investimentos realizados em 1964 no aterro Glória-Flamengo para transformá-lo num dos maiq

res parques urbanos do mundo - o Parque do Flamengo - são a causa dessa expansão.

Os investimentos em parques e jardins, entre 1961 e 1964 aumentaram de 39 vezes. Tomando-se os valores em números índices, a preços correntes, partindo de 1961 como ano base obtém-se essa escala de evolução:

1961 = 100; 1962 = 63; 1963 = 161; 1964 = 3964

(Ver Quadro IV). Esta série, se calculada em função de valores a preços constantes, registra este comportamento: 1961 = 100; 1962 = 42; 1963 = 61; 1964 = 790 (Ver Quadro VIII).

A evolução dos dispêndios, em números índices, a preços constantes, traduz, com fidelidade, o verdadeiro "boom" de obras verificado em 1964 no setor parques.

Investimentos nos Setores de Transportes e Comunicações

O vulto dos empreendimentos realizados nesses setores superou 19,5 bilhões de cruzeiros a preços correntes, correspondendo a 10,6% do total dos investimentos estaduais (Ver Quadros II e IX). A preços atualizados (.. 6/65) os recursos aplicados nesses dois programas somariam 36,7 bilhões de cruzeiros, equivalendo a 8% do investimento do Estado (Ver Quadros VI e VII).

Entre os problemas complexos e de extrema urgência para serem solucionados estava o de organizar um sistema de transportes coletivos da cidade, a substituição dos bondes por ônibus elétricos e a total insuficiência dos sistemas de comunicações telefônicas do Estado.

Após os estudos das implicações que envolviam a matéria, foram elaborados os planos que seriam executados por entidades autônomas, especialmente criadas para atuar em cada um dos setores.

Essas entidades foram organizadas em forma de empresas públicas o que possibilitou-lhes uma estrutura adequada às suas funções, com a flexibilidade e autonomia necessárias.

Os recursos mobilizados alcançaram níveis excepcionalmente elevados. Os valores dos investimentos agregados nesses dois setores em 1964 foram 68 vezes maiores que os de 1961. Em números índices, tomando-se 1961 como ano base, os investimentos acusaram a seguinte evolução:

1961 = 100; 1962 = 166; 1963 = 1.109; 1964 = 6.877.

Em 1960 não se verificou qualquer despesa de investimento no setor comunicações. Realizaram-se, contudo, dispêndios no setor transportes, pois estavam sendo executadas as obras de instalação dos serviços de ônibus elétricos, na cidade. Naquele ano, os dispêndios de investimento no setor representaram cerca de 1,3% do total dos investimentos. Em 1964 o valor dos investimentos nos setores transportes e comunicações corresponderam a 14,5% do montante de despesa de capital no mesmo ano (Ver Quadro III). A participação desses setores na composição do investimento global cresceu portanto de 11 vezes.

O crescimento extraordinário dos investimentos nos setores enfocados, mensurado nas séries a preços correntes será confirmado pela série a preços constantes.

Eliminada a influência distorciva da inflação, constata-se que de 1962 para 1963 o valor real dos dispêndios em investimentos aumentaram de 283% e entre 1963 e 1964 cresceram de 225%.

A causa desses índices excepcionais de acréscimo real na formação de capital está correlacionada ao início de atividade das empresas públicas instituídas pelo Governo. Propiciaram a ativação dos empreendimentos programados em cada setor.

Investimentos no Setor de Transportes

Em 1963 o valor dos investimentos no setor de transportes alcançou cerca de 800 milhões de cruzeiros, em números redondos; a preços atualizados - junho-65 - seriam 2,3 bilhões em números redondos. Em termos relativos representa um acréscimo de 103% sobre 1962. (Ver Quadro V).

O programa de expansão das atividades da Companhia de Transportes Coletivos (estatal) deveria determinar um substancial incremento nos dispêndios de investimento no setor transportes. O valor dos investimentos em 1964 superou em mais de 7 bilhões os de 1963, correspondendo a um incremento de 878% (Ver Quadros II e V).

A despesa de capital no programa transportes, em 1964, equivaleu a 7% da despesa total do Estado em investimentos; no ano de 1960 significou 1,3% e em 1961 cerca

de 3,2%.

Investimentos no Setor de Comunicações

Dentre os programas setoriais importantes do Governo, o de comunicações foi um dos que assinalou maior incremento de um ano para outro. A despesa de investimento do setor elevou-se de 362% entre 1963 e 1964. Neste último ano o montante dos investimentos em comunicações representou 7,5% do total da despesa de capital do Estado (Ver Quadros II e V). A preços constantes, atualizados para 6/65, o incremento dos investimentos entre 1963 e 1964 registra: 142,2% (Ver Quadro IX).

Os investimentos realizados no programa comunicações nos dois primeiros anos de execução do projeto de criação da Companhia Estadual de Telefones, representaram aplicação de recursos em montante superior a 10,2 bilhões de cruzeiros. Atualizando-se esse valor a preços de 6-65, têm-se 18,4 bilhões de cruzeiros.

Investimentos em Outros Setores

Nas seções precedentes examinaram-se os programas nos quais se realizaram os investimentos mais volumosos. Em conjunto representaram, no período 1961 a 1964 87% do total da despesa de investimento do Governo Estadual. Sobraria uma pequena margem de 13% a ser pesquisada. Sobre essa limitada faixa é que se desenvolverá a análise desta seção.

Dentre os programas ainda não examinados, vale mencionar Energia e Abastecimento. Quanto ao projeto Administração Pública, o parágrafo a êle alusivo, no início do capítulo (seção "Aspectos Gerais") focalizou os pontos de destaque, tornando desnecessário novas observações.

Far-se-á, a exemplo do critério expositivo adotado, um breve comentário sobre a situação de cada setor e o programa realizado pelo Governo ao proceder à análise da evolução dos investimentos correspondentes.

Investimentos no Setor de Energia

No período de 1961 a 1964 o Governo realizou investimentos no setor energia no valor de 6,2 bilhões de cruzeiros, em números redondos, correspondendo a 3,4% dos investimentos totais do Estado. (Ver Quadros II e III).

... período, a preços atualizados (6-65), os investimentos no programa energia correspondem a 14,2 bilhões de cruzeiros ou 3,1% do total da formação de capital.

Cerca de 2 bilhões daquele montante (a preços correntes) foram aplicados na participação do capital da CHEVAP e da ELETROBRÁS. A maior parte se destinou à primeira empresa, que é a responsável pela construção da usina termelétrica de Santa Cruz.

Entre 1960 e 1964 as despesas de investimentos em energia cresceram de 240 vezes. Em números índices a evolução dos investimentos apresenta essa escala: 1960 = 100; 1961 = 222; 1962 = 831; 1963 = 20.931; 1964 = 24.068.

Os recursos aplicados assinalam índices crescentes, não por efeito puro e simples de inflação. São acréscimos reais provenientes de maior volume de investimentos. A apuração dos incrementos, eliminando-se das séries de valores os efeitos do processo inflacionário, permite verificar que, de 1961 para 1963 o investimento realizado cresceu 36 vezes. Isto significa um aumento efetivo no volume dos investimentos estaduais do setor energia (Ver Quadro VIII).

A participação do setor energia na composição dos dispêndios de investimento era inexpressiva nos primeiros anos de existência do Estado. A execução do programa elaborado pelo Governo modificou nitidamente o quadro. Em 1961 as despesas de investimento em energia representavam 0,4% do total das despesas de capital, enquanto em 1963 essa relação aumentou para 5,7%.

Vale notar, por fim, que, dentro do programa traçado, o Governo Estadual deu início à conversão de frequência de 50 para 60 ciclos. Essa operação que se realizará gradativamente, iniciando-se pela zona rural, possibilitará à Guanabara integrar-se no sistema energético da Região Centro-Sul. Constitui o ponto de maior significado econômico do programa em execução, pois é a única forma de assegurar ao Estado um permanente e amplo suprimento de energia capaz de atender à crescente demanda exigida para o seu desenvolvimento industrial.

Seria oportuno ressaltar que nesse mesmo ano de 1963 a Guanabara contribuiu com 2 bilhões de cruzeiros pa

ra a arrecadação do imposto único sobre energia elétrica, o que correspondeu a 17% do total. A quota distribuída à Guanabara, cerca de 16 milhões equivale a 3,4% da arrecadação total do país. Essa quota parte representa 14,5% do dispêndio de investimento realizado pelo Governo do Estado.

Em 1964 a participação relativa dos investimentos no setor caiu para 2,9%, o que não significa redução do volume dos investimentos diretos. O que houve foi menor aplicação nas empresas públicas de produção de energia. Em verdade o número de obras concluídas em 1964 é bastante superior ao de 1963.

Investimentos em Abastecimento

A Guanabara, apresentando um alto índice demográfico e insignificante área susceptível de ser utilizada para a agricultura, se constitui num centro tipicamente consumidor.

Na integralização do capital da COCEA (Cooperativa Central de Abastecimento), em obras de recuperação ou reconstrução e ampliação dos mercados regionais existentes e na construção de novas unidades, o Governo Estadual aplicou cerca de 1.670 milhões de cruzeiros no período de 1961 a 1964.

Os investimentos realizados pelo Estado provêm de recursos próprios, excetuando-se uma parcela de 150 milhões de cruzeiros oriundos de doação do Fundo do Trigo como ajuda para a construção de novos mercados.

A massa de investimentos foi realizada em 1964, cujo valor atinge 658 milhões de cruzeiros, vindo a seguir 1963 com 82 milhões. Esses dois anos somam 740 milhões de cruzeiros, do total de 740 milhões apurados no período focalizado. Em 1964 os dispêndios no setor chegam a representar 0,6% do total dos investimentos do Estado, três vezes a participação de 1963. (Ver Quadro II). Nesses montantes não está incluída a participação do Governo na constituição do capital da Companhia.

Entre 1961 e 1964 a despesa de capital do setor cresceu de 16 vezes. Em números índices ter-se-ia 1961 = 100 e 1964 = 1.647.

Os investimentos concluídos no período 1961-1964,

calculados aos preços de 6-65 correspondem a 1,7 bilhões de cruzeiros.

10.1.2 - A Evolução da Despesa Consolidada de Custeio

O exame da despesa de custeio, segundo os projetos e programas constiu uma tentativa levada a efeito neste estudo para complementar a análise da estrutura da despesa do Estado.

Os números inscritos nos quadros constantes deste capítulo resultam de um ajustamento dos dados coletados dos balanços dos órgãos centrais e descentralizados.

Havia um objetivo a alcançar: transformar os dados levantados na sua forma original em cada ano, segundo as diversas normas orçamentárias e de registro contábil adotadas, em valores compatíveis e comparáveis no tempo.

A classificação orçamentária anterior a 1963, não adotava a técnica e o processo do orçamento programa. A despesa era classificada por seus elementos constitutivos e não segundo as atividades ou os programas a serem executados. Tornava-se impraticável apropriar-se, com relativa precisão, os gastos de pessoal em relação aos programas realizados, pois não havia a preocupação de se saber o custo das realizações do Governo, mas dava-se ênfase a natureza dos pagamentos: salários, aquisição de material permanente, etc.

Somente para os anos de 1963 e 1964, com a implantação do orçamento programa, os levantamentos realizados permitiam classificar as despesas de pessoal, em sua quase totalidade, pelos projetos e programas. Era preciso buscar um método que possibilitasse a comparabilidade dos valores de 1961 e 1962.

Calculou-se a participação de cada projeto na despesa global de pessoal no ano de 1963, obtendo-se dessa forma a composição percentual da despesa de pessoal naquele ano. Considerou-se que a parcela da despesa de pessoal sem possibilidade de classificação nos anos de 1961 e 1962 e que correspondiam respectivamente a 87,9% e 75,4% da despesa total de pessoal, deveria ter sido despendida pelos projetos e programas em bases proporcionais aos dispêndios classificados setorialmente em 1963.

É admissível supor pequena distorção nos resul-

tados apurados para os anos de 1961 e 1962, por efeito da influência da nova estrutura administrativa, adotada no Estado em 1963. Esse reflexo contudo não afeta, de modo sensível, a composição da despesa de pessoal daqueles anos, o que pode ser demonstrado pelos valores das séries correspondentes em relação ao conhecimento empírico dos fatos.

Quanto às demais despesas de custeio grupadas na classe "outras" representam os dados originais coletados. O critério adotado no levantamento, pesquisando-se até o item e examinando-se a ementa referente ao gasto, permite um grau satisfatório de fidedignidade para os valores apurados.

A Despesa Consolidada de Pessoal

Far-se-á uma sucinta análise dos quadros incluídos neste capítulo, observando-se, de início, a limitação imposta aos seus números, já definida na seção anterior.

A evolução dos investimentos, objeto de pormenorizado exame, deixa bem caracterizadas as atividades do Governo no campo social visando melhorar as condições do homem, e sua atuação em setores de infra-estrutura, objetivando superar pontos obstaculizantes para um continuado processo de desenvolvimento. Nessa primeira fase do Estudo pesquisou-se o esforço do poder público na realização dos empreendimentos projetados, de maior importância.

O exame da despesa de custeio deveria revelar os reflexos da incorporação ou da criação de novos serviços públicos. Poderia demonstrar ainda os efeitos da política de desburocratização adotada no Estado. Esses resultados seriam tanto mais evidentes, quanto mais precisos fossem os dados apurados, referentes à despesa de pessoal segundo os projetos e programas.

A expansão das atividades do Governo a partir de 1961 provocou nítida mudança na composição da despesa de pessoal. Nota-se, por exemplo, que os programas incluídos no projeto Bem Estar Social que respondiam por 11,4% da despesa de pessoal em 1961, passaram a representar ... 17,6% em 1964.

Dois dispositivos de lei federal, o primeiro o que permitiu, aos servidores dos órgãos transferidos da

União para a Guanabara, optarem pelo serviço federal, e o segundo que equiparou os vencimentos da polícia militar d'êste Estado aos do pessoal das Fôrças Armadas, determinaram a brusca elevação dos gastos de custeio no programa Segurança Pública, integrante do projeto Bem Estar Social.

A inadiável necessidade de reconstituir, e mesmo ampliar os efetivos dos grupos de segurança do Estado, inclusive o Corpo de Bombeiros constituiu um duplo ônus para o Tesouro do Estado. Assim é que, além de pagar vencimentos muito mais elevados ao pessoal recém-admitido para suprir os claros deixados pelos optantes que, pela Lei instituidora do Estado, eram pagos pela União, o Governo da Guanabara foi obrigado a equiparar os vencimentos de todo o pessoal próprio das suas corporações.

Observa-se que os novos encargos em setores tais como energia e transportes e comunicações conduziram a uma participação maior d'êsses programas na formação da despesa de custeio. A elevação das despesas de pessoal no atendimento de serviços básicos de infra-estrutura determinou o correspondente aumento de sua participação na despesa consolidada de pessoal. Em consequência verificou-se o declínio na posição relativa dos dispêndios de pessoal, para a manutenção dos serviços em setores sociais, tais como educação e saúde.

Dentre os aspectos dignos de menção notados no Quadro X, destaca-se o que se refere a Administração Pública. O crescimento da área de atuação do Governo e portanto, o necessário aumento dos seus órgãos e consequentes instalações e equipamentos, e pessoal não significou uma elevação proporcional dos gastos com a máquina administrativa.

O Estado prestou um número muito maior de serviços, a custo proporcionalmente menor. Em 1961 cêrca de 27,1% da despesa de pessoal eram dispendidos com os órgãos de atividade-meio. A administração, propriamente dita, da máquina estatal, responsável por um número muito superior de serviços em 1964 absorveu cêrca de 23,8% (Ver. Quadro XI).

Os Quadros XI e XII apresentam a evolução da despesa de pessoal em números índices e seus incrementos anuais. Valeria ressaltar que a despesa com o pessoal dos

QUADRO I

G U A N A B A R A

DESPESA CONSOLIDADA DO GOVÉRNO ESTADUAL

(G\$ 1 000)

QUADRO I

ANOS	INVESTIMENTO	% S/TOTAL	C U S T E I O					TRANSFERNÉCIAS	% S/TOTAL	TOTAL
			Personal	% S/Total	Outras	% S/Total	Total			
1960	9 458 514*	30,49	14 986 124	48,31	3 491 931	11,26	18 478 055	59,57	3 080 401	31 016 970
1961	7 460 923	19,38	20 067 585	52,11	4 559 572	11,84	24 627 157	63,95	6 418 826	38 506 906
1962	15 135 240	21,04	40 868 485	56,80	7 521 378	10,45	48 389 863	67,25	8 421 092	71 946 195
1963	49 569 710	32,52	73 382 142	48,14	15 307 922	10,05	88 690 064	58,19	14 146 096	152 405 870
1964	112 280 239	34,73	160 905 562	49,77	26 902 007	8,32	187 807 569	53,09	23 198 232	323 286 040

(*) Inclui os realizados com os recursos da dotação de G\$ 2.672.587 mil cruzeiros proveniente de um crédito especial, concedido pela união, para obras e equipamentos nas diversas secretarias. Lei Federal nº 3 808 de 1/9/60.

FONTE: Balanços da administração direta e das diversas autarquias e sociedades de economia mista do estado.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS DO GOVERNO ESTADUAL

(em 1 000)

PROJETOS E PROGRAMAS	1961	1962	1963	1964	1961-1964
Administração Pública	695 753	578 409	3 497 601	2.687 690	7 459 453
Educação e Cultura	955 328	1 525 579	5 419 113	6 017 465	13 917 485
Educação (1)	897 176	1 409 505	5 262 500	5 638 274	13 207 455
Educação Física e Desportos	52 269	102 564	125 660	276 752	557 245
Atividades artístico-culturais	5 883	13 510	30 953	102 439	152 785
Saúde	181 416	420 240	4 154 588	5 293 926	10 050 170
Bem Estar Social	326 001	1 008 645	2 601 881	9 081 095	13 017 622
Abastecimento	39 937	18 334	82 239	657 975	798 485
Habituação	31 761	789 225	1 023 207	4 566 061	6 410 254
Assistência Social	7 725	6 960	344 536	1 339 965	1 699 186
Segurança Pública	217 753	175 702	1 019 844	2 351 812	3 765 111
Sistema Penitenciário	28 825	18 424	132 055	165 282	344 586
Desenvolvimento Econômico	74 287	297 822	3 332 004	3 723 945	7 428 058
Energia	30 000	112 136	2 825 622	3 249 239	6 216 997
Fomento à Produção Agro-Pecuária	34 487	42 900	230 353	206 510	514 250
Turismo e Certames	9 800	142 786	276 029	268 196	696 811
Saneamento do Meio	1 743 211	6 549 233	15 631 193	46 020 674	69 944 311
Abastecimento d'água	744 628	3 466 207	8 592 185	29 111 757	41 914 777
Esgotos	587 422	1 785 167	5 032 169	12 448 338	19 853 096
Drenagem e Saneamento básico	379 632	1 239 977	1 361 147	2 345 981	5 326 737
Limpeza Urbana	31 520	57 882	645 692	2 114 598	2 849 701
Urbanização, Viação e Comunicações	3 484 927	4 755 312	14 933 330	39 455 414	62 629 013
Viário	2 531 978	2 871 264	11 030 793	17 943 146	34 377 181
Transportes	237 151	394 753	804 135	7 868 053	9 304 092
Comunicações	-	-	1 826 000	8 439 000	10 265 000
Trânsito e Estacionamento	-	-	69 533	144 052	213 585
Parques	94 305	59 478	151 576	3 738 321	4 043 680
Outras (2)	621 493	1 429 817	1 051 293	1 322 872	4 425 475
T O T A L	7 460 923	15 135 240	49 569 710	112 280 239	184 446 112

(1) inclui: Educação Primária, Ensino Técnico e Secundário e Pesquisas e Ensino Superior

(2) Despesas realizadas por conta da Administração Central da SUEPLAN e da Ser. Ob. Públicas, suscetíveis de classificação em mais de um programa dos projetos Saneamento do Meio e Urbanização, Viação e Comunicações.

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos órgãos da Administração Descentralizada.

QUADRO III

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS DO GOVÊRNO ESTADUAL
PERCENTAGEM SÔBRE O TOTAL

PROJETOS E PROGRAMAS	1961	1962	1963	1964	TOTAL 61/64
Administração Pública	9,33	3,82	7,06	2,39	4,04
Educação e Cultura	12,81	10,08	10,93	5,36	7,54
Educação (1)	12,03	9,31	10,62	5,02	7,16
Educação Física e Esportes	0,70	0,68	0,25	0,25	0,30
Atividades artístico-cultu- rais	0,08	0,09	0,06	0,09	0,08
Saúde	2,43	2,78	8,38	4,71	5,44
Bem Estar Social	4,37	6,66	5,26	8,09	7,05
Abastecimento	0,54	0,12	0,17	0,59	0,43
Habitação	0,42	5,21	2,06	4,07	3,47
Assistência Social	0,10	0,05	0,70	1,19	0,92
Segurança Pública	2,92	1,16	2,06	2,09	2,04
Sistema Penitenciário	0,39	0,12	0,27	0,15	0,19
Desenvolvimento Econômico	0,99	1,97	6,72	3,32	4,03
Energia	0,40	0,75	5,70	2,89	3,37
Fomento à produção Agro-pe- cuária	0,46	0,28	0,46	0,19	0,28
Turismo e Certames	0,13	0,94	0,56	0,24	0,38
Saneamento do Meio	23,36	43,27	31,53	40,98	37,93
Abastecimento d'Água	9,98	22,90	17,33	25,92	22,73
Esgotos	7,87	11,80	10,15	11,09	10,77
Drenagem e Saneamento Básico	5,09	8,19	2,75	2,09	2,89
Limpeza Urbana	0,42	0,38	1,30	1,88	1,54
Urbanização, Viação, Comunicações	46,71	31,42	30,12	35,15	33,97
Viário	33,94	18,97	22,25	15,98	18,64
Transportes	3,18	2,61	1,62	7,01	5,04
Comunicações	-	-	3,68	7,52	5,57
Trânsito e Estacionamento	-	-	0,14	0,13	0,12
Parques	1,26	0,39	0,31	3,33	2,19
Outros (2)	8,33	9,45	2,12	1,18	2,40
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(1) Inclui: Educação Primária, Ensino Técnico Secundário e Pesquisas e Ensino Superior

(2) Despesas realizadas por conta das Administração Central da SURSAN e da SEC de Obras Públicas suscetíveis de classificação em mais de um programa dos projetos Saneamento do Meio e Urbanização Viação e Comunicações.

FONTE: Balanços estaduais da Administração Direta e dos diversos Órgãos da Administração Descentralizada.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS DO GOVERNO ESTADUAL

Números índices: 1961. = 100

PROJETOS E PROGRAMAS	1962	1963	1964
Administração Pública	83	503	386
Educação e Cultura	160	567	630
Educação (1)	157	587	629
Educação Física e Desportos	196	240	529
Atividades Artístico-Culturais	230	526	1 741
Saúde	232	2 290	2 918
Bem Estar Social	309	798	2 765
Abastecimento	46	206	1 645
Habitação	2 485	3 222	14 379
Assistencia Social	90	4 458	17 739
Segurança Pública	81	468	1 080
Sistema Penitenciário	64	458	573
Desenvolvimento Econômico	401	4 485	5 012
Energia	370	9 418	10 830
Fomento à Produção Agro-Pecuário	124	668	599
Turismo e Certames	1 456	2 816	2 736
Saneamento do Meio	376	897	2 640
Abastecimento d'Água	466	1 154	3 910
Esgotos	304	857	2 119
Drenagem e Saneamento Básico	327	359	618
Limpeza Urbana	184	2 048	5 708
Urbanização, Viação e Comunicações	136	429	1 132
Viário	113	436	709
Transportes	166	339	3 318
Comunicações	-	-	-
Trânsito e Estacionamento	-	-	-
Parques	63	161	3 965
Outros (2)	230	169	213
T O T A L	203	664	1 505

(1) Inclui: Educação Primária, Ensino Técnico e Secundário e Pesquisas e Ensino Superior

(2) Despesas realizadas por conta das Administrações Central da SURSAM e da Secretaria de Cbras Públicas, suscetíveis de classificação em mais de um programa dos projetos Saneamento do Meio e Urbanização, Viação e Comunicações.

FORTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos Órgãos da Administração Descentralizada.

QUADRO V

G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS DO GOVÉRNO ESTADUAL

INCREMENTOS ANUAIS EM PORCENTAGEM

PROJETOS E PROGRAMAS	1962	1963	1964
Administração Pública	- 16,87	504,69	- 23,16
Educação e Cultura	59,69	255,22	11,04
Educação (1)	57,10	273,04	6,83
Educação Física e Desportos	96,22	22,52	120,24
Atividades Artístico-Culturais	129,64	162,42	248,50
Saúde	131,64	888,62	27,43
Bem Estar Social	209,40	157,96	249,02
Abastecimento	- 54,09	348,56	700,08
Habitação	2 384,89	29,65	346,25
Assistência Social	- 9,90	4 850,23	288,92
Segurança Pública	- 19,31	480,44	130,61
Sistema Penitenciário	- 36,08	616,76	25,16
Desenvolvimento Econômico	300,91	1 018,79	11,76
Energia	273,79	2 419,82	14,99
Fomento à Produção Agro-Pecuária	24,39	436,95	- 10,35
Turismo e Certames	1 357,00	93,32	52,36
Saneamento do Meio	275,69	138,67	194,41
Abastecimento d'Água	365,49	147,88	238,81
Esgotos	203,89	181,88	147,37
Drenagem e Saneamento Básico	226,62	9,77	72,35
Limpeza Urbana	83,58	1 015,53	227,49
Urbanização, Viação e Comunicações	36,45	214,03	164,21
Viário	13,46	284,17	62,66
Transportes	66,45	103,70	878,44
Comunicações	-	-	362,15
Trânsito e Estacionamento	-	-	107,17
Parques	- 36,94	154,84	2 366,30
Outros (2)	130,06	- 56,48	25,83
T O T A L	102,86	227,51	126,59

(1) Inclui: Educação Primária, Ensino Técnico e Secundário e Pesquisas e Ensino Superior.

(2) Despesas realizadas por conta das Administrações Centrais da SURSAN e Secretaria de Obras Públicas suscetíveis de classificação em meios de um programa dos projetos Saneamento do Meio e Urbanização, Viação e Comunicações.

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos Diversos Órgãos da Administração Descentralizada.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS DO GOVERNO ESTADUAL (C\$ 1 000) - PREÇOS DE JUNHO DE 1965

PROJETOS E PROGRAMAS	1961	1962	1963	1964	1961/964
Administração Pública	5 393 477	2 966 081	10 317 923	4 155 169	22 832 650
Educação e Cultura	7 405 703	7 823 169	15 986 383	9 303 001	40 518 256
Educação (1)	6 954 909	7 227 942	15 524 375	8 716 771	38 423 957
Educação Física e Desportos	405 189	525 948	370 697	427 859	1 729 693
Atividades Artístico-Culturais	45 605	69 279	91 311	158 371	364 566
Saúde	1 406 337	2 154 991	12 256 035	8 184 410	24 001 773
Bem Estar Social	2 527 160	5 172 332	7 675 549	14 039 372	29 414 413
Abastecimento	309 592	94 017	242 605	1 017 229	1 663 443
Habituação	246 211	4 047 146	3 018 461	7 059 130	14 370 948
Assistência Social	59 884	35 691	1 016 381	2 071 586	3 183 542
Segurança Pública	1 688 022	901 000	3 008 540	3 635 901	9 223 463
Sistema Penitenciário	223 451	94 478	389 562	255 526	963 017
Desenvolvimento Econômico	575 873	1 527 231	9 829 412	5 757 219	17 689 735
Energia	232 560	575 033	8 335 585	5 023 324	14 166 502
Fomento à Produção Agro-Pecuária	267 343	219 991	679 541	319 264	1 486 139
Turismo e Certames	75 970	732 207	814 286	414 631	2 037 094
Saneamento do Meio	13 513 371	33 584 467	46 112 019	71 147 962	164 357 819
Abastecimento d'Água	5 772 356	17 774 710	25 346 946	45 006 775	93 900 787
Esgotos	4 553 695	9 154 336	14 844 898	19 245 131	47 798 060
Drenagens e Saneamento Básico	2 942 907	6 358 602	4 015 384	3 626 887	16 943 780
Limpeza Urbana	244 413	296 819	1 904 791	3 269 169	5 715 192
Urbanização, Viação e Comunicações	27 015 154	24 385 240	44 053 324	60 998 116	156 451 834
Viário	19 627 893	14 723 842	32 540 840	27 740 104	94 632 679
Transportes	1 838 395	2 024 293	2 372 198	12 164 010	18 398 896
Comunicações	-	-	5 386 701	13 046 694	18 433 395
Trânsito e Estacionamento	-	-	205 122	222 704	427 826
Parques	731 052	305 003	447 149	5 779 444	7 262 648
Outros (2)	4 817 814	7 332 102	3 101 314	2 045 160	17 296 300
T O T A L	57 837 075	77 613 511	146 230 645	173 585 249	455 266 480

Inflator: Índice Geral de Preços - Fundação Getúlio Vargas

(1) Inclui: Educação Primária, Ensino Técnico e Secundário e Pesquisas e Ensino Superior

(2) Despesas realizadas por conta das Administrações Centrais da SUPSAN e Secretaria de Obras Públicas suscetíveis de classificação em mais de um programa dos projetos Saneamento do Meio e Urbanização, Viagem e Comunicações.

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos Diversos Órgãos da Administração Descentralizada.

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS DO GOVERNO ESTADUAL - PREÇOS DE JUNHO DE 1965
Porcentagens sobre o Total

PROJETOS E PROGRAMAS	1961	1962	1963	1964	1961/964
Administração Pública	9,33	3,82	7,05	2,39	5,01
Educação e Cultura	12,81	10,08	10,93	5,36	8,89
Educação (1)	12,03	9,31	10,62	5,02	8,43
Educação Física e Desportos	0,70	0,68	0,25	0,25	0,38
Atividades Artístico-Culturais	0,08	0,09	0,06	0,09	0,08
Saúde	2,43	2,78	8,38	4,71	5,27
Bem Estar Social	4,37	6,66	5,26	8,09	6,46
Abastecimento	0,53	0,12	0,17	0,59	0,36
Habituação	0,43	5,21	2,06	4,07	3,16
Assistencia Social	0,10	0,05	0,70	1,19	0,70
Segurança Pública	2,92	1,16	2,06	2,09	2,03
Sistema Penitenciário	0,39	0,12	0,27	0,15	0,21
Desenvolvimento Econômico	1,00	1,97	6,72	3,32	3,89
Energia	0,40	0,74	5,70	2,90	3,11
Fomento à Produção Agro-Pecuária	0,47	0,28	0,46	0,18	0,33
Turismo e Certames	0,13	0,95	0,56	0,24	0,45
Saneamento do Meio	23,37	43,27	31,53	40,98	36,11
Abastecimento d'Água	9,98	22,91	17,33	25,93	20,64
Esgotos	7,87	11,79	10,15	11,08	10,49
Drenagem e Saneamento Básico	5,09	8,19	2,75	2,09	3,72
Limpeza Urbana	0,43	0,38	1,30	1,88	1,26
Urbanização, Viação e Comunicações	46,69	31,42	30,12	35,15	34,37
Viário	33,92	18,97	22,25	16,00	20,80
Transportes	3,18	2,61	1,62	7,00	4,04
Comunicações			3,68	7,51	4,05
Trânsito e Estacionamento			0,14	0,13	0,09
Parques	1,26	0,39	0,31	3,33	1,60
Outros (2)	8,33	9,45	2,12	1,18	3,79
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Inflator: Índice Geral de Preços - Fundação Getúlio Vargas

(1) Inclui: Educação Primária, Ensino Técnico e Secundário e Pesquisas e Ensino Superior

(2) Despesas realizadas por conta das Administrações Central da SURSAN e Secretaria de Obras Públicas suscetíveis de classificação em mais de um programa de projetos Saneamento do Meio e Urbanização, Viação e Comunicações.

FORME: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos Diversos Órgãos da Administração Descentralizada.

QUADRO VIII

G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS DO GOVERNO ESTADUAL - PREÇOS DE JUNHO DE 1965

Números índices - 1961=100

PROJETOS E PROGRAMAS	1962	1963	1964
Administração Pública	55	191	77
Educação e Cultura	105	216	126
Educação (1)	104	223	125
Educação Física e Desportos	130	91	106
Atividades Artístico-Culturais	152	200	347
Saúde	153	871	582
Bem Estar Social	205	304	555
Abastecimento	30	78	329
Habitação	1 644	1 226	2 867
Assistência Social	10	1 697	3 459
Segurança Pública	53	178	215
Sistema Penitenciário	42	174	114
Desenvolvimento Econômico	265	1 707	1 000
Energia	247	3 584	2 160
Fomento à Produção Agro-Pecuária	82	254	119
Turismo e Certames	963	1 072	545
Saneamento do Meio	248	341	526
Abastecimento d'Água	308	439	780
Esgotos	201	327	423
Drenagem e Saneamento Básico	216	136	123
Limpeza Urbana	121	779	1 337

QUADRO VIII (conclusão)

PROJETOS E PROGRAMAS	1962	1963	1964
Urbanização, Viação e Comunicações	90	163	226
Viário			141
Transportes	75	156	662
Comunicações	101	129	-
Trânsito e Estacionamento	-	-	-
Parques	-	-	790
Outros (2)	42	61	42
	152	64	
T O T A L	134	253	300

Inflator: Índice Geral de Preços - Fundação Getúlio Vargas

(1) Inclui: Educação Primária, Ensino Técnico e Secundário e Pesquisas e Ensino Superior

(2) Despesas realizadas por conta da Administração Central da SUPSAN e Secretaria de Obras Públicas suscetíveis de classificação em mais de um programa dos projetos Saneamento do Meio e Urbanização, Viação e Comunicações

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos Diversos Órgãos da Administração Descentralizada

QUADRO IX
G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS DO GOVERNO ESTADUAL - PREÇOS DE JUNHO DE 1965
Incrementos Anuais em Percentagem

PROJETOS E PROGRAMAS	1962	1963	1964
Administração Pública	- 45,01	247,86	- 59,73
Educação e Cultura	5,64	104,34	- 41,81
Educação (1)	3,93	114,78	- 43,85
Educação Física e Desportos	29,80	29,52	15,42
Atividades Artístico Culturais	51,91	31,80	73,44
Saúde	53,23	468,72	- 33,22
Bem Estar Social	104,67	48,40	82,91
Abastecimento	69,63	158,04	319,29
Habitação	1 543,77	25,42	133,87
Assistência Social	40,40	2 747,72	103,82
Segurança Pública	46,62	233,91	20,85
Sistema Penitenciário	57,72	312,33	34,41
Desenvolvimento Econômico	165,20	543,61	- 41,43
Energia	147,26	1 349,58	39,74
Fomento à Produção Agro-Pecuária	17,71	208,89	53,02
Turismo e Certames	863,81	11,21	49,08
Saneamento do meio	148,52	37,30	54,29
Abastecimento d'água	207,92	42,60	77,56
Esgotos	101,03	62,16	29,64
Drenagem e Saneamento Básico	116,07	36,85	9,68
Limpeza Urbana	21,44	541,73	71,63

QUADRO IX (conclusão)

PROJETOS E PROGRAMAS	1962	1963	1964
Urbanização, Viação e Comunicações	-	80,65	38,46
Viário	-	121,00	14,76
Transportes	24,09	17,19	412,77
Comunicações	10,11	-	142,20
Trânsito e Estacionamento	-	-	8,57
Parques	58,28	46,60	1 192,51
Outros (2)	52,19	57,70	34,06
T O T A L	34,19	88,49	18,76

Inflator: Índice Geral de Preços - Fundação Getulio Vargas

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta, e dos Diversos Órgãos da Administração Descentralizada.

(1) Inclui: Educação Primária, Ensino Técnico e Secundário e Pesquisas e Ensino Superior

(2) Despesas realizadas por conta da Administração Central da SURSAM e da Secretaria de Obras Públicas suscetíveis de classificação em mais de um programa dos projetos Saneamento de Meio e Urbanização, Viação e Comunicações.

G U A N A B A R A

DESPEAS DE INVESTIMENTO
DO GOVÉRNO FEDERAL - 1960/1964

Preços de 1960 - (R\$ 1 000)

SETORES	G O V E R N O F E D E R A L											
	Período											
	1960		1961		1962		1963		1964			
	Valor	Valor	% em relação ao ano anterior	Valor	Valor	% em relação ao ano anterior	Valor	Valor	% em relação ao ano anterior	Valor	% em relação ao ano anterior	
Social	1 125 071	1 452 353	29,08	1 828 832	1 752 486	25,92	4,17	909 055	48,13			
Habitação	282 808	301 928	6,76	727 500	710 357	140,95	2,36	85 772	27,93			
Saúde	253 859	230 268	9,30	547 932	520 574	137,95	4,92	325 117	37,59			
Educação e Cultura	588 404	156	56,38	553 400	521 155	39,86	5,83	498 166	4,41			
Agro Pecuária (1)	-	3 004	-	13 454	4 411	347,87	67,21	13 954	216,35			
Transp. Comunic.	545 228	429 020	21,31	1 294 600	1 906 179	201,76	47,24	1 683 861	11,65			
Transportes	538 166	424 354	21,15	1 280 825	1 900 026	201,83	48,34	1 682 339	11,46			
Comunicações	7 062	4 666	33,93	13 775	6 153	195,22	55,33	1 522	75,26			
Saneamento	23 235	34 454	48,28	20 431	91 892	41,70	349,77	16 821	81,96			
Energia	-	-	-	6 817	44 173	-	548,0	198 241	210,8			
T O T A L	1 693 534	1 918 831	13,3	3 164 135	3 799 142	64,9	20,1	2 821 932	25,7			

(1) - Apenas as verbas de aplicação específica na Guanabara.

Nota: O deflator utilizado foi o índice de custo de vida.

QUADRO X
G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE PESSOAL

(G\$ 1.000)

PROJETOS	1961	1962	1963	1964	1961/1964
Administração Pública	5 436 512	9 733 412	16 579 935	38 301 978	70 051 837
Educação e Cultura	4 095 721	8 036 135	17 080 290	24 113 651	53 325 797
Saúde	3 057 205	5 599 606	12 704 023	22 789 423	44 150 257
Bem Estar Social	2 293 868	4 406 355	9 014 495	28 368 943	44 083 661
Desenvolvimento Econômico	243 626	441 715	1 035 951	2 538 908	4 260 200
Saneamento do Meio	2 182 881	6 383 543	8 755 457	17 400 942	34 722 823
Urbanização, Viagem e Comunicações	2 757 772	6 267 719	8 211 991	27 391 717	44 629 199
T O T A L	20 067 585	40 868 485	73 382 142	160 905 562	295 223 774

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos órgãos da Administração Descentralizada.

QUADRO XI

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE PESSOAL

PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL

PROJETOS	1961	1962	1963	1964	1961/1964
Administração Pública	27,09	23,31	22,59	23,20	23,73
Educação e Cultura	20,41	19,65	23,28	14,98	18,07
Saúde	15,23	13,70	17,31	14,16	14,97
Bem Estar Social	11,43	10,79	12,29	17,63	14,94
Desenvolvimento Econômico	1,22	1,09	1,42	1,59	1,43
Saneamento do Meio	10,88	13,62	11,92	10,82	11,75
Urbanização, Viação e Comunicações	13,74	15,34	11,19	17,02	15,11
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos órgãos de Administração Descentralizada

QUADRO XII
G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE PESSOAL

Números índices: 1961=100

PROJETOS	1961	1962	1963	1964
Administração Pública	100	179	305	705
Educação e Cultura	100	196	417	589
Saúde	100	183	416	745
Bem Estar Social	100	192	393	1 238
Desenvolvimento Econômico	100	181	425	1 042
Saneamento do Meio	100	292	401	797
Urbanização, Viagem e Comunicações	100	227	297	993
T O T A L	100	201	366	802

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos Órgãos da Administração Descentralizada.

QUADRO XII-A

G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE PESSOAL

PREÇOS DE JUNHO DE 1965

(em 1 000)

PROJETOS	1961	1962	1965	1964	1961-1964
Administração Pública	42 143 841	49 512 937	48 910 808	59 214 858	200 182 444
Educação e Cultura	31 750 029	41 209 500	59 386 856	37 279 704	160 625 889
Saúde	23 699 453	28 714 789	59 476 868	35 232 448	125 123 549
Bem Estar Social	17 782 065	22 595 788	26 592 760	43 858 386	110 828 999
Desenvolvimento Econômico	1 888 589	2 265 115	3 056 056	3 925 152	11 134 912
Saneamento do Meio	16 921 694	32 734 808	25 828 598	26 901 856	102 386 956
Urbanização, Viagem e Comunicações	21 378 248	32 140 883	24 225 373	42 347 595	120 092 079
TOTAL	155 563 919	209 573 591	216 477 319	248 759 999	330 374 828

Inflator: Índice Geral de Preços - F.G.V.

FONTE: BALANÇOS ESTADUAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA.

QUADRO XIII

G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE PESSOAL

Incrementos Anuais (%)

PROJETOS	1962	1963	1964
Administração Pública	75,64	70,34	131,01
Educação e Cultura	96,21	112,54	41,17
Saúde	83,16	126,87	79,38
Bem Estar Social	92,09	104,58	214,70
Desenvolvimento Econômico	81,31	134,53	145,08
Saneamento do Meio	192,44	37,16	98,74
Urbanização, Viação e Comunicações	127,27	31,02	233,55
T O T A L	103,65	79,55	119,27

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos Órgãos de Administração Descentralizada

QUADRO XIV
G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE CUSTEIO TOTAL

(C\$ 1 000)

PROJETOS	1961	1962	1963	1964	1961/1964
Administração Pública	6 602 272	11 875 242	16 988 733	42 264 854	80 299 694
Educação e Cultura	4 425 560	5 760 633	10 579 509	26 651 629	58 377 541
Saúde	4 135 925	6 891 943	16 745 362	28 177 299	55 950 531
Bem Estar Social	3 041 975	5 559 145	11 640 275	33 342 958	53 594 354
Desenvolvimento Econômico	314 606	528 727	1 651 997	4 256 224	6 751 264
Saneamento do Meio	2 599 409	7 224 875	10 498 975	19 527 192	39 850 451
Urbanização, Vição e Comunicações	3 506 905	7 638 275	10 609 187	52 987 413	54 690 818
T O T A L	24 627 197	48 991 362	88 611 161	137 507 569	349 514 653

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos Órgãos de Administração Descentralizada.

QUADRO XV

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE CUSTEIO TOTAL

Acréscimos Anuais (%)

PROJETOS	1962	1963	1964
Administração Pública	79,87	59,62	126,11
Educação e Cultura	97,94	111,62	43,72
Saúde	66,64	142,97	68,26
Ben. Estar Social	83,08	109,01	186,44
Desenvolvimento Econômico	68,06	212,39	157,69
Saneamento do Meio	177,40	45,31	85,99
Urbanização, Viação e Comunicações	114,96	41,37	209,51
T O T A L	96,46	83,28	111,75

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos Órgãos da Administração Descentralizada.

QUADRO AV - A

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE CUSTEIO TOTAL

PREÇOS DE JUÍZO DE 65

(Cr\$ 1 000)

PROJETOS	1961	1962	1963	1964	1961-1964
Assistência Pública	51 181 642	60 393 805	55 922 321	66 269 064	234 271 832
Educação e Cultura	34 310 042	44 924 577	54 690 962	41 203 418	175 128 999
Saúde	32 061 690	35 341 894	49 398 313	43 562 104	160 364 506
Bem Estar Social	23 581 390	28 558 530	34 338 811	51 548 213	133 026 994
Desenvolvimento Econômico	2 438 826	2 711 364	4 372 507	6 580 125	16 602 820
Saneamento do Meio	20 150 619	37 049 159	30 971 976	30 189 039	118 360 793
Urbanização, Visão e Comun.	27 185 512	38 658 838	51 440 294	50 998 541	148 233 185
T O T A L	190 909 721	248 143 217	261 655 689	290 350 502	991 039 129

Inflator: Índice Geral de Preços - F.G.V.

NOTA: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos órgãos da Administração Descentralizada.

QUADRO XVI

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE CUSTEIO TOTAL

PERCENTAGENS SOBRE O TOTAL

PROJETOS	1961	1962	1963	1964	1961/1964
Administração Pública	26,81	24,54	21,36	22,82	22,96
Educação e Cultura	18,00	18,10	20,90	14,18	16,71
Saúde	16,79	14,24	18,89	15,00	16,02
Bem Estar Social	12,35	11,51	13,12	17,75	15,34
Desenvolvimento Econômico	1,28	1,10	1,87	2,27	1,93
Saneamento do Meio	10,54	14,93	11,84	10,41	11,40
Urbanização, Viação e Comunicações	14,23	15,58	12,02	17,57	15,64
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos órgãos da Administração Descentralizada.

QUADRO XVII

G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DE CUSTEIO TOTAL

NÚMEROS ÍNDICES: 1.961=100

PROJETOS	1962	1963	1964
Administração Pública	176	287	649
Educação e Cultura	198	419	602
Saúde	167	405	681
Bem Estar Social	183	383	1.096
Desenvolvimento Econômico	168	525	1.353
Saneamento do Meio	278	404	751
Urbanização, Viação e Comunicações	215	304	941
T O T A L	196	360	763

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos órgãos da Administração Descentralizada.

QUADRO XVIII

G U A N A B A R A

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DESCENTRALIZADA

(G\$ 1.000)

PROJETOS	1961	1962	1963	1964	1961-1964
Administração Pública	1 165 867	2 142 330	2 376 784	4 562 876	10 247 857
Educação e Cultura	330 239	724 508	1 459 019	2 537 978	5 051 744
Saúde	1 078 720	1 292 339	4 041 339	5 387 876	11 800 274
Bem Estar Social	748 107	1 162 791	2 625 780	4 974 015	9 510 693
Desenvolvimento Econômico	70 980	87 022	615 746	1 717 316	2 491 064
Saneamento do Meio	416 528	841 332	1 743 518	2 126 250	5 127 628
Urbanização, Viação e Comunicações	749 131	1 271 056	2 445 736	5 595 696	10 061 619
T O T A L	4 559 572	7 521 378	15 307 922	26 902 007	54 290 879

FONTE: Balanços Estaduais de Administração Direta e dos diversos órgãos da Administração Descentralizada.

NOTA: Inclui todas as Despesas de custeio, excluídas as Despesas com Pessoal.

QUADRO XVIII-A

G U A N A B A R A

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E DESCENTRALIZADA

PREÇOS DE JUNHO DE 1965

(C\$ 1 000)

PROJETOS	1961	1962	1963	1964	1961/1964
Administração Pública	9 037 801	10 985 868	7 011 513	7 054 206	34 089 388
Educação e Cultura	2 560 013	3 715 277	4 304 106	3 923 714	14 503 110
Saúde	8 362 237	6 627 114	11 921 950	8 329 656	35 240 957
Bem Estar Social	5 799 325	5 962 792	7 746 051	7 689 827	27 197 995
Desenvolvimento Econômico	550 237	446 249	1 816 451	2 654 971	5 467 908
Saneamento do Meio	3 228 925	4 314 351	5 143 378	3 287 183	15 973 837
Urbanização, Viação e Comunicações	5 807 264	6 517 975	7 214 921	8 650 946	28 191 106
T O T A L	35 345 802	38 569 626	45 158 370	41 590 503	160 664 301

Inflator: Índice Geral de Preços - F.G.V.

FONTE: Balanços Estaduais da Administração Direta e dos diversos órgãos da Administração Descentralizada.

Nota: Estão incluídas todas as Despesas de Custeio, excluídas as Despesas com o Custeio Pessoal

GRÁFICO Nº I

GUANABARA

EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DO GOVÊRNO ESTADUAL

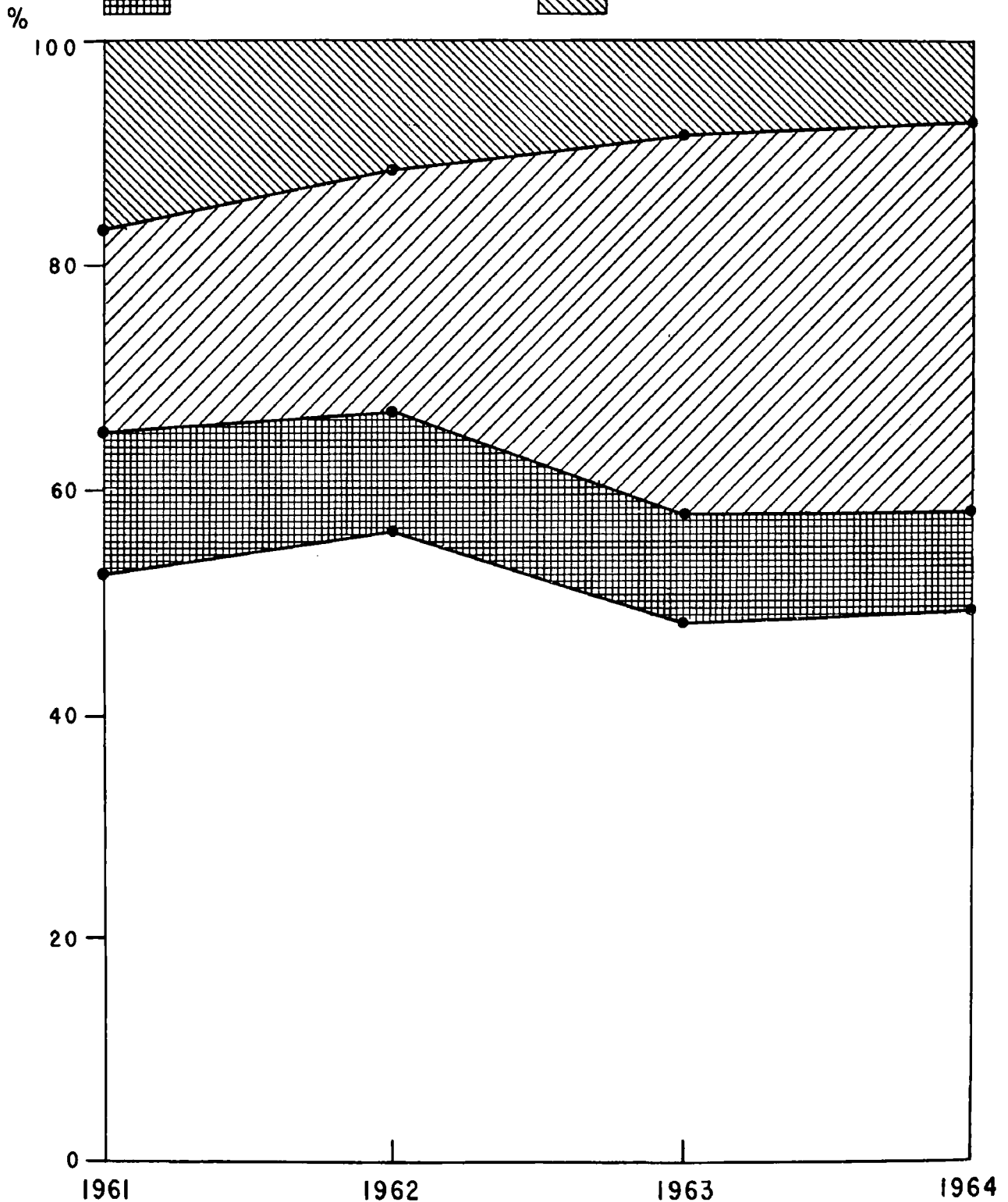
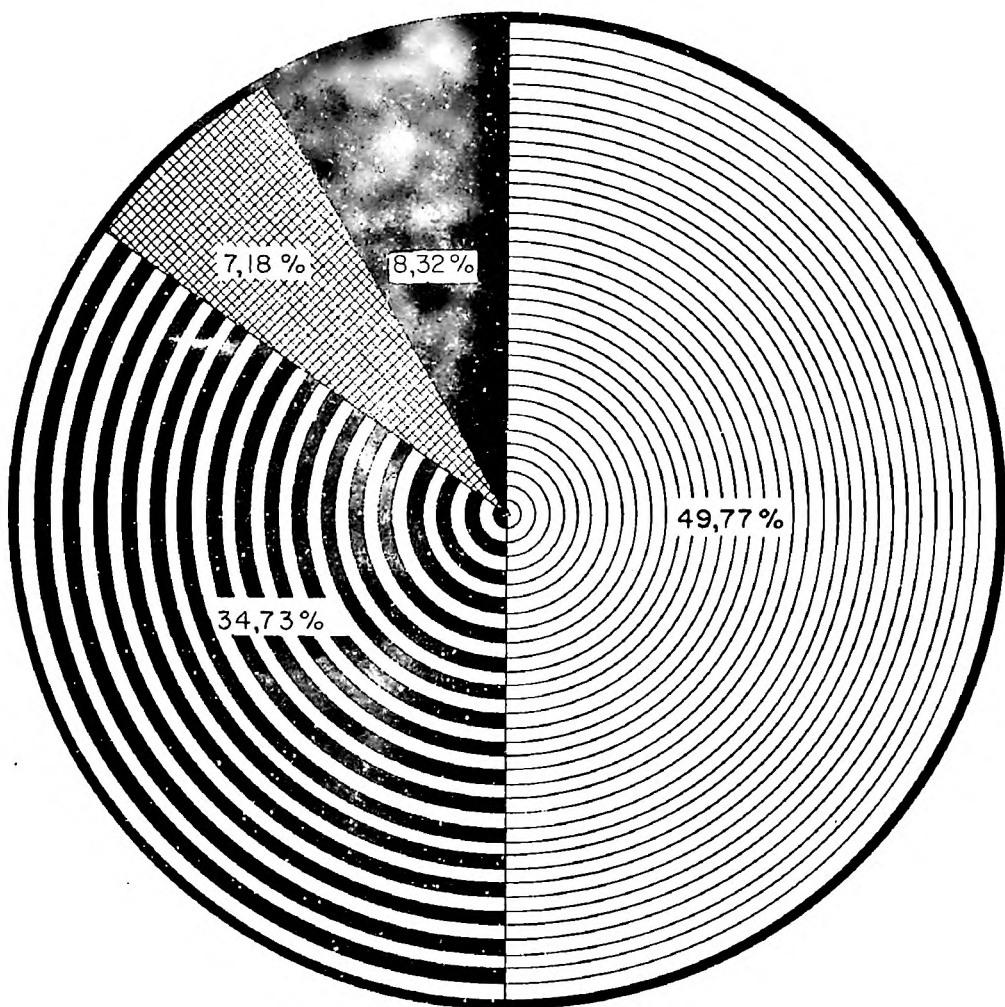
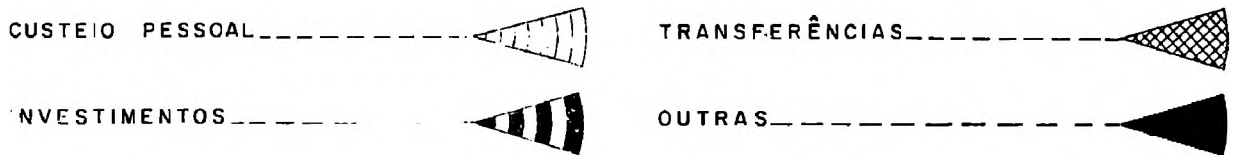


GRÁFICO Nº II

GUANABARA

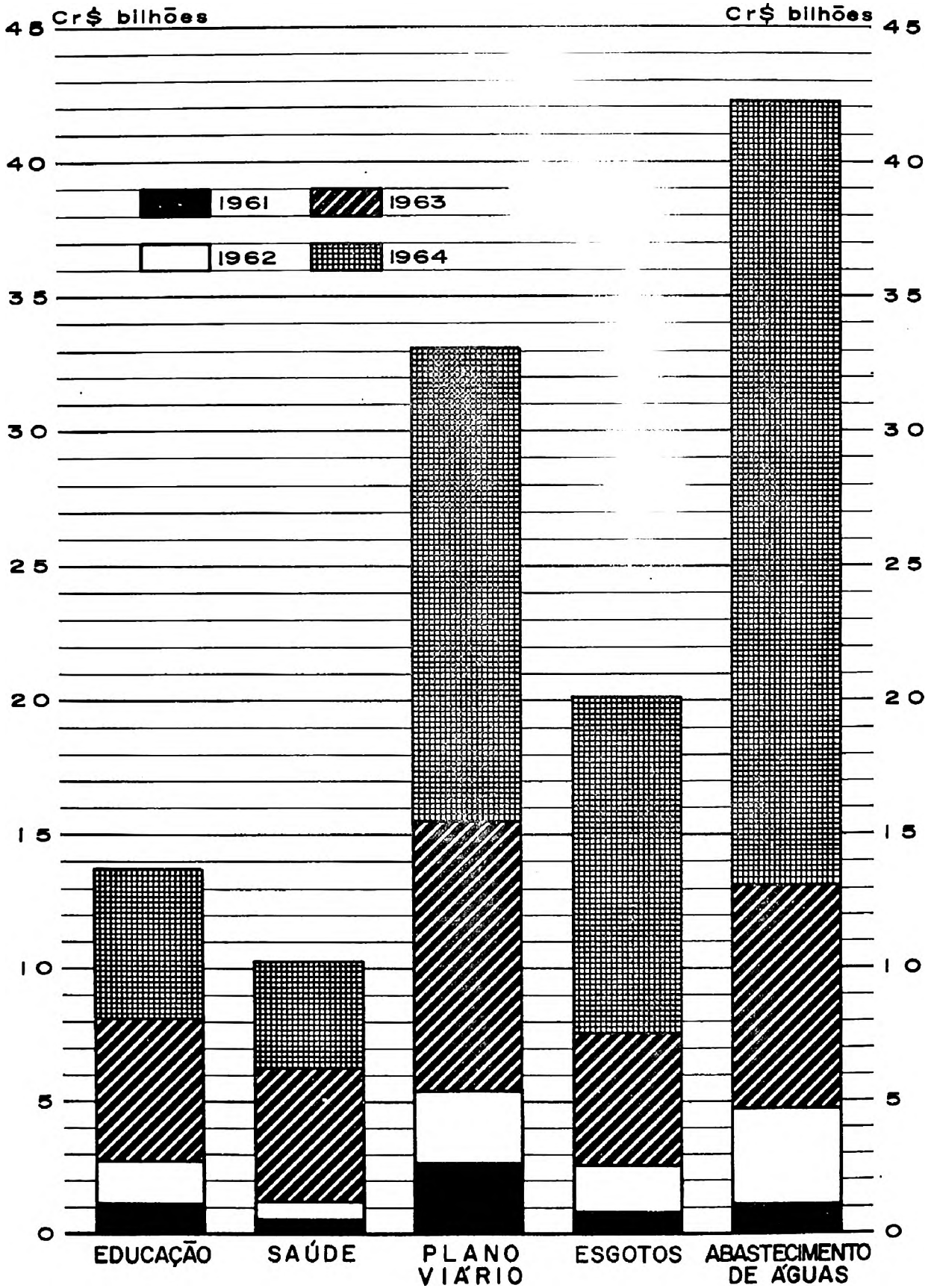
DESPESA CONSOLIDADA DO GOVÊRNO

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL EM 1964



GUANABARA

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS



GUANABARA

DESPESAS DE INVESTIMENTOS EM OBRAS PÚBLICAS NO PERÍODO 1961-1964

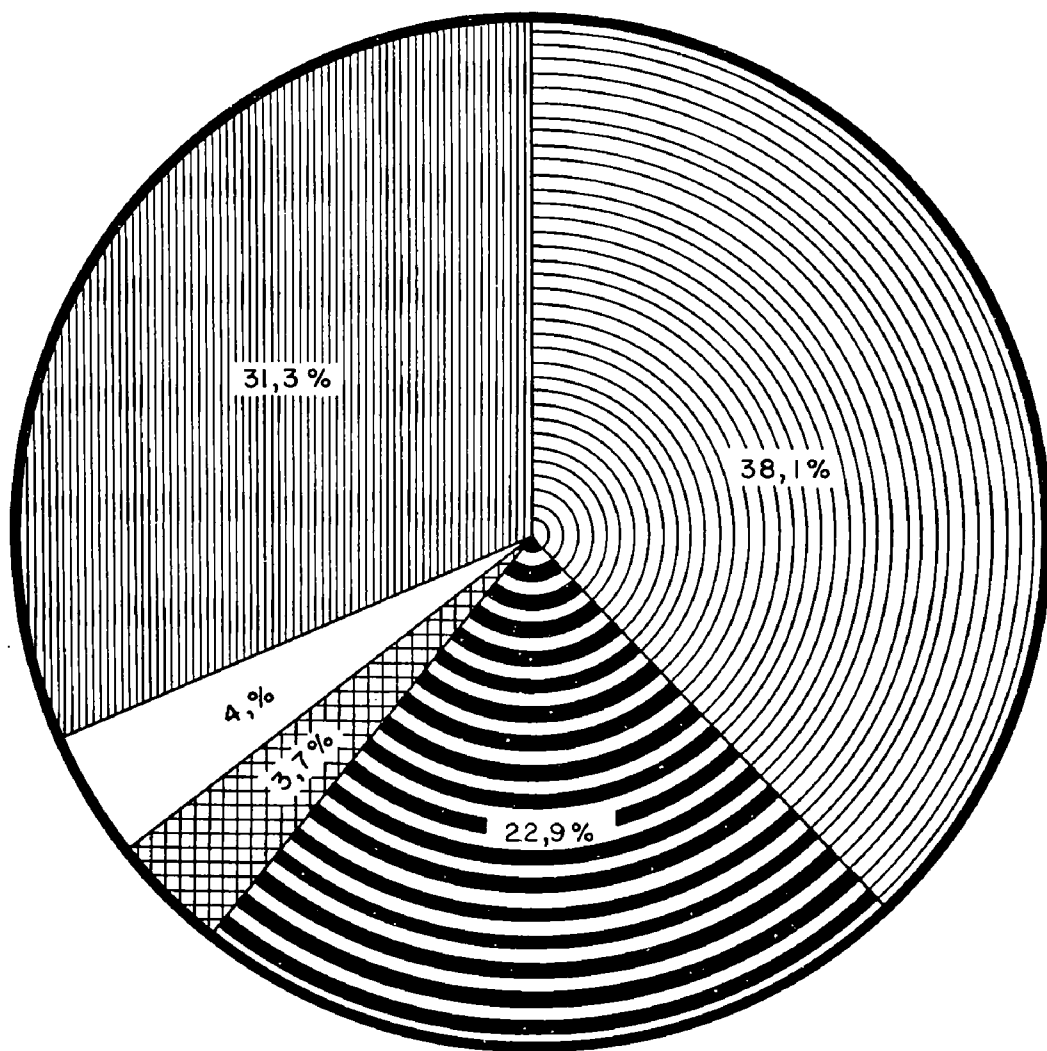
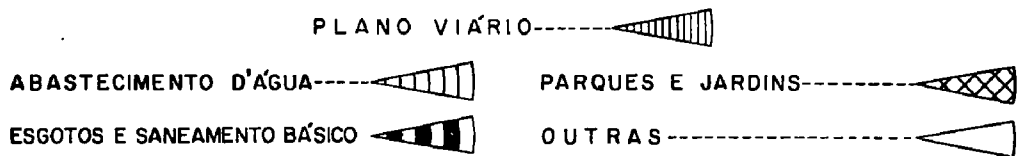


GRÁFICO Nº V

G U A N A B A R A

RELAÇÃO ENTRE A RECEITA TRIBUTÁRIA E OS INVESTIMENTOS ESTADUAIS CONSOLIDADOS

RECEITA TRIBUTÁRIA  INVESTIMENTOS 

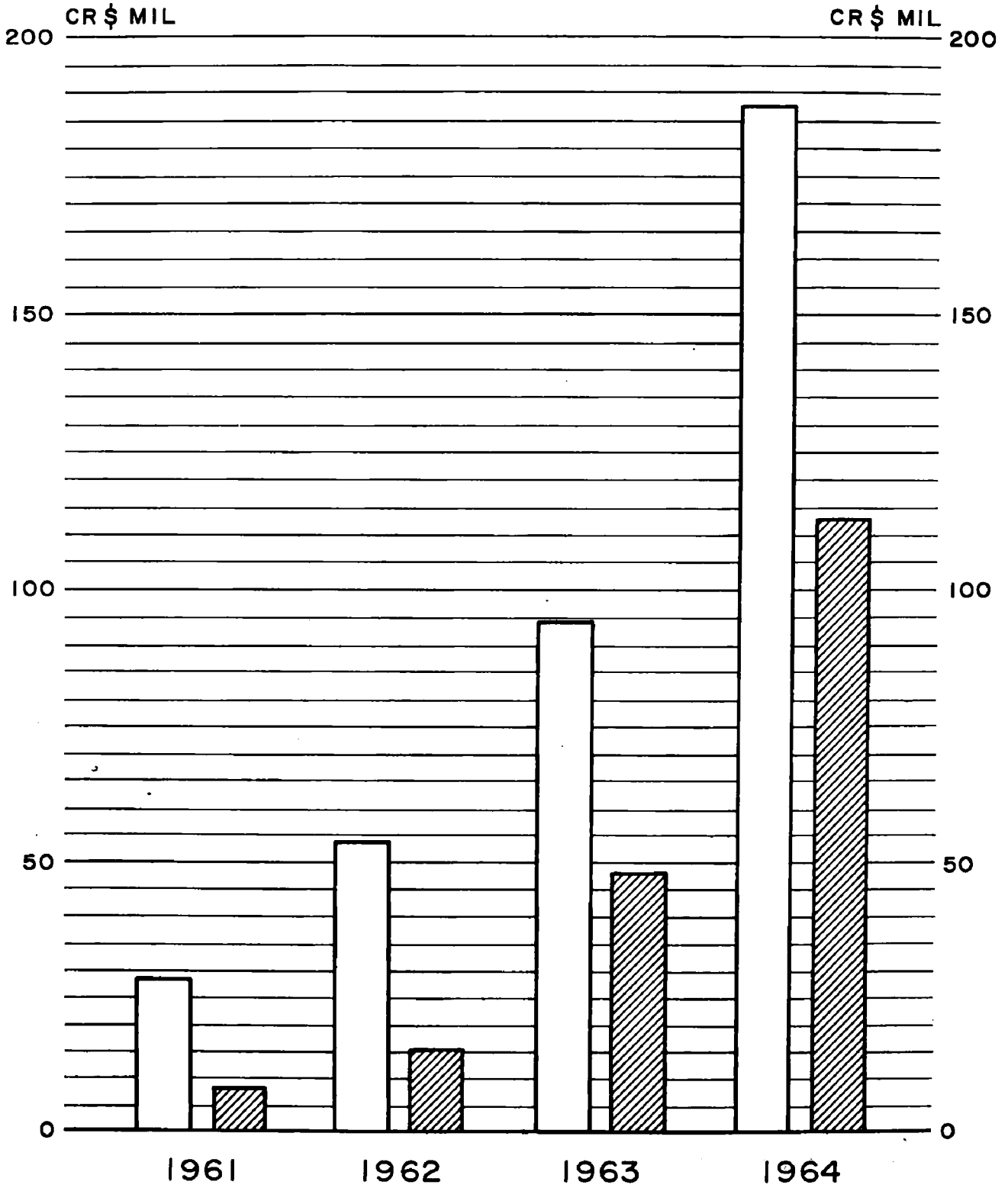


GRÁFICO Nº VI

GUANABARA

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTADUAIS EM CONFRONTO COM A DESPESA DE CUSTEIO E A RECEITA TRIBUTÁRIA

Números Índices

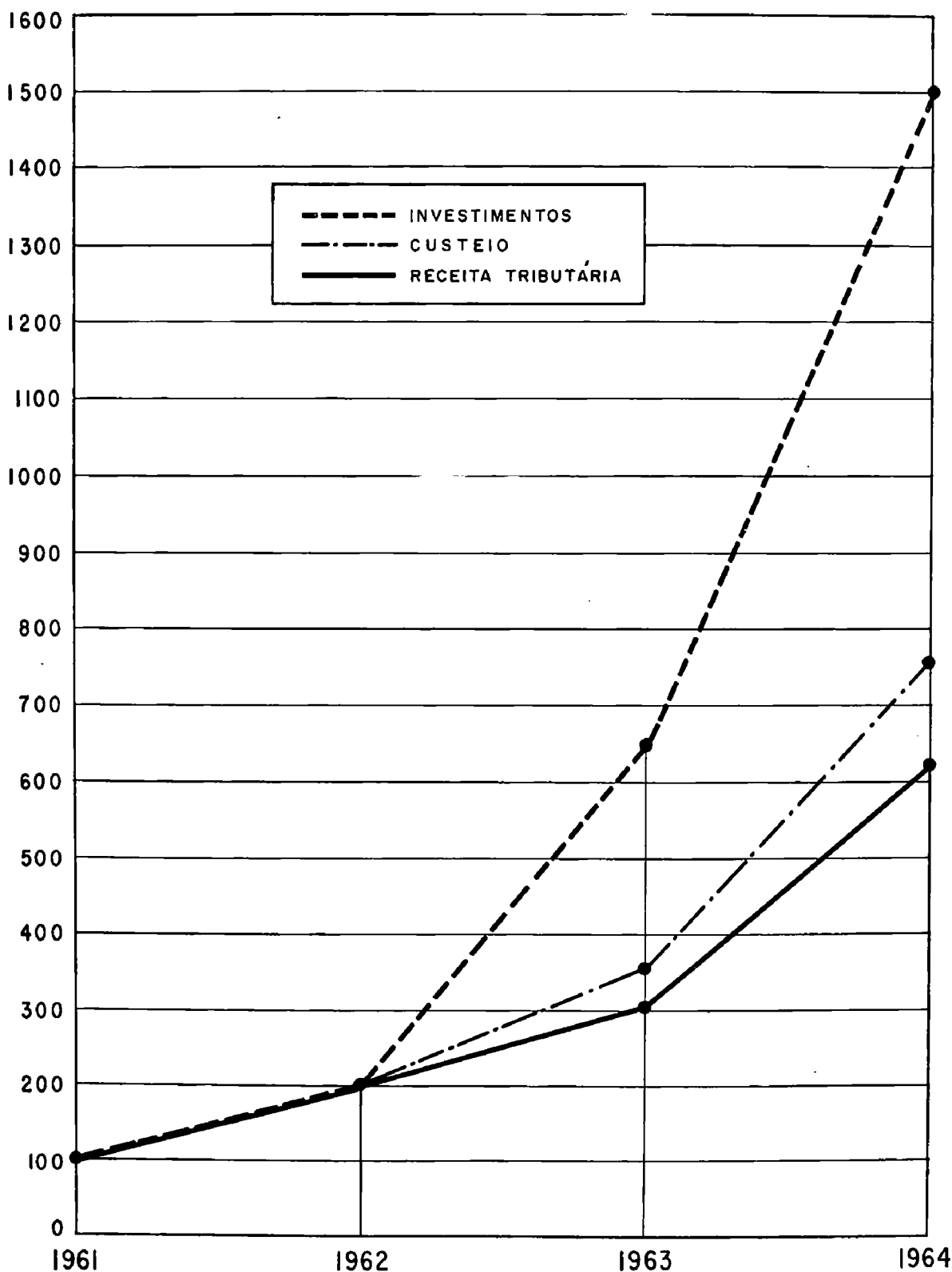
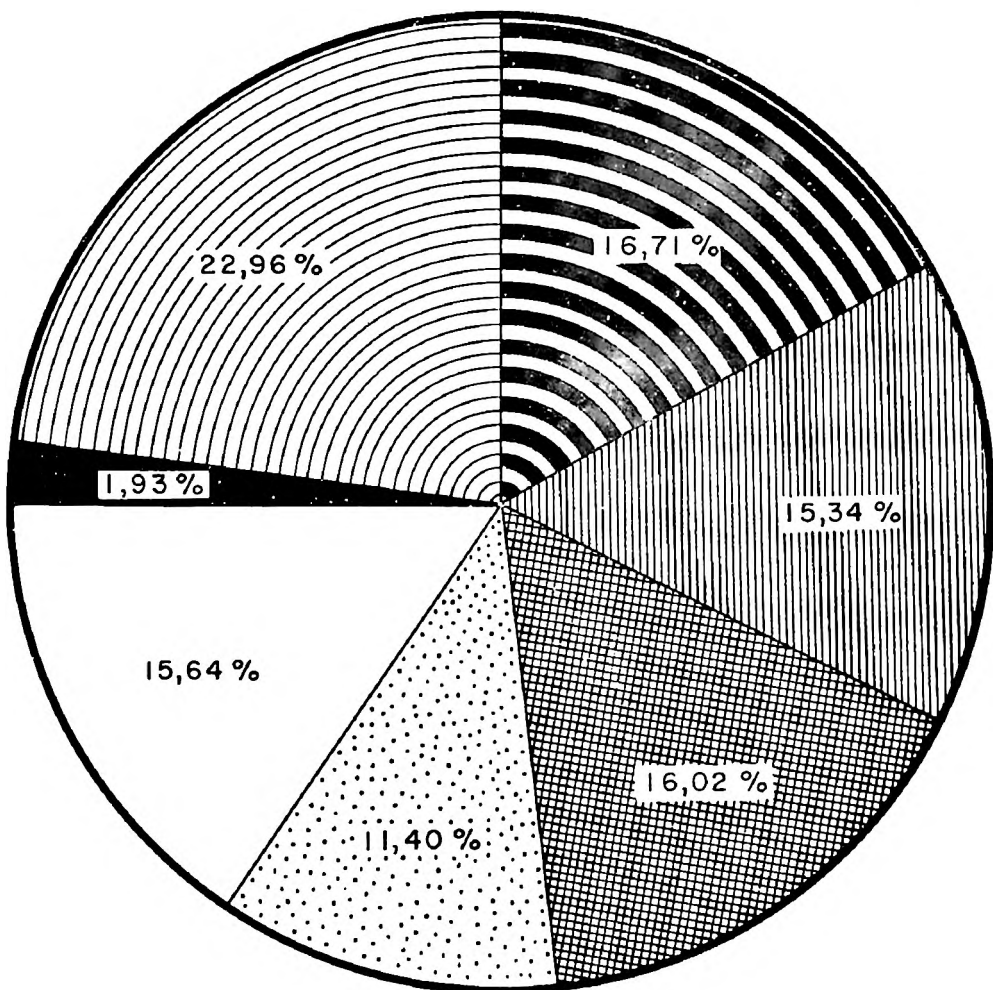


GRÁFICO Nº VI

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA
DE CUSTEIO TOTAL

1961 - 1964



órgãos de atividades-meio registrou índices de acréscimo inferiores aos do total da despesa de pessoal. Estes aumentaram de 8 vezes entre 1961 e 1964, enquanto aqueles de 7 vezes.

A Despesa de Custeio Total

A despesa de custeio total, consubstanciada nos quadros XIII e XIV, demonstra tendência semelhante, em sua evolução à despesa de pessoal, tornando-se desnecessário estudar-se a análise para seu exame.

É compreensível que houvesse uma absoluta influência do comportamento da despesa de pessoal na formação do total da despesa de custeio, para o qual contribui com cerca de 83%, restando apenas 17% para as demais parcelas agrupadas neste estudo sob o título de "outras".

Considerando-se a modesta significação dos dispendios classificados na categoria "outras" não se fará o exame de sua composição e evolução.

10.2- Despesas Federais no Estado da Guanabara (*)

INTRODUÇÃO - Trata o presente levantamento da apuração dos gastos efetuados por conta do Governo Federal na Guanabara, segundo os setores de atividade. Os números constantes dos quadros em anexo referem-se apenas a despesas classificadas como "investimento" dentro do critério adotado no item 10.2, tendo em vista que, neste caso, o caráter nacional dos órgãos executores da política do Governo Federal, não permite apropriação da parcela das "despesas de custeio" que corresponderiam às atividades desses órgãos na Guanabara. Dentro desse ponto de vista, mesmo das despesas classificadas como "investimento", foram eliminadas aquelas que não tinham a finalidade de atender única e exclusivamente à coletividade deste Estado, ainda que, em virtude da maioria desses órgãos serem aqui sediados, tivessem sido efetuadas dentro das nossas fronteiras.

(*) Síntese do trabalho "Investimentos Diretos da União na Guanabara no período 1960/64", de autoria de Fernando A. R. da Silva, publicado em Estudos Cariocas nº 2.

O MÉTODO DO LEVANTAMENTO - Constatada a precariedade dos dados a serem obtidos caso a pesquisa fôsse realizada mediante consulta aos orçamentos e balanços da União e Autarquias (1), o levantamento das informações necessárias exigiu a realização de pesquisa direta junto aos órgãos do Governo Federal.

Considerando o atendimento dos setores, selecionados, a pesquisa na esfera federal abrangeu os seguintes órgãos: Institutos de Previdência (todos), responsáveis pelos setores de habitação e saúde; Ministério da Agricultura, responsável pelo setor agro-pecuário; Ministério da Saúde, no setor saúde; Ministério da Educação, nos setores educação e cultura; Ministério da Viação e Obras Públicas, nos setores transportes, comunicações e saneamento; Ministério das Minas e Energia no setor energia; Ministério da Aeronáutica, responsável pelo item aeroportos.

O conhecimento da significação da grandeza apresentada nos quadros resumo de levantamentos estatísticos, é indispensável para evitar distorções nos resultados da análise. Assim sendo, torna-se necessário uma explicação preliminar sôbre os números ora apresentados antes de pensarmos em tirar conclusões a respeito.

HABITAÇÃO - Compreende as despesas realizadas pelos IAPs com a realização de obras em conjuntos ou prédios com finalidades residenciais. Os dados, com exceção do IAPC, foram obtidos diretamente nas seções competentes dessas autarquias sendo, de maneira geral, fornecidos pelos respectivos Departamento de Patrimônio. Para o IAPC, os dados foram retirados dos Balanços gerais dessa Autarquia. Vale notar, que o total não inclui o IAPFESP, uma vez que êste Instituto só apresentou dados relativos a financiamento concedido para construção e reforma de prédios o que não está incluído no presente levantamento.

SAÚDE - Compreende as despesas realizadas pelos IAPs e pelo Ministério da Saúde com a realização de obras

(1) Dado a que êstes documentos não especificam, no total, a destinação geográfica das despesas da União.

em prédios com finalidade médico-hospitalares sediados na Guanabara, bem como a aquisição de equipamentos destinados a suprir as necessidades desses mesmos estabelecimentos. Os dados dos Institutos de Previdência, excetuando-se os do IAPC que foram retirados dos respectivos balanços gerais, foram obtidos diretamente na seção competente (Divisão do Material) dessas autarquias, enquanto os referentes ao Ministério da Saúde foram fornecidos diretamente pela Divisão de Obras e de Material desse Ministério.

EDUCAÇÃO E CULTURA - Compreende as despesas realizadas pelo Ministério da Educação e pela Universidade do Brasil, despesas estas referentes à realização de obras em prédios educacionais com finalidade específica de prestar serviços à coletividade carioca, a aquisição de equipamentos para suprir às necessidades desses mesmos prédios, ao fornecimento de Bolsas de Estudo (Departamento do Ensino Secundário) e a obras de conservação em museus e igrejas (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A coleta dos dados foi realizada junto às Divisões de Obras e de Material, aos Departamentos do Ensino Secundário e Industrial, ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e à Universidade do Brasil. Obtiveram-se, ainda, dados referentes ao Departamento do Ensino Superior mediante consulta aos orçamentos e balanços da União, tendo em vista que informações diretas só poderiam ser obtidas em Brasília.

AGRO-PECUÁRIO - Compreende as despesas realizadas pelo Ministério da Agricultura referentes a fomento à produção agro-pecuária (2). Vale notar, que os totais indicados no quadro anexo incluem apenas despesas oriundas de verbas de aplicação específica na Guanabara. As parcelas das verbas globais que porventura tenham sido aqui aplicadas não puderam ser incluídas pela impossibilidade de sua apropriação.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - Compreende os investimentos federais, sob a jurisdição do Ministério da

(2) - Realizados pelo Departamento de Promoção e de Defesa à Inspeção Agro-Pecuária.

Viação e Obras Públicas, assim como, os relativos a obras em aeroportos, sob a jurisdição do Ministério da Aeronáutica. A pesquisa realizada junto às Autarquias Federais encarregadas da execução do programa de transporte do ... MVOP, abrangeu: DNER, DNEF, APRJ, STBG, CMM, DCT, DNPVN, Lóide e Costeira. Além dessas Autarquias, foi também incluída no âmbito do MVOP a Rêde Ferroviária Federal S/A. Vale notar, que o resultado não inclui o DNEF, DNPVN, Lóide, Costeira e CMM, uma vez que êsses órgãos não realizaram, no período, investimentos que tivessem a finalidade específica de atender à coletividade do Estado da Guanabara. Por outro lado, cabem ainda os seguintes esclarecimentos no que se refere à natureza das despesas incluídas no levantamento e respectivas fontes de informações:

a) DNER - os dados fornecidos pelo 7º Distrito Rodoviário Federal e pela Administração do Centro Rodoviário - GB, compreendem os gastos com a implantação, ampliação ou melhoria de trechos rodoviários situados dentro das fronteiras estaduais, bem como despesas relativas a obras em prédios cuja finalidade específica seja atender às atividades dessa Autarquia na Guanabara.

b) ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO (APRJ) - os dados fornecidos pela Seção de Contabilidade incluem os investimentos dessa Autarquia com a utilização de recursos próprios ou por conta de Fundos Especiais.

c) SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTES DA BAIÁ DA GUANABARA (STBG) - os dados fornecidos por esta Autarquia referem-se à realização de obras de construção e reforma das estações de passageiros da Praça XV e Ilha de Paquetá e das pontes de atracação das embarcações nos mesmos logradouros.

d) DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS (DCT) - dados brutos fornecidos pela Diretoria Regional do Estado da Guanabara; os valores apresentados no quadro anexo foram obtidos após triagem nos elementos fornecidos pela Autarquia e referem-se à realização de reformas em Agências Postais Telegráficas, aquisição de equipamentos para o funcionamento dessas agências e eventual realização de obras de melhoria na rêde telegráfica.

e) REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A (RFF S/A) - dados fornecidos pela Superintendência Geral Administrativa da Empresa. Referem-se a despesas efetuadas pelas Estradas de Ferro Central do Brasil e Leopoldina e pela Comissão de Transportes Ferroviários Suburbanos, na melhoria das condições de tráfego e nos prédios onde se instalam essas unidades. No caso da Comissão de Transportes Suburbanos, incluem-se também despesas com a aquisição de material rodante (transporte e tração).

No que se refere ao Ministério da Aeronáutica, tendo em vista as dificuldades alegadas para o atendimento direto de nossa solicitação, adotou-se o critério de anotar as verbas específicas consignadas nos orçamentos federais para esse período no âmbito dessa unidade e que pudessem ser classificadas como "investimentos", ou seja, destinados à implantação, ampliação ou melhoria de pistas de pouso para aviões e instalações aéreas. De posse destes dados preliminares, passou-se à verificação, mediante uso dos Balanços da União referentes ao período 60/64 (3) da efetivação ou não da despesa prevista a fim de que dispuséssemos de dados relativos à despesa efetivamente realizada de acordo com o espírito do presente trabalho.

SANEAMENTO - Compreende as despesas realizadas através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento referentes a investimentos na área compreendida pelo Estado da Guanabara. Os dados foram obtidos diretamente no Serviço de Economia e Estatística, sem discriminação da sua natureza.

ENERGIA - os dados apresentados foram fornecidos pela Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP), incluída no âmbito do Ministério das Minas e Energia, e referem-se aos investimentos por ela realizados no Estado da Guanabara.

10.2.1 - A Composição Setorial dos Investimentos

Os quadros I e II que resumem os resultados do levantamento em referência, permitem analisar a composição

(3) Os balanços de 1963 e 1964 (provisório) foram consultados diretamente na Contadoria Geral da República.

dos investimentos da União na Guanabara, segundo os setores de atividade já mencionados.

Verifica-se, de imediato que os setores Agro-Pecuário e Saneamento apresentam valores insignificantes ao longo de todo o período pesquisado, o que permite a sua eliminação da análise a ser procedida sem prejuízo para o seu conteúdo.

Isto pôsto, a apreciação dos investimentos federais segundo a sua destinação setorial poderá restringir-se à participação dos setores Social, Transportes e Comunicações e Energia, descendo ao nível de seus componentes no total relativo ao período considerado.

Constata-se, desta forma, mediante consulta no quadro II, uma mudança radical na estrutura dos dispêndios em referência ao longo do período focalizado.

O setor Social, que em 1960 participava com cerca de 66% do total dos investimentos realizados no Estado da Guanabara, representava, em 1964, apenas cerca de 32% do mesmo total enquanto o setor Transporte e Comunicações passava de cerca de 32% em 1960, para cerca de 60% em 1964. Vale notar, como fato auspicioso, o acréscimo verificado no setor Energia, que, ausente no biênio 60/61, chega a representar 7% do total em referência no fim do período.

Os dados globais indicam, desta forma, que a composição dos investimentos federais na Guanabara estaria evoluindo para uma crescente participação dos setores de infra estrutura (Transporte e Comunicações e Energia) em detrimento do setor Social; teríamos, conforme mencionado, que no início do período o Setor Social representava cerca de 66% e os setores de infra estrutura 32%, valores estes que se apresentam perfeitamente invertidos em 1964.

Entretanto, se descermos ao detalhe da análise dos componentes dos mencionados setores poderemos chegar à conclusão bastante diversa.

No que se refere ao setor social, verifica-se que a mencionada redução deve-se, principalmente, a um declínio acentuado na participação relativa dos investimentos em educação e habitação; os primeiros caíram de cerca de 48% em 1961 para pouco mais de 17% em 1964 enquanto os últimos atingiam 3% apenas em 1964 contra cerca de 17% no início

do período.

Quanto ao setor Transporte e Comunicações, por outro lado, vale notar que apenas o sub-setor Transporte responde pelo acréscimo substancial acima mencionado, uma vez que são insignificantes os dados relativos a investimentos em Comunicações. Acresce, que esta crescente participação do sub-setor Transportes no cômputo total dos investimentos da União deve-se, exclusivamente, ao substancial acréscimo ocorrido nos investimentos da Rede Ferroviária Federal S/A, referentes, principalmente, ao reaparelhamento do transporte ferroviário suburbano, tendo em vista a progressiva deterioração da posição assumida pelas aplicações da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro (vide quadros VI e VII); constata-se, que enquanto no início do período considerado a RFF S/A participava com 17%, e a APRJ com cêrca de 12% dos investimentos federais em transportes, em 1964 êstes valores estavam modificados para 53% para a primeira e menos de 2% para a segunda.

Os números indicam, desta forma, considerado o setor em análise, a crescente ausência de aplicações federais no desenvolvimento de setores importantes da economia estadual (Portos, Rodovias e Comunicações) a par de uma absorção quase total dos recursos destinados a êste setor, pelos investimentos orientados para o desenvolvimento de serviços públicos de transporte suburbano.

A análise dos componentes permite-nos, agora, verificar que, enquanto no início do período o Setor Social representava cêrca de 66%, os setores de Infra-Estrutura (4) cêrca de 15% e o setor Serviços Públicos (5), 17% do total das aplicações federais na Guanabara, em 1964 êstes números estavam modificados para 32%, 10% e 53%, respectivamente (Vide quadro VII).

Desta forma a composição dos investimentos diretos da União na Guanabara evoluiu, no quinquênio pesquisado, para uma participação crescente do Setor Serviços Públicos, que triplicou sua participação em 5 anos, em de-

(4) (Portos, Rodovias, Comunicações e Energia)

(5) (Rede Ferroviária Federal S/A)

trimento dos setores social e de infra-estrutura, que apresentam, no fim do período pesquisado, resultados inferiores àquêles observados no seu início.

A EVOLUÇÃO NO PERÍODO CONSIDERADO - A análise do comportamento dos investimentos federais na Guanabara ao longo do período 1960/1964, exige, preliminarmente, a eliminação da influência que as acentuadas variações no nível de preços, ocorridas no mesmo período, exerceram sobre a magnitude dos dispêndios considerados.

Desta forma, utilizando-se os índices do custo de vida neste Estado, foi elaborado o quadro III que transforma os valores nominais apresentados no quadro I, em valores constantes, a preços de 1960.

Excluindo novamente de nossa análise os setores "agro-pecuário" e "saneamento", cuja insignificância não permite definição de tendência, podemos verificar que o meio do período constitui-se no ponto onde a aceleração do crescimento do total dos dispêndios em referência atinge o seu ponto máximo. Com efeito, o quadro mencionado indica para 1962, um acréscimo de quase 65% em relação ao ano anterior, acréscimo este que reduz para 20% em 1963 para no fim do período, chegar a apresentar valor negativo (-26%). Esta mesma observação é válida para todos os demais itens considerados na nossa análise, com exceção apenas para os dispêndios em "educação" e em "energia" cujos pontos máximos de aceleração situam-se em 1961 e 1963, respectivamente.

Por outro lado, se passarmos à análise do quadro IV poderemos verificar não o período que marca o início da desaceleração do crescimento dos investimentos federais no Estado, e sim os valores que representam os pontos de máximo das curvas que podem ser traçadas para visualizar a tendência em questão.

Constata-se, então, que, em termos reais, o total dos investimentos diretos da Administração Federal na Guanabara, que vinha apresentando valores crescentes até 1963, sofreu redução considerável no último ano do período, redução esta que conforme já foi acima mencionado, atingiu 26% do valor relativo a 1963.

No que se refere ao comportamento de seus compo-

nentes, se bem que o Setor Transporte e Comunicações tenha acompanhado a tendência apresentada pelo total (máximo em 1963), o Setor Social recua o ponto de máximo para o ano de 1962, apresentando valores menores a partir do ano seguinte. Vale a pena notar que a considerável redução apontada para o total em 1964, é devida principalmente à redução dos investimentos neste último setor (quase 50% em relação a 1963), uma vez que a redução apresentada pelo Setor Transporte e Comunicações foi pouco superior a 10% do valor atribuído ao ano precedente.

Apenas para o Setor Energia os números indicam um crescimento real no que se refere ao último ano do período pesquisado, muito embora as taxas anuais de incremento já tenham acusado redução no ritmo de aumento dos dispêndios federais com o desenvolvimento deste Setor (Vide quadro .. III); vale notar, outrossim, que a sua insignificância relativa não concorre para a influência desse crescimento sobre o total das aplicações federais na Guanabara.

A apreciação do comportamento dos dispêndios federais em investimentos diretos neste Estado, pode ser complementada mediante análise do quadro V, o qual permite avaliar a importância desses dispêndios em relação ao total aplicado pelo Setor público (estadual e federal) nos setores aqui considerados.

Verifica-se, corroborando as observações iniciais, que no meio do período a participação do Governo Federal no total dos investimentos realizados nos setores em estudo, atingiu o seu valor máximo (cerca de 44% contra 22% em 1960 e cerca de 30% em 1964).

Passando à análise setorial constata-se, também, uma contínua perda de posição do Governo Federal a partir de 1962, no que se refere à sua participação no total dos investimentos realizados nos setores em foco, no quinquênio pesquisado. Observa-se, no quadro em exame, que os investimentos federais no Setor Social, que em 1961 representavam cerca de 62% do total, passaram a representar apenas cerca de 20% no último ano pesquisado, decréscimo este devido à substancial queda da participação federal nos investimentos em "habitação", "educação" e "saúde": cerca de 93% em 1961 para 6% em 1964 no que se refere ao primeiro,

56% em 1961 para 28% em 1964 quanto ao segundo, e 73% em 1962 contra 24% em 1964 para o terceiro.

A participação relativa no Setor Transporte e Comunicações caiu de 45% em 1962 para 26% em 1964 sendo importante neste particular, ressaltar a inversão ocorrida no que respeita aos investimentos em "comunicações", onde o Governo Federal que representava 100% em 1961 (muito embora em valores absolutos esta participação não fosse muito significativa) estava praticamente ausente no fim do período, quando o Governo Estadual passou então a arcar com a totalidade dos investimentos neste setor.

Apenas o Setor Energia apresenta resultado mais favorável em 1964 em relação aos anos precedentes, no que se refere à participação do Governo Federal no total das aplicações neste setor, fato este que se deve à ampliação dos investimentos realizados pela Cia. Hidroelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP) na construção da Termelétrica de Santa Cruz. Entretanto, a já mencionada insignificância dos valores absolutos apresentados por este setor em relação ao total do período, anula as possíveis repercussões desse fato sobre a tendência geral apresentada.

A análise aqui procedida permite-nos concluir que, no quinquênio pesquisado, os investimentos diretos do Governo Federal no Estado da Guanabara que vinham crescendo até o meio do período, tanto no que se refere aos valores a preços constantes como no que respeita à sua participação relativa no total dos investimentos do setor público nas diversas categorias consideradas, começam a apresentar sinais de deterioração a partir do ano seguinte, sem que, entretanto, possamos fixar esta nova tendência pela exiguidade do período observado.

O decréscimo acima mencionado, contudo, deve estar relacionado com a progressiva eliminação da tutela que o Governo Federal exercia sobre a Guanabara, face à sua transformação em unidade autônoma a partir de 1960.

A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS NO QUINQUÊNIO E SUAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES - A análise procedida no item 10.3.3 fornece os elementos necessários à apreciação da política de investimentos do Setor público federal no quinquênio 1960/1964, no que se refere às aplicações dire

tas no Estado da Guanabara.

Conforme foi salientado os recursos destinados a investimentos neste Estado contemplaram, praticamente, no período em exame, apenas as atividades classificadas no setor terciário da economia o que, de certa maneira, deve refletir as peculiaridades estruturais de uma Cidade-Estado.

Com efeito, muito embora a análise acima mencionada tenha indicado uma inversão completa no que se refere à estrutura dos dispêndios federais classificadas como investimentos na Guanabara, no sentido de uma crescente predominância dos setores Transportes e Comunicações às custas de um decréscimo na participação do Setor Social nesses dispêndios, esta inversão não reflete uma mudança de atitude do Governo Federal visando contemplar, em melhor escala, as atividades relacionadas com o desenvolvimento da infra-estrutura econômica do Estado.

Este fato, aliás, foi também ressaltado no item 10.3.3 quando ficou estabelecido que a crescente participação do Setor Transporte e Comunicações no cômputo geral dos investimentos diretos da Administração Federal na Guanabara, era devida, exclusivamente, aos grandes investimentos realizados pela Rede Ferroviária Federal S/A (principalmente a partir de 1962) na conservação e remodelação dos serviços de transporte ferroviário suburbano neste Estado.

Desta forma, e muito embora o setor Energia venha aumentando a sua participação ao longo do período (7% em 1964), este acréscimo é mais do que compensado pela redução observada na parcela correspondente ao Pôrto do Rio de Janeiro, o que leva à constatação de haverem, em termos relativos, declinado as aplicações federais destinadas ao desenvolvimento da infra-estrutura econômica do Estado.

Assim, setores de suma importância para o estabelecimento de condições mais favoráveis ao desenvolvimento da economia estadual, como sejam o "Pôrto do Rio de Janeiro" e "Energia", e sobre cuja insuficiência é desnecessário discorrer, têm mantido posições relativas insignificantes no que se refere ao total dos investimentos federais na Guanabara, ao mesmo tempo em que o Setor Comunica

QUADRO I
GUANABARA

DESPESAS DE INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL - 1 960/1 964
(em 1 000)

SETORES	GOVERNO FEDERAL				
	PERÍODO				
	1 960	1 961	1 962	1 963	1 964
Social	1.125.071	1.931.630	3.694.240	6.046.076	6.008.852
Habituação	282.808	401.565	1.469.549	2.450.731	566.953
Saúde	253.859	306.257	1.106.823	1.797.360	2.149.020
Educação e Cultura	588.404	1.223.808	1.117.868	1.797.985	3.292.879
Agro Pecuário (1)	-	3.996	27.178	15.218	92.235
Transporte e Comunicações	545.228	570.596	2.615.093	6.576.319	11.130.324
Transportes	538.166	564.390	2.587.267	6.555.090	11.120.261
Comunicações	7.062	6.206	27.826	21.229	10.063
Saneamento	23.235	45.824	41.271	317.029	111.189
Energia	-	-	13.771	152.398	1.310.373
T O T A L	1.693.534	2.552.046	6.391.553	13.107.040	13.652.973

(1) - Apenas as verbas de aplicação específica na Guanabara

QUADRO II

GUANABARA

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADES NAS
DESPEAS DE INVESTIMENTO - 1960/64

SETORES	G O V Ê R N O F E D E R A L				
	PERÍODO				
	1 960	1 961	1 962	1 963	1 964
Social	66,43	75,69	57,79	46,13	32,21
Habitação	16,70	15,74	23,00	18,70	3,04
Saúde	14,99	12,00	17,31	13,71	11,52
Educ. e Cultura	34,75	47,95	17,48	13,72	17,62
Agro Pecuário (1)	-	0,16	0,43	0,12	0,49
Transporte e Comuni- cações	32,20	22,36	40,91	50,17	59,67
Transporte	31,78	22,12	40,48	50,01	59,62
Comunicações	0,42	0,24	0,43	0,16	0,05
Saneamento	1,37	1,80	0,65	2,42	0,60
Energia	-	-	0,22	1,16	7,03
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) - Apenas as verbas de aplicação específica na Guanabara

G U A N A B A R A
DESPESAS DE INVESTIMENTO
DO GOVÊNTO FEDERAL - 1960/1964
Preços de 1960 - (C\$ 1 000)

SETORES	G O V Ê R N O F E D E R A L												
	Período												
	1960		1961		1962		1963		1964				
Valor	Valor	Valor	% em relação ao ano anterior	Valor	% em relação ao ano anterior	Valor	% em relação ao ano anterior	Valor	% em relação ao ano anterior	Valor	% em relação ao ano anterior	Valor	% em relação ao ano anterior
Social	1 125 071	1 452 353	29,08	1 828 832	25,92	1 752 486	4,17	909 055	-	48,13			
Habituação	282 808	301 928	6,76	727 500	140,95	710 357	2,36	85 772	-	87,55			
Saúde	253 859	230 268	9,30	547 932	137,95	520 974	4,92	325 117	-	37,59			
Educação e Cultura	588 404	156	56,38	553 400	39,86	521 155	5,83	498 166	-	4,41			
Ágro Pecuária (1)	-	3 004	-	13 454	347,87	4 411	67,21	13 954	-	216,35			
Transp. Comunic.	545 228	429 020	21,31	1 294 600	201,76	1 906 179	47,24	1 683 861	-	11,66			
Transportes	538 166	424 354	21,15	1 280 825	201,83	1 900 026	48,34	1 682 339	-	11,46			
Comunicações	7 062	4 666	33,93	13 775	195,22	6 153	55,33	1 522	-	75,26			
Saneamento	23 235	34 454	48,28	20 431	41,70	91 892	349,77	16 821	-	81,96			
Energia	-	-	-	6 817	-	44 173	548,0	198 241	-	319,8			
T O T A L	1 693 534	1 918 831	13,3	3 164 135	64,9	3 799 142	20,1	2 821 932	-	25,7			

(1) - Apenas as verbas de aplicação específica na Guanabara.

Nota: O deflatoz utilizado foi o índice de custo de vida.

QUADRO IV

GUANABARA

DESPESAS DE INVESTIMENTO DO GOVÊRNO FEDERAL - 1960/1964

Preços de 1960

Números índices : 1960=100

SETORES	GOVÊRNO FEDERAL				
	PERÍODO				
	1 960	1 961	1 962	1 963	1 964
Social	100,0	129,1	162,6	155,8	80,8
Habitação	100,0	106,8	257,2	251,2	30,3
Saúde	100,0	90,7	215,8	205,2	128,1
Educação e Cultura	100,0	156,4	90,7	88,6	84,7
Agro Pecuário (1)	-	100,0	-	-	-
Transporte e Comunicações	100,0	78,7	237,4	349,6	308,8
Transporte	100,0	78,9	238,0	353,1	312,6
Comunicações	100,0	66,1	195,1	87,1	21,6
Saneamento	100,0	148,3	87,9	395,5	72,4
Energia	-	-	100,0	647,9	2 908,04
T O T A L	100,0	113,3	186,8	224,3	166,6

(1) - Relativo apenas a verbas de aplicação específica na Guanabara

QUADRO V

G U A N A B A R A

DESPEZA DE INVESTIMENTO - 1960/64

Participação relativa dos governos federal e estadual, segundo setores de atividade

SETORES	P E R Í O D O														
	1960			1961			1962			1963			1964		
	Governo Estadual	Governo Federal	Total	Governo Estadual	Governo Federal	Total	Governo Estadual	Governo Federal	Total	Governo Estadual	Governo Federal	Total	Governo Estadual	Governo Federal	Total
Social	55,11	34,89	100	37,69	62,31	100	42,54	57,46	100	67,66	32,34	100	80,02	19,98	100
Habitação	41,57	58,43	100	7,33	92,67	100	34,94	65,06	100	56,29	43,71	100	93,87	6,13	100
Saúde	53,92	46,08	100	37,20	62,80	100	27,52	72,48	100	69,80	30,20	100	76,08	23,92	100
Educ. e Cultura	73,14	26,86	100	43,84	56,16	100	57,71	42,29	100	74,81	25,19	100	72,17	27,83	100
Agr. Pecuário	100,00	-	100	89,62	10,38	100	61,22	38,78	100	93,80	6,20	100	83,36	16,64	100
Transp. e Comun.	85,15	14,85	100	82,91	17,09	100	55,53	44,47	100	69,10	30,90	100	73,98	26,02	100
Transportes	85,32	14,68	100	83,07	16,93	100	55,80	44,20	100	66,26	33,74	100	67,92	32,08	100
Comunicações	5,46	94,54	100	-	100,00	100	-	100,00	100	98,85	1,15	100	99,88	0,12	100
Saneamento	96,91	3,09	100	95,48	4,52	100	98,65	1,35	100	95,28	4,72	100	99,26	0,74	100
Energia	100	-	100	100	-	100	89,06	10,94	100	94,88	5,12	100	69,24	30,76	100
T O T A L	77,57	22,43	100	64,57	35,43	100	55,42	44,58	100	68,89	31,11	100	69,90	30,10	100

DESPESAS DE INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL - 1960/1964
(C\$ 1 000)

SETORES	GOVERNO FEDERAL				
	PERÍODO				
	1960	1961	1962	1963	1964
Social	1 125 071	1 931 630	3 694 240	6 046 076	6 008 852
Habituação	282 308	401 565	1 469 549	2 450 731	566 953
I A P I	31 365	-	-	-	-
I A P M	3 053	2 051	4 078	7 998	554
I P A S E	29 770	70 634	40 654	144 880	86 939
I A P B	21 485	180 457	637 732	401 378	86 704
I A P C	89 888	14 537	650 648	1 733 743	339 251
I A P F E S P	-	-	-	-	-
I A P E T C	107 247	133 886	136 437	162 732	53 505
Saúde	253 859	306 257	1 106 823	1 797 360	2 149 020
I A P I	-	-	-	-	-
I A P M	23 992	25 923	12 835	380 000	22 124
I P A S E	77 498	88 215	162 285	358 675	356 152
I A P B (1)	1 651	12 661	445 538	115 745	153 596
I A P C	66 170	75 906	112 185	394 689	594 319
I A P F E S P	-	-	-	-	-
I A P E T C	901	149	12 240	24 772	24 178
Ministério da Saúde	83 647	103 403	361 740	499 659	998 651
Educação e Cultura	588 404	1 223 808	1 117 868	1 797 985	3 292 879
U.B.	434 925	1 003 862	733 718	1 313 599	2 186 054
M.E.C.	153 479	219 946	384 150	484 386	1 106 825
- Div. Obras	54 528	65 205	40 825	108 956	165 671
- Div. Material	17 302	22 653	134 569	25 861	73 584
- Dep. Ens. Sec. (Bolsas de Estudo)	32 500	44 062	97 223	197 854	449 445
- Dep. Ens. Industr.	1 270	-	-	-	-
- Dep. Ens. Superior	44 879	83 420	107 900	144 390	403 562
- D.P.H.A.N.	3 000	4 606	3 633	7 325	13 563
Agro Pecuário (2)	-	-	-	-	-
Minist. Agricultura	-	3 996	27 178	15 218	92 235
Transp. Comunic.	545 228	570 596	2 615 093	6 576 319	11 130 324
Min. Viação e Obras Públicas	542 226	567 596	2 481 495	6 042 719	10 400 324
Todovias (DNER)	27 300	26 671	97 457	178 696	208 899
Ferrovias (RFF)	209 166	352 583	2 101 595	5 464 351	9 935 666
Portos (APRJ)	202 948	173 861	254 615	357 424	299 562
Transp. Marítimo	15 750	8 275	-	21 019	26 134
Cor. Telégrafo (nom)	7 062	6 206	27 826	21 229	11 000

SETORES	G O V Ê R N O F E D E R A L				
	PERÍODO				
	1960	1961	1962	1963	1964
Min. Aeronáutica	3 000	3 000	133 600	533 600	650 000
Saneamento (DMOS)	23 235	45 824	41 271	317 029	111 189
Energia (CHEVAP)	-	-	13 771	152 398	1 310 373
T O T A L	1 693 534	2 552 046	6 391 553	13 107 040	18 652 973

Nota: Dados brutos fornecidos pelos órgãos acima discriminados.

(1) - Aqui, em 1962, €\$ 440 000 referem-se a aquisição de hospital.

(2) - Apenas as verbas de aplicação específica na GB.

QUADRO VII
GUANABARA

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE NAS DESPESAS DE INVESTIMENTO - 1960/64

Folhas 517

GOVERNO FEDERAL

SETORES	GOVERNO FEDERAL				
	PERIODO				
	1960	1961	1962	1963	1964
Social	66,43	75,69	57,79	46,13	32,21
Habituação	16,70	15,74	22,99	18,70	3,04
I A P I	1,85	-	-	-	-
I A P M	0,18	0,08	0,06	0,06	-
I P A S E	1,76	2,77	0,64	1,11	-
I A P B	1,27	7,07	9,98	3,07	0,47
I A P C	5,31	0,57	10,18	13,22	0,46
I A P E T C	6,33	5,25	2,13	1,24	1,82
Saúde	14,99	12,00	17,31	13,71	0,29
I A P I	-	-	-	2,90	-
I A P M	1,42	1,02	0,20	0,18	0,12
I P A S E	4,58	3,46	2,54	2,74	1,91
I A P B	0,10	0,50	6,97	0,88	0,82
I A P C	3,91	2,97	1,75	3,01	3,19
I A P E T C	0,05	0,01	0,19	-	-
Ministério da Saúde	4,94	4,05	5,66	3,81	0,13
Educação e Cultura	34,74	47,96	17,49	13,72	5,35
U. B.	25,68	39,33	11,48	10,02	11,72
M.E.C.	9,06	8,63	6,01	3,70	5,93
- Div. Obras	3,22	2,56	0,64	0,83	0,89

QUADRO VII (conclusão)

SETORES	GOVERNO FEDERAL				
	PERIODO				
	1960	1961	1962	1963	1964
- Div. Materiais	1,02	0,89	2,10	0,20	0,40
- Dep. Ens. Sec. (Bolsas de Estudos)	1,92	1,73	1,52	1,51	2,41
- Dep. Ens. Industrial	0,07	-	-	-	-
- Dep. Ens. Superior	2,65	3,27	1,69	1,10	2,16
- D.P.H.A.N.	0,18	0,18	0,06	0,06	0,07
- Agro Pec. (2) Min. Agricultura	-	0,16	0,43	0,12	0,49
- Transportes e Comunicações	32,20	22,36	40,91	50,17	59,67
- Min. Viação e Obras Públicas	32,02	22,24	38,82	46,10	56,19
- Rodovias (DNER)	1,61	1,05	1,52	1,36	1,12
- Ferrovias (RFF S/A)	17,07	13,82	32,80	41,69	53,27
- Portos (APRJ)	11,98	6,81	3,98	2,73	1,61
- Transp. Marítimo (STBG)	0,93	0,32	-	0,16	0,14
- Correios e Telégr. (DCT)	0,42	0,24	0,44	0,16	0,05
- Min. Aeronáutica	0,18	0,12	2,09	4,07	3,48
- Saneamento (DNOS)	1,37	1,80	0,65	2,42	0,60
- Energia (CHEVAP)	-	-	0,22	1,16	7,03
T O T A L	100	100	100	100	100

Nota: De acordo com os dados brutos fornecidos pelos órgãos acima discriminados,

(1) - 6,9% são referentes à aquisição de hospital

(2) - Apenas as verbas de aplicação específica na GB.

G U A N A B A R A

DESPESAS DE INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL - 1960/1964

Preços de 1960

Números Índices: 1960=100

SETORES	GOVERNO FEDERAL				
	PERIODO				
	1960	1961	1962	1963	1964
Social	100,0	129,1	162,6	155,8	80,8
Habituação	100,0	106,8	257,2	251,2	30,3
I A P I	100,0	-	-	-	-
I A P M	100,0	50,5	66,1	75,9	2,8
I P A S E	100,0	178,4	67,6	141,1	44,2
I A P B	100,0	631,1	1 469,1	541,5	61,1
I A P C	100,0	12,2	358,3	359,1	57,1
I A P E T C	100,0	93,9	63,0	44,0	7,5
Saúde	100,0	90,7	215,8	205,2	128,1
I A P I	100,0	-	-	-	-
I A P M	100,0	81,2	26,5	28,8	14,0
I P A S E	100,0	85,6	103,7	134,2	69,5
I A P B (1)	100,0	576,6	13 359,4	2 032,0	1 407,4
I A P C	100,0	86,3	83,9	172,9	135,9
I A P E T C	100,0	12,4	672,5	796,9	406,0
Ministério da Saúde	100,0	92,9	214,1	173,1	180,6
Educação e Cultura	100,0	156,6	94,2	88,7	84,7
U.B.	100,0	173,5	83,5	87,5	76,0
M.E.C.	100,0	107,6	125,2	91,9	109,9
- Divisão de Obras	100,0	89,9	37,1	57,9	46,2
- Divisão de Material	100,0	98,4	385,0	43,3	64,3
- Dep. do Ensino Secundário (Bolsas de Estudos)	100,0	101,9	140,1	176,5	209,2
- Dep. do Ensino Industrial	100,0	-	-	-	-
- Dep. do Ensino Superior	100,0	139,8	119,0	93,3	136,0
- D.P.H.A.N.	100,0	115,4	60,0	70,8	68,4
Agro Pecuário (3)	-	100,0	447,9	146,8	464,5
Transportes e Comunicações	100,0	78,7	237,4	349,6	308,8
Ministério de Viação e Obras Públicas	100,0	78,7	226,6	323,0	292,4
Rodovias (TNER)	100,0	73,5	176,7	189,7	115,8
Ferrovias (RFF S/A)	100,0	91,7	359,8	547,7	519,8
Portos (EPN)	100,0	64,4	62,1	51,0	22,3
Transportes Marítimos (STBG)	100,0	39,5	-	38,7	25,1
Correios e Telégrafos (DCT)	100,0	66,1	195,1	87,1	21,6
Ministério da Aeronáutica	100,0	75,2	2 204,6	5 155,6	3 277,9
Saneamento (DNOS)	100,0	148,3	87,9	395,5	72,4
Energia (CHEVAP)	-	-	100,0	648,0	2 908,0
T O T A L	100,0	113,3	166,8	223,2	166,6

(1) Aqui, no ano 1962, o índice 13 193,3 se refere à aquisição de hospital

(2) Previsão orçamentária

(3) Relativo apenas a verbas de aplicação específica na Guanabara

QUADRO IX

G U A N A B A R A

DESPESAS DE INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL - 1960/1964

Preços de 1960 (C\$ 1 000)

SETORES	GOVERNO FEDERAL				
	PERIODO				
	1960	1961	1962	1963	1964
Social	1 125 071	1 452 353	1 828 332	1 752 486	909 055
Habituação	282 208	301 928	727 500	710 357	85 772
I A P I	31 365	-	-	-	-
I A P M	3 053	1 542	2 019	2 316	84
I F A S E	29 770	53 108	20 126	41 994	13 153
I A P B	21 485	135 602	315 709	116 341	13 117
I A P C	89 888	10 930	322 103	502 534	51 324
I A P F E S P	-	-	-	-	-
I A P E T C	157 247	100 666	67 545	47 169	8 095
Saúde	253 859	230 268	547 932	520 974	325 117
I A P I	-	-	-	110 145	-
I A P M	23 992	19 491	6 354	6 904	3 347
I F A S E	77 498	66 327	60 339	103 964	53 681
I A P B	1 651	9 520 (1)	220 563	33 549	23 237
I A P C	66 170	57 072	55 537	114 403	89 912
I A P F E S P	-	-	-	-	-
I A P E T C	901	112	6 059	7 160	3 658
Ministério da Saúde	83 647	77 747	179 079	144 829	151 082
Educação	585 404	916 693	551 602	519 032	496 114
U.B.	434 925	754 783	363 227	360 753	330 719

QUADRO IX (conclusão)

SETORES	GOVERNO FEDERAL				
	PERÍODO				
	1960	1961	1962	1963	1964
M.E.C.	150 479	161 910	168 375	138 279	165 395
- Div. Obras	54 526	49 626	20 210	31 581	25 215
- Div. Material	17 302	17 032	66 618	7 496	11 132
- Dep. Ens. Sec. (Bolsas Estudo)	32 500	33 129	48 130	57 349	67 995
- Dep. Ens. Indus.	1 270	-	-	-	-
- Dep. Ens. Super.	44 679	62 722	53 416	41 852	61 053
- D.F.H.A.N.	3 000	3 463	1 799	2 123	2 052
- Agro. Fec. (2)	-	3 004	13 454	4 411	13 954
(Min. Agricultura)					
Transp. Comunic.	545 228	429 020	1 294 600	1 906 179	1 683 861
Min. Viação e Obras Públicas	542 228	426 764	1 228 462	1 751 513	1 585 526
Rodovias (DNER)	27 300	20 053	48 246	51 796	31 603
Ferrovias (RFF S/A)	289 168	265 100	1 040 394	1 583 870	1 503 126
Portos (PRJ)	202 948	130 723	126 047	103 601	45 320
Transp. Mar. (STBG)	15 750	6 222	-	6 092	3 954
Cor. Telog. (DCT)	7 062	4 666	13 775	6 153	1 522
Min. Aeronáutica	3 000	2 256	66 139	154 667	98 336
Saneamento (DNOS)	23 235	34 454	20 431	91 892	16 821
Energia	-	-	6 817	44 173	198 240
T C T A L	1 693 534	1 918 631	3 164 134	3 779 141	2 821 931

(1) Cr\$ 217 822 CCC referentes à aquisição de hospital

(2) apenas as verbas de aplicação específica na Guanabara.

- 271 I -
QUADRO X

G U A N A B A R Á

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO - 1960/64

(C\$ 1 000)

SETORES	P E R Í O D O					
	1 9 6 0			1 9 6 1		
	Gov. Estadual	Gov. Federal	Total	Gov. Estadual	Gov. Federal	Total
Social	2 099 345	1 115 071	3 224 416	1 168 505	1 951 630	3 100 135
Habitação	201 172	282 808	483 980	31 761	401 565	433 326
Saúde	297 090	253 859	550 949	181 416	306 257	487 673
Educação e Cultura	1 601 083	538 404	2 189 487	955 328	1 223 808	2 179 136
Agropecuário (I)	30 758	-	30 758	34 487	3 996	38 483
Transporte e Comunicações .	3 126 009	545 220	3 671 237	2 769 129	570 596	3 339 725
Transportes	3 125 601	538 166	3 663 767	2 769 129	564 390	3 333 519
Comunicações	408	7 062	7 470	-	6 206	6 206
Saneamento	728 013	23 235	751 248	967 054	45 824	1 012 878
Energia	13 500	-	13 500	30 000	-	30 000
T O T A L	5 997 625	1 693 534	7 691 159	4 969 175	2 552 046	7 521 221

- 271 J -
QUADRO X (Conclusão)

G U A N A B A R A

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO - 1960/64

(em L OCO)

S E T O R E S	P E R Í O D O								
	1 9 6 2			1 9 6 3			1 9 6 4		
	Gov. Estad.	Gov. Federal	Total	Gov. Estad.	Gov. Federal	Total	Gov. Estad.	Gov. Federal	Total
Social	2 735 044	3 694 240	6 429 284	12 650 567	6 046 076	18 696 739	24 058 715	6 008 852	30 067 567
Habitación	789 225	1 469 549	2 258 774	3 155 461	2 450 731	5 606 193	8 680 910	566 953	9 247 863
Saúde	420 240	1 106 823	1 527 063	4 154 588	1 797 360	5 951 948	6 837 050	2 149 020	8 986 070
Educação e Cultura	1 525 579	1 117 868	2 643 447	5 340 613	1 797 985	7 138 598	8 540 755	3 292 879	11 831 574
Agro-Pecuário (I)	42 900	27 178	70 078	230 357	15 216	245 978	461 571	92 235	554 213
Transporte e Comunicações ..	3 266 017	2 615 093	5 881 110	14 700 861	6 576 319	21 277 180	31 639 892	11 130 324	42 770 216
Transportes	3 266 017	2 587 267	5 853 284	12 870 361	6 666 090	19 425 451	23 544 837	11 120 261	34 665 098
Comunicações	-	27 826	27 826	1 830 500	21 229	1 851 729	8 095 055	10 063	8 105 118
Saneamento	3 025 144	41 271	3 066 415	6 322 516	-	6 710 345	14 877 453	111 189	14 921 642
Energia	112 136	13 771	125 907	2 825 622	152 398	2 978 020	2 949 469	1 310 373	4 259 842
T O T A L	9 181 241	6 391 553	15 572 794	36 800 815	13 107 040	49 907 855	73 987 507	18 652 973	92 640 480

NOTA - No que se refere ao Governo Estadual, foram considerados apenas, para efeito de comparação, os setores em que se dividiu a apresentação dos investimentos federais no Estado, o que significa que os totais indicados não representam o Total dos Investimentos Estaduais. Entretanto, vale a pena notar que o setor de "Educação e Cultura" inclui os investimentos em "Educação e Cultura" e o setor "Transportes e Comunicações", inclui os investimentos em "Transportes e Comunicações" e "Educação e Cultura".

ções esteve praticamente ausente no quinquênio pesquisado.

O reconhecimento de que os mencionados setores vêm se constituindo em "pontos de estrangulamento" da economia estadual, confere maior importância ao problema, tendo em vista a ação obstaculizante que exercem sobre o desenvolvimento do Estado.

Isto pôsto, os comentários precedentes podem levar a conclusão de que a política de investimentos no setor público federal, no quinquênio pesquisado, não estaria se comportando de acordo com as necessidades mais imediatas do desenvolvimento econômico do Estado, o que, de certo modo, constiu-se em empecilho à maximização das taxas de crescimento da economia estadual.

10.3-Receita Tributária da Guanabara (1)

10.3.1 - Introdução

A evolução da receita tributária estadual da Guanabara, quando cotejada com a de outros estados não exprime o grau de justiça necessária para uma aferição relativa da receita dos tributos da competência do Estado, porque em seu total se incluem os montantes dos impostos e taxas municipais visto que, não havendo o ex-Distrito Federal sido dividido em municípios, cabe ao Governo do Estado arrecadar tais tributos.

A exclusão desses valores dos quadros estaduais não faz sentido porque, na verdade, são recolhidos ao Erário do Estado, como receita tributária. A ressalva é pertinente para lembrar que inexiste uma equalização estrutural (de ordem jurídica e financeira) na composição das rendas tributárias da Guanabara e dos demais estados da federação.

O Governo do Estado, a exemplo do que já fazia o Governo da União através da Prefeitura do Distrito Federal, cobra os impostos e taxas não só da esfera de competência estadual, como da municipal. Não se poderia admitir outra hipótese, pois todos os serviços públicos e demais encargos dessa área da administração local competem

(1) Extraído do trabalho "A Receita Tributária na Guanabara e em Outros Estados" de autoria de Paulo A. M. Velasco.

na Guanabara ao govôrno estadual.

10.3.2 - Composiçào da Receita Tributária Total e sua Evoluçào

A comparaçào entre as séries evolutivas das receitas tributárias federal e estadual seria um indicador das diferenças de carga fiscal no estado. A modificaçào na participação de cada área de competência na formaçào da arrecadaçào global, deveria exprimir o maior incremento relativo da incidência sôbre os elementos tributáveis (a propriedade, a renda, a mercadoria, o capital, etc).

Se não houvesse alteraçào apreciável nos componentes da receita total (receita federal mais receita estadual) num período qualquer, poder-se-ia afirmar que ambos os campos de competência aumentaram a arrecadaçào em bases proporcionais, sem predominância de qualquer um sôbre o outro.

O Quadro nº 1 apresenta a evoluçào da receita tributária total na Guanabara no período de 1958/1964. Os aumentos da arrecadaçào tributária federal e os da arrecadaçào estadual a preços correntes, registraram incrementos praticamente idênticos no intervalo observado, çerca de 5% e 7% respectivamente, a preços deflacionados (V. quadro nº 2 e Gráfico 1).

A distribuiçào da receita total entre as suas duas componentes, federal e estadual, com exceçào de 1959 e 1962 não acusam alteraçào digna de nota. No primeiro ano destacado, a arrecadaçào federal alcançou o maior índice da série, equivalendo a mais de 70% da receita fiscal global no estado. No ano de 1962 deu-se o inverso, ponto mais baixo da curva de participação da receita federal, e como consequência o cume da receita estadual. Poder-se-ia explicar tal discrepância nos valores da série, por dois motivos básicos, decorrentes de alteraçào na legislaçào fiscal:

- 1ª) - o impulso na arrecadaçào federal em 1959 (çerca de 35% em relaçào a 1958) resulta da vigência de leis modificando os gravames do impôsto de renda, e aumentando substancialmente as alíquotas do impôsto de consumo, e ampliando o seu campo de inci-

dência;

- 2ª) - a excepcional expansão na receita estadual em 1962 (cêrca de 81% em confronto com o ano anterior) se originaria especialmente do aumento da alíquota do impôsto de vendas e consignações de 4 para 5%, cuja arrecadação cresceu de 97%.

As colunas dos percentuais evidenciam que, em média, no intervalo pesquisado de cada Cr\$ 100,00 arrecada dos na Guanabara, mais de Cr\$67,00 foram recolhidos aos cofres federais, restando para o Erário estadual, menos de Cr\$ 33,00, isto é, 1/3 de todos os tributos cobrados no estado. Se fôssem computados os montantes do impôsto único sobre combustíveis e lubrificantes e dos tributos para fiscais da esfera federal se acentuaria sobremaneira a inferioridade do fisco estadual (Ver Gráfico 2).

A arrecadação dos tributos estaduais representou, em média menos de 50% do da receita fiscal da União, contribuindo, em 1964, cada indivíduo com Cr\$ 49.800 para o Estado e Cr\$ 101.400 para a União; no ano de 1958 cada habitante pagou Cr\$ 4.600 (na época à PDF), e Cr\$ 9.500 respectivamente. De cada 3 cruzeiros que o carioca paga de impostos, 2 cruzeiros são cobrados pelo Governo Federal e 1 cruzeiro pelo Governo Estadual. Constata-se pelos números apurados que não houve alteração na composição da Receita Tributária Total do Estado. Na verdade os reajustes de alíquotas e alterações na incidência permitiram, tão somente, que a arrecadação do Estado acompanhasse a da União. Teriam então os fiscos federal e estadual crescido nas mesmas proporções não ocorrendo a expansão relativa dos gravames tributários do Estado. É oportuno notar que em São Paulo de cada Cr\$ 100 arrecadados em 1964 (excluídos os tributos municipais) Cr\$ 55 pertencem à União e Cr\$ 45 ao Estado. Há quase uma equivalência na distribuição de carga fiscal. Se incluídos os tributos municipais computados na produção calculada para a Guanabara, a carga fiscal estadual mais municipal seria bem superior à federal, situação oposta a deste Estado. Seria pertinente assinalar que de cada Cr\$ 100 pagos em média pelo contribuinte brasileiro no ano de 1963 (tributos federais

mais estaduais) cerca de Cr\$ 55 se destinaram à Fazenda Nacional e Cr\$ 45 para os Tesouros Estaduais.

10.3.3 - Composição da Receita Tributária Estadual

A estrutura da receita tributária da Guanabara, conforme foi ressaltado anteriormente, difere dos demais estados pela peculiaridade de nela se integrarem os tributos municipais (Ver Gráfico 3).

Há, contudo, aspectos comuns, qual seja a magnitude do imposto de vendas e consignações. A posição relativa desse tributo na constituição da receita fiscal é de tendência nitidamente ascendente. No ano de 1958 a arrecadação do imposto de vendas e consignações contribuiu com 67,5% para a formação do total arrecadado, enquanto que em 1963 atingiu a 82,5% (Ver Gráfico 4).

Dos demais impostos (estaduais e municipais), destacam-se o imposto predial, o de indústrias e profissões, o de transmissão "inter vivos" e o de transmissão "causa mortis", todos êles entretanto, com participação descendente. O predial caiu de 9,76% em 1958 para 5,04% em ... 1964; o de indústrias e profissões desceu de 4,44% para 2,71%; o "inter vivos", teve diminuída sua contribuição de 5,97% para 1,15% (Ver quadro nº 14).

Uma pesquisa do comportamento dos valores em outros anos da série mostra resultados bastante significativos. A participação do imposto de transmissão "causa mortis", por exemplo, só registrou uma queda violenta em ... 1962 e 1963. Anteriormente, assinalara até um aumento, alcançando em 1961 cerca de 1,97%, caindo nos anos seguintes para 1,86% e 0,75%. Não sendo provável que tenha havido redução tão brusca no número de óbitos ou paralisação nos processos de inventário, admitir-se-á, então, que só mesmo através de modificações na lei fiscal se explicaria a queda da receita a preços inflacionados, desse imposto, conforme ocorreu em 1962. Com o imposto predial observa-se uma circunstância interessante. Apesar de haver praticamente dobrado a receita entre 1958 e 1960, os percentuais mantiveram-se em bases bastante próximas. Ra produzindo crescimento semelhante entre 1961 e 1963, quando sua receita passou de 2.760 milhões para 5.322 milhões

de cruzeiros, a sua participação na arrecadação tributária diminuiu 9,13% para 5,87%. Note-se que nesse mesmo intervalo (1961-1963) o imposto de vendas e consignações aumentou 3 vezes. (Ver quadro nº 14).

Além do imposto de vendas e consignações, um outro acusou melhoria em sua posição relativa quanto aos demais, trata-se do imposto sobre diversões públicas, com os percentuais de 0,55 em 1958 e 1,04 em 1963, enquanto os valores absolutos somavam 77.537 mil e 947.768 mil cruzeiros respectivamente.

A participação das taxas de serviços estaduais de cresceu moderadamente, passando de 3,08% em 1958, para ... 2,25% em 1963.

O gráfico nº 4, no qual foram plotados os tributos mais significativos, realça de forma bem nítida a evolução da estrutura da receita tributária, cuja tendência é a concentração no imposto de vendas e consignações.

O imposto de indústrias e profissões, ao contrário do predial, não mostrou tendência nitidamente declinante em sua participação, tanto que em 1962 e 1963 acusou índices bem mais elevados do que em 1959, embora inferiores aos de 1958. Compare-se a contribuição dos dois impostos para a receita tributária do estado.

Em 1958: imp. predial - 9,76%; ind. e prof. - 4,44%

Em 1963: imp. predial - 5,87%; ind. e prof. - 3,52%

O imposto do selo melhorou sensivelmente sua participação a partir de 1962, quando se iniciou a cobrança de 1% da espécie sobre as transações de café, em substituição ao vendas e consignações.

10.3.4 - Arrecadação dos Impostos Estaduais

Os impostos previstos na Constituição Federal e que ainda pertencem ao âmbito fiscal do estado são os de vendas e consignações, transmissão de propriedade "causa mortis" e selo, este também cobrado pelos municípios em atos de sua economia ou assuntos de sua competência.

Desses impostos o único que registrou um incremento contínuo, capaz de, inclusive, superar o índice inflacionário foi o de vendas e consignações. Entre 1952 e ... 1963 os acréscimos percentuais de ano para ano em sua arre

caiação, variaram de um mínimo de 13,4% (entre 1956 e ... 1957) para um máximo de 103,2% (entre 1963 e 1964).

Os valores pesquisados são os do quadro nº 3, tomados a preços correntes. Os aumentos mais acentuados (.. 1962-97,3%) e (1964-103,2%) verificaram-se no ano em que houve modificação das alíquotas, de 4,0% para 5,0% (1962) e naquele em que a taxa de inflação atingiu seu mais elevado índice (1964).

O imposto de vendas e consignações, sendo um tributo tipicamente "ad valorem", necessariamente refletirá o índice geral de preços e deverá, portanto, acusar acréscimos em sua arrecadação, não só por efeito de uma expansão real do volume dos negócios mas, principalmente, em função do processo inflacionário. O incremento de 103% assinalado em 1964, sem que houvesse mutação na alíquota, (o adicional de 0,5% cobrado de setembro a dezembro para taxa de obras não se incorpora na receita do IVC, figurando na receita própria das taxas) coincidiu com o período em que a espiral inflacionária alcançou uma aceleração já mais constatada no Estado e no Brasil.

Dos demais impostos inscritos no quadro nº 3, merece uma referência especial o de transmissão de propriedades "inter vivos". Esse tributo até novembro de 1961 era da competência dos estados. Aprovada a Emenda Constitucional nº 5, passou a pertencer aos municípios. Na Guanabara essa nova discriminação não afetou o tesouro do estado, porquanto o Governo estadual é competente para cobrar os tributos municipais.

A arrecadação desse imposto deveria crescer, dentro da conjuntura dos últimos anos, de maneira apreciável, mas tal não ocorreu. A perspectiva de substanciais incrementos em sua receita se explicaria:

- 1ª) - pelo aumento nominal do valor dos bens de raiz em função da inflação;
- 2ª) - pela expansão do mercado de imóveis, notadamente até 1960.

O que teria obstado a que se cumprisse essa tão evidente previsão? Talvez dois fatores hajam contribuído decisivamente para isto:

- 1ª) - a aprovação de sucessivas leis, assegurando

do favores fiscais, como: isenção para uma massa cada vez maior de contribuintes; pagamento pelo custo histórico de aquisição de imóveis adquiridos muitas vezes na planta. Mesmo com a nova legislação, que atualiza o valor, foi permitido pagar parceladamente, e, em certos casos, garantiu-se o valor declarado na escritura;

- 2ª) - é este um dos tributos que sofre talvez a maior evasão das duas naturezas, lícita e ilícita. Essa evasão tem a propensão de crescer mais do que proporcionalmente ao processo inflacionário.

Os números da série evolutiva desse imposto evidenciam bem quão irregular é a sua receita, havendo incrementos de 70% (1958) e decrementos de - 38% (1960) e incrementos mínimos de 2% (1962) e máximo de 84% (1964) e que, logicamente, não deve ser entendido como consequente do aumento ou da diminuição pura e simples do volume das transações imobiliárias, mas uma decorrência das modificações processadas no campo da incidência.

10.3.5 - CRESCIMENTO REAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA

Uma pesquisa de evolução da receita tributária na Guanabara, correlacionando seus números com a expansão da taxa inflacionária conjugada ao aumento do índice demográfico, revelará a relatividade do seu crescimento.

A arrecadação fiscal do estado passou de 4.176 milhões em 1953 para 90.773 milhões de cruzeiros em 1963, o que equivale a uma elevação de quase 22 vezes. Tal desenvolvimento é apenas nominal, reduzindo-se a um valor extremamente mais baixo se se introduzir o fator corretivo que elimine o efeito da inflação.

Aplicando-se o índice do poder aquisitivo como deflator, ter-se-á o crescimento real em termos da depreciação monetária, cuja série variará de 4.176 milhões em 1953 para 6.169,9 milhões de cruzeiros em 1963. Na coluna 3 do Quadro nº 15, inscrevem-se todos os valores da receita real. Observa-se que em função da taxa de depreciação do poder aquisitivo (base de 1953), a arrecadação de 1963 foi inferior à de 1962 e à de 1958.

Sabe-se que o impulso vigoroso verificado em

1958 decorre do registro de 13 meses de receita, e a posição de liderança de 1962 resulta do substancial aumento dos recolhimentos do impôsto de vendas e consignações, (motivado em parte pela elevação da alíquota de 4 para 5%). O crescimento da receita nominal no último ano não foi suficiente para manter os níveis da arrecadação real de 1962, em razão da violenta taxa de inflação que superou ligeiramente a expansão da receita.

A contribuição de cada habitante da Guanabara para o Erário estadual (com exclusão das tarifas de água e esgôto), em termos de cruzeiros deflacionados, apresenta-se como valores flutuantes, podendo-se contudo notar uma moderadíssima tendência de crescimento em todo o período, se eliminada a distorção da receita de 1958, que poderia significar uma inversão no "trend".

A receita per capita nominal assinala como era de esperar, acréscimos substanciais entre 1960 e 1963-mais de 4 vezes - mas que reduzidos à sua expressão real evidencia aquilo que, efetivamente o Governo do Estado, exigiu a mais de cada habitante da Guanabara.

Compare-se a receita real per capita dos dois primeiros e dos dois últimos anos da série:

<u>ANOS</u>	<u>RPC</u>	<u>ANOS</u>	<u>RPC</u>
1953 -	1591	1962 -	1771
1954 -	1521	1963 -	1691

Poder-se-ia compor duas razões para o intervalo de 10 anos

(1) $\frac{1962}{1953}$ e (2) $\frac{1963}{1954}$ cujos valores seriam:

(1) $\frac{1771}{1591} = 11,31$ e (2) $\frac{1691}{1521} = 11,18$ que represen-

tariam os incrementos relativos observados nos dois períodos decenais cotejados, praticamente idênticos.

A evolução da receita tributária, em alguns anos, acusou deficit de substância, no período focalizado, quando conjugados os efeitos do processo inflacionário e o aumento da população. Admite-se que não fôra o reajustamento, nos valores das alíquotas e o aumento vegetativo do movimento comercial na área territorial do Estado, a insuficiência da receita fiscal se teria revelado em maior número de anos e com mais gravidade.

Apurou-se o comportamento da receita do Estado em função da depreciação monetária combinada com a expansão demográfica, obtendo-se uma série retificada que poder-se-ia denominar "receita ideal". Representaria aquela apurada com base no poder de compra de 1953 o que cresceria tão somente nos limites estritos e suficientes para eliminar os reflexos espóliativos da inflação e atender aos acréscimos da população.

O confronto entre a receita "efetiva" e a "ideal" registra deficit de substância nos anos de 1954 e ... 1955, e nos anos de 1960 e 1961. Observe-se um fato curioso, essa insuficiência ocorre nos grupos de dois anos anteriores à cada alteração das alíquotas do imposto de vendas e consignações. Em 1956 desaparece o deficit surgindo, em contraposição, o "superavit" que perdura até 1959, para reaparecer em 1962. É, portanto, inteiramente razoável afirmar-se que os aumentos das alíquotas do imposto de vendas e consignações têm funcionado como instrumentos corretivos para eliminar os deficits de substância da receita tributária.

Nos dois últimos anos a receita fiscal efetiva mostrou-se superavitária, em relação ao total da receita ideal. Além da modificação da alíquota do IVC em 1962, a melhoria relativa de sua própria arrecadação, somado à de outros tributos assegurou em 1963 a situação do ano anterior, embora com ligeira queda, o que poderia indicar uma tendência reversiva, que tornará necessário e indispensável uma nova revisão tributária para o reajuste das alíquotas.

Dever-se-ia ressaltar que êsses superavits apontados configuram uma relação com a receita de 1953 corrigida, para cada ano, em função da taxa de depreciação monetária e de crescimento da população, significaria, em última análise, que o Governo do Estado arrecadara recursos proporcionalmente superiores aos do ano base (a preços inflacionados) o que permitiria destarte atender, praticamente, apenas aos encargos existentes àquela época. A ampliação da área de atuação do estado no período focalizado, especialmente nos três últimos anos, não deixa margem de dúvida de que a introdução desse novo elemento tornaria a receita, em qualquer ano observado, deficitária.

10.3.6 - Evolução da receita real dos Impostos Estaduais

O comportamento da arrecadação nominal dos impostos estaduais já foi pesquisado, constatando-se a posição ímpar do imposto de vendas e consignações, como o único tributo que cresceu regular e substancialmente, quer em valores absolutos quer em valores relativos quanto a participação na receita total.

O confronto das séries deflacionadas dos quatro tributos destacados possibilita sejam inferidas certas conclusões. Em termos de crescimento real o IVC mais do que duplicou sua arrecadação no período de 1953/1963, enquanto que o imposto do selo, apresenta uma série oscilante, decrescendo nitidamente até 1957, invertendo a tendência a partir de 1960, quando registrou vigorosa expansão.

Deve-se ressaltar que nos valores dos anos de 1962 e 1963 estão computados os montantes do imposto do café, e só por esse motivo verificaram-se os incrementos observados.

O imposto de transmissão de propriedades "causa mortis" acusa uma arrecadação acentuadamente irregular, decorrente da própria natureza de sua incidência.

As alterações introduzidas na legislação pertinente, devem responder, em parte, pela tendência decrescente notada a partir de 1957, e que se agravou em 1962 e 1963. Como imposto direto faz-se muito mais sensível à reação do contribuinte, daí ser dos mais utilizados, a exemplo do de transmissão "inter vivos", pelos legisladores na concessão de favores fiscais, como isenção total segundo a condição do fato gerador do tributo ou redução das alíquotas.

No quadro nº 4, pode-se notar que a receita desse imposto, a preços constantes, alcançou em 1963 um montante correspondente a menos da metade dos apurados em 1956 e 1957 por exemplo. De 1961 para 1962 caiu em quase 50% a arrecadação do tributo em foco. Não se poderia obviamente explicar tais inflexões como uma decorrência da redução do número de inventários processados e/ou pela diminuição do valor global dos bens partilhados.

As observações a propósito da receita nominal do imposto de transmissão de propriedade "inter vivos" são válidas nessa oportunidade. Seria interessante chamar a

atenção para uma particularidade do quadro nº 4, até 1959 o "inter vivos" apresentava uma arrecadação expressivamente superior (3 ou mais vezes) a do "causa mortis". A partir de 1960, quando as receitas de ambos quase se igualaram, desapareceu aquela predominância.

10.3.6.1 - Arrecadação do Imposto de Vendas e Consignações

Conforme já citado em várias oportunidades o IVC constitui o principal tributo da competência dos estados, representando o seu sustentáculo financeiro, e de certa forma, condiciona a execução dos programas de governo visando ao desenvolvimento econômico e social em suas áreas.

Caracteriza-se esse imposto por apresentar um sistema de cobrança simples, acusar elevada produtividade e ser bastante flexível. Representa, portanto, o tributo de maior rendimento na área de competência dos estados, e é natural que venha prevalecendo no cômputo da receita total sobre os demais.

Na Guanabara o IVC registra uma tendência nitidamente crescente na participação da receita tributária, bastando notar que em 1953 contribuiu com 54,57%, em 1958 com 67,50% e, em 1963, elevou-se para 82,52% a sua contribuição para o total da arrecadação fiscal.

O crescimento de sua receita a preços correntes no período de 1953/1963 assinala um índice excepcional, isto é 3.285. Essa expansão poderia, à primeira vista, simbolizar um excelente indicador do aumento do volume das atividades econômicas no Estado. Entretanto, fatores exógenos ao fenômeno enfocado determinaram, na verdade, a hipertrofia da receita desse tributo - são eles a espiral inflacionária e a alteração das alíquotas. Se as mesmas houvessem permanecido inalteradas desde 1952, os totais arrecadados, a partir de 1956, teriam sido consideravelmente inferiores. Entre esse ano e 1961 o aumento da alíquota de 2,7% para 4% adicionou uma receita suplementar de 22.990 milhões de cruzeiros. No exercício de 1962 entrou em vigor a nova taxa de 5%, o que correspondia a um acréscimo de 25% sobre a anterior. Só nesses dois anos a receita excedente, proporcionada pelos aumentos das alíquotas, somou 54.247 milhões de cruzeiros (V. quadro nº 5).

Na coluna 2 do quadro em foco inscreve-se a série de valores a preços correntes, eliminada a influência

da elevação das alíquotas. O crescimento da arrecadação nessa hipótese, registra um impulso menos vigoroso, notando-se, por exemplo, que entre 1953 e 1963 aumentou de aproximadamente 18 vezes, enquanto que no mesmo intervalo a arrecadação desse imposto com as alíquotas variáveis (isto é, as efetivamente lançadas) elevou-se de 32 vezes.

A expressão real do desenvolvimento da arrecadação do imposto de vendas e consignações não se configura na série da coluna 2, em face da existência ainda de um elemento de distorção, que é o processo inflacionário.

A eliminação desse fator conjugado com as alíquotas invariáveis propiciará a apreciação do comportamento da receita do IVC na Guanabara em termos de efetiva expansão do movimento dos negócios.

A coluna 4 do quadro nº 5 consubstancia essa evolução. Adotou-se o ano de 1964 como base para dar, de imediato a magnitude dos valores dos anos anteriores em cruzeiros mais atualizados. O crescimento relativo da arrecadação entre os anos de 1953 e 1964 foi da ordem de .. 28,1%.

Compare-se esse percentual com o que resultaria da coluna 3, que configura os números da receita do IVC a preços constantes com alíquotas variáveis, que se elevou de 100,3% e se conhecerá o reflexo isolado da alteração das mesmas sobre o montante da arrecadação. O quadro nº 6 apresenta os valores das referidas colunas 3 e 4, convertidos a índices com base em 1953. Esses números foram plotados no gráfico nº 5 cujas curvas permitem seja apreciado nitidamente o efeito da mutação das alíquotas.

A evolução da receita deflacionada do vendas e consignações, em confronto com a dos impostos de consumo e renda arrecadados na Guanabara, demonstra que, no último decênio, o tributo estadual registrou incrementos maiores que os federais. Essa supremacia se faz sentir mais nitidamente, quanto ao imposto de renda. É importante notar que em 1964 a receita real do imposto de consumo acusou uma taxa de crescimento superior ao do vendas e consignações.

O índice de acréscimo anual do IVC, tomando-se 1954 como ano base, em relação ao principal tributo direto (imposto de renda) foi tão expressivo, que sua arrecadação, equivalendo naquele ano a 63,4% da do imposto de

renda, gradualmente eliminou essa diferença, superando-a mesmo a partir de 1962.

Quanto ao imposto de consumo nota-se uma certa correlação da sua série evolutiva como a do vendas e consignações no período enfocado, muito embora se se fixar a base em 1954 se destaque a supremacia dos índices incrementais do IVC (V. Gráfico nº 6).

O quadro nº 7 apresenta a evolução da receita deflacionada dos três aludidos impostos em números índices.

A evolução no decênio observado coloca o vendas e consignações em plano destacado apesar de ter sido no ano de 1963, dos três tributos, o que registrou menor expansão, e em 1964 ter apresentado um incremento de receita inferior ao do imposto de consumo.

Tomando-se 1958 como ano base, altera-se, particularmente, os números do vendas e consignações, que assinala até decrementos nos anos subsequentes, só apresentando níveis mais elevados que os do ano inicial a partir de 1962. Isto seria explicado pelo fato da arrecadação de 1958 computar 13 meses, sendo portanto discrepante dos demais anos.

O quadro nº 8 mostra a evolução dos três impostos em foco no período 1958/1964. O imposto de consumo cresceu entre os anos extremos de 43%, enquanto que o vendas e consignações de 30% e o de renda de 4%. Entre 1963 e 1964 o incremento real do consumo alcançou 9% e o do vendas e consignações a cerca de 8%. No gráfico nº 7 foram plotadas as curvas dos índices da receita dos três impostos enfocados.

10.3.6.2 - Receita comparada do Imposto de Vendas e Consignações

Na seção anterior pesquisou-se a evolução do vendas e consignações apenas na Guanabara; procura-se mostrar, agora, o comportamento da sua arrecadação em confronto com a receita geral no país.

A receita do imposto de vendas e consignações, entre 1958 e 1963, no Estado da Guanabara não se expandiu, nos mesmos níveis da arrecadação média desse tributo em todo o país. Essa posição de inferioridade relativa não se observa apenas quanto ao vendas e consignações, visto que ocorre também com a receita dos impostos de renda e

consumo.

A arrecadação geral da Guanabara em têrmos comparativos revela uma tendência descendente. O comportamento das curvas plotadas no gráfico nº 8 evidencia claramente a ampliação do "gap" entre as receitas tributárias no estado e na totalidade do país.

O Estado de São Paulo aparece em posição oposta, pois o crescimento da arrecadação quer dos dois impostos federais citados quer do vendas e consignações, coloca-se, em plano mais elevado que a média apurada para o Brasil. Além disto registra-se um "trend" acelerador no processo de expansão da receita no Estado Bandeirante (V. Gráfico nº 9).

Considerando-se os aumentos relativos da receita tributária como indicadores do crescimento das atividades econômicas na área, é inegável ter se verificado na Guanabara, incrementos menos acentuados, em relação à média dos demais estados, especialmente São Paulo. Provavelmente, venha ocorrendo até uma gradual e lenta descapitalização da Guanabara, que se reflete na desaceleração relativa de ano para ano no recolhimento dos tributos.

No período pesquisado (1958/1963) mesmo em ... 1962 (quando houve um reajustamento na alíquota de 4% para 5%), a Guanabara não melhorou as suas taxas incrementais de forma a vencer o crescimento médio assinalado no país. Com base na tendência da arrecadação geral do último quinquênio para o Brasil e na participação relativa dos estados da Guanabara, São Paulo e Estado do Rio de Janeiro que, em média, contribuíram aproximadamente com .. 70% da receita total dêsse impôsto no país e, conhecendo-se a arrecadação dêsses três estados para 1964, estimou-se o valor da receita geral do IVC no Brasil, apurando-se o índice 2.245. Na Guanabara o índice da receita efetiva alcançou naquele ano 1.596, enquanto que em São Paulo atingiu a 2.788. Permaneceu, portanto, a Guanabara em nível de expansão inferior à média do país e mais abaixo ainda da de São Paulo, muito embora tenha melhorado sua posição relativa.

A análise comparativa da arrecadação do impôsto de vendas e consignações, realizada sob vários prismas focaliza agora um aspecto nôvo, qual seja a evolução da receita em estados diferentes eliminando-se os efeitos perturbadores das elevações das alíquotas.

A impossibilidade de se obter informações sobre a legislação fiscal de todos os estados observados não permite o exame do elemento enfocado para todo o grupo. O confronto entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara já propiciará contudo a quantificação relativa do crescimento da arrecadação do IVC, neste estado, de forma mais precisa, como um medidor da atividade econômica na área.

Se em duas seções anteriores a pesquisa da evolução da receita, a preços correntes e a preços deflacionados, evidenciou o menor impulso do desenvolvimento do vendas e consignações na Guanabara em relação a diversos estados, não definiu com exatidão o grau de desaceleração pois continha um elemento que poderia afetar a comparabilidade da grandeza da receita - isto é, a variação das alíquotas em cada estado.

A depuração da análise comparativa pôde ser efetivada para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, ao se eliminar esse fator de distorção. Observando-se a evolução da receita do vendas e consignações nos três estados no período de 1958/1964 nota-se para a Guanabara o menor índice de crescimento, quer nas séries da arrecadação efetiva (alíquotas variáveis) quer nas séries depuradas (alíquotas fixas a partir do ano base). (V. quadro 9).

Calculando-se os índices, tomando-se como ano de origem 1958 para a arrecadação a preços correntes, tem-se nos três estados uma evolução dessa ordem:

ÍNDICES DA ARRECADAÇÃO DO IVC (A PREÇOS CORRENTES)

ANOS	GUANABARA		SAO PAULO		RIO DE JANEIRO	
	ALÍQUOTAS		ALÍQUOTAS		ALÍQUOTAS	
	VARIÁVEL	FIXA	VARIÁVEL	FIXA	VARIÁVEL	FIXA
1958	100	100	100	100	100	100
1962	442	354	712	506	610	467
1963	785	1.628	1.205	1.857	2.981	1.752
1964	1.596	1.276	2.788	1.585	2.258	1.402

O confronto dos incrementos evidencia que a posição da Guanabara melhora, apreciavelmente, quando se elimina o aumento das alíquotas, pois no período investigado só em 1962 se processou neste Estado alteração nos per

centuais da taxaço, enquanto que em São Paulo se operou a modificação em 1959 e no Estado do Rio de Janeiro, em 1960 e em 1962.

As modificações dos valores das alíquotas foram as seguintes nos três estados após o exercício de 1958:

SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		GUANABARA	
ANO	ALÍQUOTA	ANO	ALÍQUOTA	ANO	ALÍQUOTA
1958	3,4125%	1958/59	3,6%	1958/61	4%
1959/63	4,8%	1960/61	4,2%	1962/64	5%
1964	6,0%	1962/63	4,7%		
		1964	5,8%		

Deve-se notar que a Guanabara entre 1958 e 1964 só alterou a alíquota do IVC uma única vez, enquanto São Paulo aumentou-a duas e o Estado do Rio de Janeiro três vezes.

Note-se ainda que a revisão tributária consubstanciada na lei nº 672 de 9 de dezembro de 1964 autorizou a cobrança durante o exercício de 1965, e somente nesse exercício, de um adicional de 8% sobre o valor dos impostos devidos, passando a alíquota do IVC na Guanabara a ser 5,4% apenas no ano de 1965.

Além dos percentuais discriminados são cobrados, juntamente com o IVC, no Estado do Rio de Janeiro, os adicionais seguintes:

FUNDO ESTADUAL DE ELETRIFICAÇÃO

<u>PERÍODO</u>	<u>TAXAÇÃO</u>
De 1.1.957 a 6. 2.959	10% s/valor do imposto devido
De 7.2.959 a 31.12.959	15% " " "
De 1.1.960 a 31.12.961	10% " " "
De 1.1.962 a 31.12.963	8% " " "
A partir de 1. 1.964	7% " " "

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

<u>PERÍODO</u>	<u>TAXAÇÃO</u>
De 1.1.960 a 31.12.961	5% s/valor do imposto devido
De 1.1.962 a 31.12.963	4% " " "
A partir de 1. 1.964	3% " " "

FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO

<u>PERÍODO</u>	<u>TAXAÇÃO</u>
De 1.1.962 a 31.12.963	3% s/valor do imposto devido
A partir de 1.1.964	2% " " "

No Estado de São Paulo os adicionais que eram acrescidos ao imposto devido até 1958, a partir de 1959 foram absorvidos nos aumentos de alíquotas. Oa artigo 15 da Lei 5.021 de 18 de dezembro de 1958, dispõe:

"Fica elevada para 4,8% (quatro e oito décimos por cento) a alíquota dos impostos sobre vendas e consignações ... já incluídos os adicionais de 10% (dez por cento) e 3,75% (três e setenta e cinco centésimos por cento) ...

O artigo 2º da Lei 8.049 de 30 de dezembro de 1963 determina:

"Fica elevada para 6% (seis por cento) a alíquota dos impostos sobre vendas e consignações ... na mesma alíquota já incluídos os adicionais de 10% (dez por cento) e de 3,75% (três e setenta e cinco centésimos por cento)...

"§ Único ... continua-se a calcular os recursos destinados ao custeio do Plano Estadual de Eletrificação sobre a alíquota anterior de 4,8% (quatro e oito décimos por cento) ...

Os quadros nºs 9 e 10 apresentam a arrecadação de vendas e consignações a preços correntes e a preços deflacionados, nos 3 Estados focalizados, destacando as colunas das alíquotas variáveis e fixas.

A comparação entre os totais das séries ressalta a significância dos aumentos da taxaçoão como o meio mais produtivo de fornecer recursos adicionais para o Tesouro Estadual. Na conjuntura dos últimos anos de acelerado processo inflacionário, os estados têm empregado como arma de defesa contra a espoliação dos seus recursos financeiros a gradual elevação de alíquotas (paradoxalmente não deixa de representar uma medida inflacionária) que propicia uma adição suplementar de recursos para o Erário Público.

A alteração da alíquota de 3,4125% para 4,8% verificada em 1959 no Estado de São Paulo proporcionou aos cofres estaduais recursos adicionais no período 1959-1963 no montante de 187.840 milhões de cruzeiros, isto

é, um total superior à arrecadação daquele estado em 1962. A elevação da alíquota em 1964, para 6% propiciou, só naquele ano mais 289 bilhões de cruzeiros, ou seja, montante equivalente à arrecadação de 1963. (V. Colunas 3 e 4 do Quadro 9).

No período 1958-1964 a Guanabara teve sua alíquota modificada de 4 para 5% apenas em 1962. Nos três anos em que vigorou a nova taxaço o Tesouro Estadual arrecadou mais 60.516 milhões provenientes da diferença de alíquota. (V. Colunas 1 e 2 do Quadro 9).

O Estado do Rio de Janeiro com um volume de receita bem inferior aos dois estados citados, ainda assim **apurou** de receita excedente, resultante dos aumentos de alíquotas no período de 1960/1963, o total de 13.066 milhões que praticamente equivale à arrecadação total de ... 1962. Só no ano de 1964 o Estado do Rio de Janeiro, com a nova majoração de alíquota vigente naquêl ano, arrecadou mais 24.884 milhões de cruzeiros.

A expansão da receita do vendas e consignações, na Guanabara que, entre 1959 e 1962, acusou impulso reduzido, eliminando-se os efeitos das alíquotas, em relação aos dois outros estados, assinalou substancial melhoria em ... 1963 e 1964. Foi mesmo a única das três unidades da federação em que se verificou incremento de receita real nesses dois anos (Ver quadro nº 10) em relação ao ano de 1962.

De 1962 para 1963 o crescimento da receita do IVC, a preços correntes, na Guanabara com alíquotas constantes superou o do Estado do Rio de Janeiro em 16,6%. No primeiro estado verificou-se o incremento de 77,3% e no segundo de 60,7%. O mesmo cálculo, tomando-se as séries a preços constantes, indica para a Guanabara o aumento de .. 1,90% e para o Estado do Rio de Janeiro um decréscimo de 6,98%. A receita do IVC na Guanabara a preços constantes e alíquotas fixas, cresceu de 5,8% entre 1963 e 1964, enquanto que, no Estado do Rio, acusou uma diminuição de ... 2,9%.

Cotejando-se com São Paulo os valores correspondentes entre 1962 e 1963, observa-se haver o incremento da receita na Guanabara, a preços correntes e alíquotas fixas (na ordem de 77,3%) excedido o daquêl estado em 8%. Procedendo-se da mesma forma para os valores deflacionados nota-se uma taxa do acréscimo de 1,90% para a Guanabara e um

decremento de 2,16% para São Paulo. De 1963 para 1964, mais se acentuou essa discrepância de tendências. A arrecadação do IVC na Guanabara, a preços correntes e alíquotas fixas incrementou-se de 103,1% sobrelevando a de São Paulo em 18,1% comparando-se os valores deflacionados observa-se um aumento relativo de 5,8% para a Guanabara e um decréscimo de 3,5% para S.Paulo.

A evolução da receita do IVC a preços deflacionados com alíquotas constantes nos 3 estados é apresentada no resumo a seguir, em números índices, tendo 1958 como ano base.

ÍNDICE DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES
VALORES DEFLACIONADOS E ALÍQUOTAS CONSTANTES

ESTADOS	A N O S						
	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
GUANABARA	100	85	91	93	96	98	104
SAO PAULO	100	106	117	125	137	134	129
R. JANEIRO	100	102	101	107	126	118	114

Nota-se nítida divergência entre a série da Guanabara e dos dois outros estados. Enquanto que os índices de São Paulo e Rio de Janeiro acusam tendência crescente até 1962, caindo em 1963 e 1964, mas mantendo níveis bem superiores aos do ano base, os da Guanabara situam-se em pontos abaixo da origem e registram elevação em 1963, só superando o ano base em 1964 (V. gráfico nº 10).

Constitui mesmo uma inversão da tendência o resultado favorável à Guanabara nos dois últimos anos em confronto com os dois outros estados.

O acréscimo relativo na arrecadação ao IVC poderia indicar aumento real da atividade econômica, mas a tal resultado deveria corresponder também incrementos maiores na receita do imposto de renda e consumo, o que não ocorreu em proporções definidoras de crescimento em relação aos dois estados tomados como módulo. Em contraposição, apresenta maiores acréscimos na receita do imposto de renda do que ambos os Estados entre 1963 e 1964; mas assinala percentual de aumento menor na arrecadação do imposto de consumo do que S.Paulo.

A melhoria relativa da receita do vendas e consignações nos anos de 1963 e 1964 deve ser atribuída, em parte, às medidas administrativas adotadas pelo Govêrno Estadual no setor da arrecadação e do contrôle fiscal do impôsto, visando a combater especialmente a sonegação.

A fim de mensurar a significação dos acréscimos nos valores das alíquotas sôbre a receita per capita do vendas e consignações, prepararam-se os quadros nºs. 11 e 12.

A alteração de 4 para 5% na taxação do vendas e consignações na Guanabara provocou um aumento de Cr\$. 2.392,00 na contribuição média por habitante no ano de 1962, de Cr\$ 4.105,00 em 1963 e Cr\$ 8.135,00 em 1964. Nesses mesmos anos, a modificação na alíquota motivou no estado de São Paulo um excedente de Cr\$ 3.594,00, Cr\$ 5.911,00 e Cr\$ 19.503,00, respectivamente. No Estado do Rio de Janeiro a contribuição suplementar exigida por habitante somou Cr\$ 9.163,00, nos três últimos anos.

Tomando-se os valores deflacionados (IGP-1953 = 100) a contribuição suplementar em 1964 totalizou: na Guanabara Cr\$ 289,00; em São Paulo Cr\$ 693,00 e no Estado do Rio de Janeiro Cr\$ 224,00.

Dos três estados representa a Guanabara aquele que, relativamente, menos cresceu o gravame fiscal do impôsto, no período 1958/1964. O ônus adicional neste estado atingiu a 25%, alcançando a 76% em São Paulo e a 61% no Estado do Rio de Janeiro.

Um aspecto interessante se nota nos quadros nºs 11 e 12 quanto à variação das receitas per capita de São Paulo e Guanabara. O primeiro, que superou a marca do segundo a partir de 1959 nas séries de alíquotas efetivamente cobradas, aparece nas colunas das alíquotas fixas com valores inferiores. No ano de 1963 a receita per capita do IVC (alíquota variável, isto é a efetivamente cobrada) na Guanabara superou ligeiramente a verificada em São Paulo, o que não pode ser tomado como inversão da tendência pois já em 1964 a receita per capita em São Paulo alcança nível bem mais alto do que na Guanabara. Poder-se-ia inferir, da comparação entre as duas séries:

- 1º) - que a alteração de alíquotas concorreu para São Paulo assinalar índices per capita mais elevados que a Guanabara, a

partir de 1959;

- 2ª) - que apesar da contribuição per capita para o IVC em São Paulo ser inferior à calculada para a Guanabara, quando em valores de alíquotas invariáveis a tendência no estado bandeirante é de expansão, quer na série a preços correntes quer a preços deflacionados; no ex-Distrito Federal, entretanto, apenas a série a preços correntes acusa "trend" crescente;
- 3ª) - que a receita per capita em São Paulo tende a igualar a da Guanabara mesmo se se mantivesse a alíquota fixa, visto que equivalia em 1958 a 64,1%, em 1959 a 80,7% e em 1963 alcançou a 88,6% do valor da contribuição per capita neste Estado, depois de ter registrado em 1962 o índice máximo de 91,6%.

O incremento da arrecadação global do IVC verificado em São Paulo, em níveis bem superiores aos da Guanabara, conforme demonstram os índices da receita real com alíquotas fixas; 117 para 91 (em 1960) 125 para 93 (1961); 137 para 96 (1962) e 134 para 98 (1963), refletindo o progresso econômico da área, concorreu para aquele estado suplantar os demais no crescimento relativo da receita per capita, apesar da sua elevada taxa demográfica.

10.3.7 - Tributos de Competência Municipal

De todos os tributos de competência municipal cobrados na Guanabara apenas o predial assinala uma evolução mais regular, embora em certos anos (1954, 1957 e ... 1959) registre redução na taxa de incremento em relação aos exercícios anteriores.

Outros impostos há, entretanto, que no período 1952/1964 apresentaram mesmo decréscimos em sua receita absoluta, como é o caso da indústria e profissões e do imposto de licença.

O imposto territorial apesar de não haver acusado redução no valor arrecadado de ano para ano (a preços correntes naturalmente), apresenta incrementos extremamente discrepantes em sua série, variando de um mínimo de .. 1,2% entre 1958 e 1959 a um máximo de 53,3% entre 1959 e 1960, e ainda de 47,1% entre 1952 e 8,2 entre 1961 e 1962.

O imposto de licença assinala as mais violentas oscilações em sua receita, entre um exercício e outro. Basta citar dois exemplos: um decréscimo de 83,7% entre ... 1955 e 1956 e um aumento de 595,6% entre 1957 e 1958. No

primeiro caso a arrecadação de 1956 não alcançou 1/6 da do ano anterior, no 2º a receita de 1958 correspondeu a 7 vezes a do ano antecedente.

Essas profundas oscilações no comportamento da receita nominal desses impostos, têm sua origem nas alterações da legislação fiscal conforme já citado anteriormente.

Os dois principais tributos de competência municipal, cobrados pela Guanabara, são o predial e o indústria e profissões, os quais se colocam em 2º e 3º lugares na classificação geral da receita tributária do Estado, superando não só os demais tributos de âmbito municipal como os de âmbito estadual. O quadro nº 16 configura uma visão geral da receita de alguns tributos municipais no período de 1952 a 1963.

Tratar-se-á, a seguir, mais pormenorizadamente, apenas dos dois impostos acima referidos, a fim de não ampliar em demasia a análise deste capítulo.

10.3.7.1 - A arrecadação do Imposto Predial

O imposto predial constitui o segundo tributo da Guanabara, embora situado em posição bastante inferior ao imposto básico das finanças estaduais, o vendas e consignações.

A sua participação no cômputo da receita total acusa tendência decrescente, de modo especial a partir de 1961, quando registrou 9,13% caindo para 5,87% em 1963. Os números alusivos ao quinquênio 1955/1959 apresentaram a seguinte variação:

1955	12,62%
1956	10,97%
1957	12,09%
1958	9,76%
1959	10,50%

O declínio relativo da arrecadação do imposto predial é uma característica observada nos tributos de incidência direta na Guanabara. Os percalços dos efeitos da elevação de seus gravames em conjuntura de inflação acelerada deve ter determinado o cuidado das autoridades responsáveis pela política tributária em não sobre

carregar a taxaçaõ dos referidos impostos.

Por outro lado os resultados políticos (atê mesmo de reflexo eleitoral) levam os legisladores a votarem dispositivos legais que ampliam sobremaneira os favo res fiscais, contribuindo para reduzir a produtividade de tais impostos.

Acresce ainda a circunstância de que a incidên cia dêsse impôsto recai sôbre os proprietários dos pré dios, baseada de modo geral, no valor locativo real, pre sumido ou arbitrado, (segundo a localização, destino e natureza) o que, por si só, mostra quão complexo é o pro cesso de revisão do qual depende a relativa atualização do elemento tributável.

O impôsto predial se identifica com o impôsto de renda, ao incidir sôbre os rendimentos dos capitais i mobiliários, assemelhando-se destarte a base de sua taxa ção à do impôsto cedular de renda. É portanto um tributo que deveria ser lançado, considerando o valor da matéria tributável, umas, em especial, atendendo às condições pes soais do contribuinte. Tal critério se justificaria pe la classificação dêsse tributo em direto e pessoal, o que se traduziria por fim, na observância do artigo 202 da Constituição Federal.

"Os tributos terão caráter pessoal, sempre que isso for possível, e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte".

O atendimento ao princípio enunciado não sig nificaria naturalmente, uma política de isençãõ e favo res fiscais outros, de caráter indiscriminado, que tor nasse o impôsto improdutivo, e incapaz de cumprir os ob jetivos financeiros, econômicos e sociais.

A receita nominal do impôsto predial aumentou de cêrca de 18 vêzes no intervalo 1953 - 1964 (518 mi lhões de cruzeiros para 9.384 milhões de cruzeiros) bas tante inferior, portanto, ao índice do processo inflaciõ nário, que elevou-se em mais de vinte e oito vêzes. Em têrmos de preços correntes cada habitante da Guanabara te ria dispendido em 1953 cêrca de 197 cruzeiros, e em 1964, aproximadamente 2.500 cruzeiros. (Ver Quadro Anexo nº17). Os valores a preços deflacionados como se notará a seguir indicam resultado inverso pois declinam acentuada mente. A contribuição média de cada carioca em 1964 (90

cruzeiros) representa menos da metade do que pagava em .. 1953 (197 cruzeiros) eliminando-se o efeito da inflação.

RECEITA PER CAPITA DO IMPOSTO PREDIAL - EM CRUZEIROS

ANOS	VALOR NOMINAL	VALOR DEFLACIONADO
1953	197	197
1956	329	186
1960	629	155
1963	1.444	98
1964	2.509	90

A perda de substância da arrecadação do imposto predial pode ser perfeitamente identificada no Quadro nº. 17, em que os valores nominais são corrigidos em função do poder aquisitivo da moeda e da evolução demográfica.

Processando-se em cada ano a retificação do efeito inflacionário, conjugado ao crescimento da população, obtem-se a série da receita que se poderia denominar de "ideal" e que representa o desenvolvimento da arrecadação com base no poder de compra de 1953. Verifica-se em apenas um ano (1957) a existência de superavit, em todos os demais ocorrem déficits que, a partir de 1959, agravam-se nitidamente, culminando em 1964, quando a receita efetiva significou menos de 50% do valor da receita "ideal", expressando tal resultado que a arrecadação do último ano acusou um déficit de substância superior ao seu próprio montante (Ver quadro nº 17).

A receita per capita nominal, embora registre valores ascendentes, situa-se nos últimos 5 anos em escala inferior à receita per capita "ideal".

A arrecadação do imposto predial, examinada paralelamente à evolução das tarifas de água e esgoto apresenta aspectos merecedores de destaque. Enquanto que as receitas das tarifas de água e esgotos cresceram, a preços deflacionados, de 216% e de 312%, respectivamente entre .. 1953 e 1964 o imposto predial acusa uma diminuição de 35,7% em sua receita (Ver quadro nº 19).

A contribuição per capita real evoluiu, no mesmo período, sob tendências discrepantes. Cada habitante

da Guanabara pagou de impôsto predial, em média no ano de 1964, menos da metade do que dispendeu em 1953, ou seja 90 cruzeiros em 1964 e 197 cruzeiros no ano de 1953, nesse mesmo ano pagava 37 cruzeiros pela taxa de água e 20 cruzeiros pela de esgôto, passando a gastar 85 e 58 cruzeiros respectivamente em 1964 (Ver quadro nº 19).

Não se dispondo da legislação de outras capitais para se proceder a uma análise comparada das normas fiscais, tentou-se medir o grau de incidência pelo processo exposto no Quadro nº 13, nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte e na Guanabara. Utilizando-se o índice da área licenciada (FGV) como um fator que propende a expandir em futuro próximo a arrecadação, correlacionou-se os seus valores médios (média ponderada de 1 triênio) com o índice da receita do impôsto predial. Obteve-se uma série que foi denominada de coeficiente da incidência média. Verifica-se que, das três unidades político-geográficas examinadas é Belo Horizonte a que registra maiores incrementos nos valores dos coeficientes da incidência média, situando-se a Guanabara em posição abaixo de São Paulo, apesar de indicar uma expansão destacada entre 1961 e 1962. Pode-se concluir portanto que, apesar dos reajustamentos processados na Guanabara, comparativamente a Belo Horizonte e São Paulo, os acréscimos relativos dos gravames do impôsto predial no período focalizado foram bem inferiores.

10.3.7.2 - A Arrecadação do Impôsto de Indústria e Profissões

O impôsto de indústria e profissões que ocupa a 3ª colocação no cômputo dos tributos cobrados pelo Governo Estadual, manteve, entre 1960 e 1962, uma tendência a estabilizar-se, ao contrário da maioria que registrou propensão declinante em sua participação relativa na formação da receita fiscal da Guanabara. Nos dois últimos anos, contudo, assinalou nítida queda em sua contribuição para a receita total (Ver quadro nº 14).

Esse impôsto incide, basicamente, sobre as atividades industriais e comerciais de onde provém a massa de sua receita, visto que o exercício das profissões liberais e outras modalidades de prestação de serviços, de mo

do geral oneradas pelo tributo, concorrem com pequena parcela do seu montante.

O impôsto indústria e profissões é classificado como impôsto direto, entretanto o exame da sua estrutura e da sua estrutura e da forma de sua cobrança induziria a considerá-lo coincidentemente direto e indireto.

A fixação de taxas proporcionais ao movimento dos negócios (caso da incidência sobre a indústria e o comércio) e a possibilidade de translação do seu ônus, por meio da sua incorporação aos preços das mercadorias, marcam a sua tipicidade de impôsto direto.

Por outro lado, o critério do seu lançamento prévio e o sistema de cobrança, através de guias nominais refletem o caráter pessoal que viria a pô-lo na categoria dos tributos diretos.

Escapa ao objetivo central do presente trabalho examinar as minudências das estruturas de cada impôsto, motivo por que deixará de ser analisada a complexa com posição do indústria e profissões, quer quanto às taxas fixas, quer quanto às taxas variáveis, segundo tabelas de categorias de atividade.

Quanto à evolução de sua receita nominal, no período 1953/1963, revela comportamento irregular, assinando bruscas quedas em certos anos, como as de 1956, 1957 e 1959. As modificações na legislação fiscal, reduzindo o campo de incidência do tributo, respondem pelos decréscimos da receita global desse impôsto nos anos aludidos.

A arrecadação nominal de 1963 equivale a 16 vezes a de 1953, superando ligeiramente, o índice do aumento geral dos preços que se elevou de 14,6 vezes. Em termos reais os totais arrecadados em 1963, embora superiores aos de 1953, colocaram-se bem abaixo dos de 1955, 1958 e 1962. A receita de 1964 foi insuficiente para cobrir o índice inflacionário, declinando, em valor real, de 217 milhões em 1963, para 181,6 milhões de cruzeiros.

A contribuição real "per capita" para o indústria e profissões mostra valores médios, nos últimos três anos, inferiores aos apurados para os três primeiros exercícios observados, ou seja 59 para 80 cruzeiros.

O crescimento da receita dêsse tributo no período focalizado é, em verdade, meramente nominal, bastando que se retifique a série em função da desvalorização da moeda em cada ano combinada ao respectivo incremento populacional, para que se comprove até a ocorrência de sucessivos deficits de substância, conforme demonstra o Quadro nº 18, para o período 1953-1963.

Não teria portanto a receita efetiva sido suficiente para igualar a receita "ideal" isto é aquela expressa a preços de 1953 e capaz de cobrir os efeitos do impacto inflacionário e do crescimento da população, mantendo o mesmo poder aquisitivo de 1953 em relação à sua contribuição para as necessidades do Erário estadual.

10.3.8 - Sugestões para uma Revisão Tributária Estadual

Considerando-se o resultado das pesquisas realizadas dever-se-ia proceder a uma revisão tributária na Guanabara porque:

- 1ª) - a taxaçoão de certos tributos especialmente o do vendas e consignações situa-se em níveis bem inferiores ao de diversos estados, especialmente os de maior intercâmbio com a Guanabara, o que permite reajustamento sem o perigo de fuga a incidência;
- 2ª) - alguns tributos acusam decremento na receita real no período decenal;
- 3ª) - tais tributos assinalam uma tão nítida perda de substância, que sua arrecadação dos últimos anos seria insuficiente até para atender aos encargos correspondentes a .. 1953. Calcule-se a adição dos novos serviços e ter-se-á agravada a posição negativa dos mesmos;
- 4ª) - os encargos crescentes do Erário estadual não poderão ser cobertos com a tributação do ano corrente;
- 5ª)- a política tributária do Estado não visa a recolher impostos tão somente para pagar os dispendios de administração mas tem um sentido eminentemente econômico e social, ela se constitui em uma verdadeira política fiscal no seu conceito moderno.

A revisão tributária, estando plenamente justificada, deveria atender aos dois princípios básicos - de capacidade contributiva e de máxima conveniência social.

No reexame das isenções fiscais bastaria tão somente adotar o preceito de Benthan " o impôsto deveria

poupar os recursos dos indivíduos de reduzida capacidade econômica".

Seria necessário, a exemplo do que pretende realizar o Governo Federal, acabar com os favores e privilégios fiscais, para determinadas classes. Somente a capacidade contributiva deveria ser levada em conta, na decretação das isenções. Com essa medida se atenderia ao inspirado artigo 202 da Constituição Federal que determina:

"Os tributos terão caráter pessoal sempre que possível, e serão graduados conforme a capacidade de econômica do contribuinte".

Os impostos diretos, como o predial, o transmissão de propriedades "inter-vivos" e o transmissão "causa mortis" incluem-se entre os que deveriam ter sua incidência revista, ampliando-se seu campo, pela extinção das isenções injustificáveis, com características de privilégio.

O critério da isenção fiscal se basearia única e exclusivamente na capacidade econômica e jamais na categoria profissional ou outra condição qualquer do contribuinte.

No caso do imposto predial seria admissível uma escala progressiva mais acentuada para os prédios ou apartamentos de alto luxo. Deveria ser mantida, para qualquer contribuinte, indistintamente, a taxa módica quando possuisse um único imóvel e o utilizasse para sua própria residência. Não se aplicaria redução do imposto para as mansões ou apartamentos de luxo. O limite máximo de 150m² para os apartamentos e de 300 m² para a casa, parece bastante razoável para classificar o imóvel na categoria beneficiada. Acima dessa área útil, mesmo se ocupados pelos proprietários não gozariam da diminuição do gravame do imposto.

Os imóveis alugados continuariam a ser taxados mais fortemente. Torna-se necessário entretanto evitar que os proprietários transfiram de maneira direta (cobrando do inquilino a diferença do imposto) ou indireta (aumentando mais do que proporcionalmente no preço do aluguel o valor do imposto acrescido), a incidência do imposto. Somente a lei federal que vier a regular a locação de imóveis, poderá, obviamente, disciplinar a matéria.

É importante não onerar demasiado o proprietá-

pório, reexportando os produtos de diversas procedências para todo o país.

Qualquer modificação na alíquota do vendas e consignações deve levar em consideração, particularmente, a intensa corrente comercial com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A segurança de que uma alteração na alíquota não contribuirá para estimular a sonegação por parte dos contribuintes, que poderiam julgar "valer a pena correr o risco" pela elevada taxaço, também deve ser observada.

Outro ponto que merece exame é a repercussão no índice geral de preços, sabendo-se que o imposto de vendas e consignações deveria marcar sua incidência sobre as transações mercantis determinando a redução dos lucros do vendedor e na prática isto não se verificar. Na realidade opera-se a transferência do gravame do tributo, que se incorpora ao preço das mercadorias, assemelhando-se ao imposto de consumo.

A elevação da alíquota ocasionaria de pronto o aumento dos preços, com efeitos portanto inflacionários.

A adoção de um critério mais objetivo na fixação de alíquotas diferenciais, gravando mais duramente os artigos supérfluos poderia minimizar esse reflexo geral, e permitir em contrapartida a redução (por hipótese) de 50% da incidência sobre as operações de gêneros de 1ª necessidade ou mesmo a sua isenção, sem que ocorresse queda global na arrecadação. A repercussão social de tal critério é tão evidente que dispensa aduzir outras considerações.

Poder-se-ia classificar os estabelecimentos em geral, segundo a predominância da espécie das mercadorias vendidas e sua atividade, a exemplo do que estabeleceu apenas para alguns, o artigo 65 em seus ítems II e III da Lei 72 de 28 de novembro de 1961.

A fim de que o limite máximo da taxaço na Guanabara ainda permaneça abaixo da vigente nos estados próximos a alteração geral da alíquota se faria apenas em 10% passando de 5 para 5,5%. Não haveria o perigo dos contribuintes buscarem outras unidades da federação para cumprirem sua obrigação fiscal, pois arcariam com maior ônus.

Os artigos considerados supérfluos e de luxo

seriam tributados em 7% e os estabelecimentos em que predominassem êsses produtos, mesmo que possuíssem estoques de outras mercadorias, pagariam o impôsto nessa base sôbre o montante de suas vendas.

As firmas varejistas ou não, que comerciassem com bebidas alcoólicas, por exemplo, deveriam ser obrigadas a registrar discriminadamente não só as suas compras, mas especificarem em coluna própria os totais diários das vendas de bebidas alcoólicas (para tanto se alteraria o modelo do livro de "Registro de Vendas e Consignações"). Nas notas fiscais ou de vendas seria obrigatória a discriminação da espécie da mercadoria, e serviria de elemento de conferência dos lançamentos. O não cumprimento dêsse dispositivo determinaria a taxaçoão do montante das vendas do estabelecimento na base de 7%.

Tôdas as firmas que fôsem incluídas no regime do arbitramento, por haverem incorrido em infraçoão dos dispositivos legais em vigor, estariam sujeitas ao tributo de 7% enquanto perdurasse êsse tipo de recolhimento.

Os estabelecimentos relacionados no item III do art. 65 da Lei 72 de 28.11.1961 (casinos, boites, etc), continuariam recolhendo o impôsto na base de 10% sôbre as vendas.

Um levantamento das emprêsas contribuintes, classificadas em grandes grupos, segundo a sua atividade econômica e sua dimensão permitiria mensurar a participação relativa de cada classe na formação da receita do IVC. Êsse trabalho preliminar facilitaria calcular a sonegaçoão média do impôsto. Bastaria uma fiscalizaçoão permanente num número significativo de estabelecimentos de cada classe e, por amostragem, poder-se-ia estimar o percentual da sonegaçoão do grupo obtendo-se, por agregação, seu valor total.

Apurada a sonegaçoão a firma seria incluída no regime de arbitramento. O valor fixado para o cálculo do pagamento do impôsto deverá ser sempre superior ao montante das vendas registradas mais o dôbre das operações não lançadas. Durante pelo menos 60 dias a firma permaneceria nesse regime, período em que recolheria o tributo na base de 7%, além de pagar as multas previstas na legislação em vigor. Sômente após nova verificaçoão fiscal, em que fôsse

constatada a regularidade dos registros das transações da empresa, seria suspenso o regime de arbitramento, o qual poderia ser restabelecido desde que constatada qualquer nova infração às disposições legais vigentes.

Completando-se o reaparelhamento da máquina arrecadadora e de controle e o reequipamento e o aprimoramento dos serviços de fiscalização, inclusive com a lotação de pessoal suficiente qualitativa e quantitativamente, é possível reduzir, apreciavelmente, em prazo extremamente curto, a margem de evasão do imposto.

Apenas para ilustrar a perda para o Estado, da corrente da sonegação, desenvolveu-se a seguinte hipótese:

- 1ª) - Supondo-se que o pequeno comércio varejista contribua com 30% para a formação da receita do IVC e estimando-se no ano em curso essa arrecadação em 133 bilhões, ter-se-ia um montante de 39,9 bilhões de cruzeiros, provenientes do grupo focalizado;
- 2ª) - admitindo-se que há uma sonegação média de 50% nesse grupo, a receita deveria atingir 59,8 bilhões ao invés de 39,9 bilhões de cruzeiros;
- 3ª) - reduzindo-se em 10% a evasão, nesse grupo se adicionaria, só no corrente ano, cerca de 2 bilhões de cruzeiros, o que seria possível sem grande esforço, com a melhoria dos serviços de fiscalização.

Voltando a examinar o aumento da alíquota de 5 para 5,5%, seria interessante calcular qual o acréscimo teórico na receita, se fosse aprovada tal majoração. Admitindo-se que a arrecadação do IVC em 1965 alcançasse .. 225 bilhões de cruzeiros (estimativa baseada no crescimento médio dos últimos anos) mantida a taxa vigente, uma variação de 10% no valor da alíquota deveria adicionar .. 22,5 bilhões de cruzeiros à receita total.

A destinação dada ao excedente arrecadado é que dirá da justiça e oportunidade dessa majoração, dentro da filosofia da política fiscal.

Não se justifica aumentar tributos para cobrir aumentos de custeio, mas para pagar obras, serviços, etc., que serão devolvidos à comunidade sob a forma final de melhores serviços.

Ao se preparar uma reforma tributária de cará

GUANABARA

EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL EM CONFRONTO
COM A RECEITA FEDERAL E ESTADUAL
1958/64

quadro nº 1

ANOS	R E C E I T A (C\$ 1 000)			R E C E I T A P E R - C A P I T A (C\$)			B / % A	C / % A	C / % B
	A TOTAL	B FEDERAL	C ESTADUAL	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL			
1 958	43 551 732	29 427 798	14 123 934	14 100	9 500	4 600	67,57	32,43	48,00
1 959	56 295 049	39 737 406	16 557 643	17 600	12 400	5 200	70,59	29,41	41,67
1 960	65 578 509	44 281 866	21 296 643	19 800	13 400	6 400	67,52	32,48	48,09
1 961	89 802 467	60 557 633	29 244 834	26 300	17 700	8 600	57,43	32,57	48,29
1 962	145 024 413	92 043 607	52 980 806	41 100	26 100	15 000	63,47	36,53	57,56
1 963	278 541 111	187 807 804	90 733 307	76 400	51 500	24 900	67,43	32,57	48,31
1 964	565 608 142	379 275 792	186 332 350	151 200	101 400	49 800	67,06	32,94	49,13

FONTE: Contadoria Geral da República (Receita Federal), Secretaria de Finanças (Receita Estadual)

GUANABARA
 EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA
 EM NÚMEROS ÍNDICES
 1958/64

Quadro nº 2

ANOS	T O T A L		F E D E R A L		E S T A D U A L	
	NOMINAL	DEFLACIO- NADO (1)	NOMINAL	DEFLACIO- NADO (1)	NOMINAL	DEFLACIO- NADO (1)
1 958	100	100	100	100	100	100
1 959	129	93	135	97	117	84
1 960	150	84	150	84	150	84
1 961	206	84	205	84	207	84
1 962	333	89	312	84	375	101
1 963	640	99	638	99	642	100
1 964	1 299	106	1 289	105	1 319	107

(1) O deflator utilizado foi o Índice Geral de Preços FGV
 (1958 = 100).

G U A N A B A R A

ARRECAÇÃO DOS IMPOSTOS ESTADUAIS

(C\$ 1 000)

1952/64

ANOS	Vendas e Consignações		Transmissão de Propriedade "Inter-Vivos" (*)		Transmissão de Propriedade "Causa-Mortis"		Sêlo	
	Valor Absoluto	Incrmento %	Valor Absoluto	Incrmento %	Valor Absoluto	Incrmento %	Valor Absoluto	Incrmento %
1952	1 680 937	-	308 628	-	74 157	-	42 562	-
1953	2 279 008	21,2	327 549	6,1	77 472	4,5	45 028	5,8
1954	3 028 521	32,9	372 825	13,7	113 495	46,5	47 844	6,3
1955	3 545 807	17,1	347 465	- 6,7	103 161	- 9,1	50 651	5,9
1956	6 146 238	73,3	407 274	17,2	174 089	68,7	44 790	- 11,4
1957	6 971 900	13,4	496 049	21,8	218 327	25,4	42 804	- 4,4
1958	9 534 508	36,7	843 619	70,1	201 550	- 7,7	83 116	94,2
1959	11 153 204	16,9	1 200 182	42,3	309 341	53,5	81 945	- 1,4
1960	15 375 699	37,8	743 212	- 38,1	337 446	9,1	99 414	21,3
1961	21 558 199	40,2	878 534	18,2	557 401	71,1	183 890	85,0
1962	42 217 259	95,8	899 268	2,4	455 218	- 21,2	(1)503 687	173,9
1963	74 868 681	76,1	1 162 907	29,3	682 901	50,0	(2)870 021	72,8
1964	152 125 189	103,2	2 139 657	84,0	1 290 300	88,9	(3)1382 231	58,9

(*) - Até 1962 o imposto do sêlo s/ café era cobrado nesse ano, no valor de C\$ 255.551

(1) - Inclui o imposto do sêlo s/ café que passou a ser cobrado nesse ano, no valor de C\$ 255.551

(2) - Inclui o imposto do café no valor de C\$ 393.788.

(3) - Inclui o imposto do café, no valor de C\$ 960.899 e o imposto do sêlo de Cooperação Popular, no valor de C\$ 400.054.

GUANABARA
ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS ESTADUAIS
A PREÇOS DE 1953 (R\$ 1 000)
1952/64

Quadro nº 4

Anos	Vendas e Consignações	Transmissão de Propriedade "Inter Vivos" (1)	Transmissão de Propriedade "Causa Mortis"	Sêlo (2)
1 952	2 161 996	354 745	85 237	48 922
1 953	2 279 008	327 549	77 472	45 028
1 954	2 384 662	293 345	89 366	37 672
1 955	2 395 815	234 773	63 703	34 224
1 956	3 472 450	230 098	98 355	25 305
1 957	3 451 480	245 568	108 082	21 190
1 958	4 163 540	368 392	88 013	36 295
1 959	3 529 494	379 804	97 892	25 932
1 960	3 777 813	84 327	82 910	24 426
1 961	3 856 565	157 161	103 291	32 896
1 962	5 014 851	106 045	53 681	(3) 59 397
1 963	5 110 490	79 379	46 614	(3) 59 387
1 964	5 406 012	76 036	45 853	(3) 49 120

(1) - Tributo de Competência Municipal a partir de novembro de 1961 (Em Const. nº 5).

(2) - Inclui tôdas as espécies rotuladas como impôsto do sêlo (estadual e municipal).

(3) - Inclui o impôsto do café.

FONTE: Dados originais da Secretaria de Finanças

GUANABARA
ARRECAÇÃO DO IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES
(R\$ 1 000)
1952/64

Quadro nº 5

ANOS	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE 1964 (1)	
	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (2,7%)	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (2,7%)
1 952	1.880.937	1.880.937	60.871.748	60.871.748
1 953	2.279.008	2.279.008	64.197.408	64.197.408
1 954	3.028.521	3.028.521	67.151.242	67.151.242
1 955	3.545.807	3.545.807	67.410.779	67.410.779
1 956	6.146.238	4.148.710	97.714.436	65.957.234
1 957	6.971.990	4.706.093	97.102.925	65.544.471
1 958	9.534.508	6.435.792	117.131.548	79.063.784
1 959	11.153.204	7.528.412	99.316.153	67.038.397
1 960	15.375.699	10.378.596	106.332.634	71.774.522
1 961	21.558.199	14.551.784	108.550.850	73.271.823
1 962	42.217.259	22.797.320	140.070.534	75.638.089
1 963	74.868.681	40.268.015	143.015.627	76.920.754
1 964	152.125.189	82.147.602	152.125.189	82.147.602

FONTE: Dados originais da Secretaria de Finanças

(1) - Valores deflacionados pelo índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas.

GUANABARA

ÍNDICES DA ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

PREÇOS CONSTANTES (1)

1952/64

Quadro nº 6

ANOS	ALÍQUOTA VARIÁVEL	ALÍQUOTA FIXA (2,7%)
1 952	95	95
1 953	100	100
1 954	105	105
1 955	105	105
1 956	152	103
1 957	152	102
1 958	183	123
1 959	155	105
1 960	166	112
1 961	169	114
1 962	220	118
1 963	224	121
1 964	237	128

(1) Valores deflacionados pelo índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas.

GUANABARA

ÍNDICES DE ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS DE VENDAS E
CONSIGNAÇÕES, CONSUMO E RENDA
PREÇOS CONSTANTES (1)

1954/64

Quadro nº 7

ANOS	VENDAS E CONSIGNAÇÕES	CONSUMO	RENDA
1 954	100	100	100
1 955	100	94	102
1 956	146	105	109
1 957	145	126	110
1 958	175	138	121
1 959	148	126	126
1 960	158	147	123
1 961	162	161	112
1 962	209	166	100
1 963	214	184	119
1 964	227	197	126

(1) - Valores deflacionados pelo índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas.

GUANABARA

ÍNDICES DA ARRECAÇÃO DOS IMPOSTOS DE RENDA, CONSUMO E VENDAS E CONSIGNAÇÕES

PREÇOS CONSTANTES (1)

1958/64

Quadro nº 8

ANOS	RENDA	CONSUMO	VENDAS E CONSIGNAÇÕES
1 958	100	100	100
1 959	104	91	84
1 960	101	107	90
1 961	92	117	92
1 962	82	120	120
1 963	97	134	122
1 964	104	143	130

(1) Valores deflacionados pelo índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas.

ARRECADÇÃO DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES NOS ESTADOS DA
 GUANABARA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO
 (R\$ 1.000)
 1958/64

Quadro nº 9

A N O S	GUANABARA		SÃO APULO		RIO DE JANEIRO	
	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)
1 958	9 534 508	9 534 508	24 050 026	24 050 026	2 905 156	2 905 156
1 959	11 153 204	11 153 204	49 668 469	35 311 177	4 075 224	4 075 224
1 960	15 375 699	15 375 699	70 616 767	50 211 416	6 107 082	5 234 641
1 961	21 558 199	21 558 199	103 194 792	73 375 797	8 869 324	7 602 277
1 962	42 217 259	33 773 807	171 178 320	121 714 918	17 743 393	13 590 684
1 963	74 868 681	59 894 944	289 886 300	206 091 041	28 513 970	21 840 487
1 964	152 125 189	121 700 152	670 436 937	381 310 976	65 602 923	40 719 053

(1) - Alíquota Fixa Vigente em 1958

Fonte dos dados originais: Conselho Técnico de Economia e Finanças e Secretarias de Finanças dos Governos Estaduais.

ARRECADÇÃO DO IMPOSTO DE VENDA E CONSIGNAÇÕES NOS ESTADOS
DA GUANABARA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO
PREÇOS DE 1953 (G\$ 1 000)
1958/64

Quadro nº 10

A N O S	GUANABARA		SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO	
	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)
1 958	4 163 540	4 163 540	10 502 195	10 502 195	1 268 627	1 268 627
1 959	3 529 494	3 529 494	15 717 870	11 174 423	1 289 628	1 289 628
1 960	3 777 813	3 777 813	17 350 557	12 335 162	1 500 512	1 286 153
1 961	3 856 565	3 856 565	18 440 607	13 124 338	1 584 641	1 359 978
1 962	5 014 851	4 011 881	20 186 122	14 351 074	2 092 381	1 602 674
1 963	5 110 490	4 088 392	19 787 460	14 038 401	1 946 346	1 490 818
1 964	5 406 012	4 324 808	23 825 051	13 550 495	2 331 305	1 447 016

(1) Alíquota Vigente em 1958

FONTE: dos dados originais: Conselho Técnico de Economia e Finanças e Secretarias de Finanças dos Governos Estaduais.

ARRECAÇÃO PER CAPITA DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES
 NOS ESTADOS DA GUANABARA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO
 ALÍQUOTAS VARIÁVEL E FIXA - EM CRUZEIROS CORRENTES

1958/64

Quadro nº 11

A N O S	GUANABARA		SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO	
	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)
1 958	3 081	3 081	1 976	1 976	923	923
1 959	3 487	3 487	3 961	2 816	1 244	1 244
1 960	4 649	4 649	5 443	3 870	1 795	1 538
1 961	6 311	6 311	7 722	5 490	2 503	2 145
1 962	11 959	9 567	12 436	8 842	4 813	3 687
1 963	20 522	16 417	20 448	14 537	7 437	5 697
1 964	40 675	32 540	45 226	25 723	16 600	10 303

(1) Alíquota Vigente em 1958

ARRECADÇÃO PER CAPITA DO IMPÓSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES
 NOS ESTADOS DA GUANABARA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO
 (ALÍQUOTAS VARIÁVEL E FIXA) - (EM CRUZEIROS DE 1953)

Quadro nº 12

A N O S	GUANABARA		SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO	
	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)	Alíquota Variável	Alíquota Fixa (1)
1 958	1 346	1 346	863	863	403	403
1 959	1 104	1 104	1 254	891	394	394
1 960	1 142	1 142	1 337	951	441	378
1 961	1 129	1 129	1 381	982	448	384
1 962	1 410	1 136	1 466	1 043	568	435
1 963	1 401	1 121	1 454	992	508	389
1 964	1 445	1 156	1 607	914	590	366

(1) Alíquota vigente em 1958.

CONFRONTO ENTRE A ARRECAÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E A VARIÇÃO DA ÁREA LICENCIADA
1958/62

Quadro nº 13

ANOS	SÃO PAULO				BELO HORIZONTE				GUANABARA			
	Área Licenciada		Imposto Predial (Índice)	Coeficiente da incidência Média	Área Licenciada		Imposto Predial (Índice)	Coeficiente da incidência Média	Área Licenciada		Imposto Predial (Índice)	Coeficiente da incidência Média
	Média (1)	Índice			Média (1)	Índice			Média (1)	Índice		
1 958	100	71,8	100	1,000	100	106,0	100,0	1,000	100	77,0	100,0	1,000
1 959	119	64,0	89,14	1,335	122	104,2	98,30	1,241	126	91,5	118,83	1,060
1 960	156	70,8	98,60	1,582	160	115,2	108,68	1,472	151	94,2	122,33	1,234
1 961	213	73,8	102,78	2,072	292	109,2	103,01	2,834	194	88,3	114,68	1,692
1 962	308	92,0	128,13	2,404	353	123,7	116,70	3,025	271	87,8	114,03	2,378

(1) A área licenciada considerada para um ano t, é a média ponderada de 3 anos consecutivos (incluindo o ano t).

Ponte dos dados originais: Imposto predial - Conselho Técnico de Economia e Finanças - Área Licenciada - Conjuntura Econômica 3/64.

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

(em 1 000)

1958/64

T R I B U T O S	1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964	
	Preços Correntes	%	Preços Correntes	%	Preços Correntes	%	Preços Correntes	%	Preços Correntes	%	Preços Correntes	%	Preços Correntes	%
IMPÓSTO VENDAS E CONS. E.	9 534 508	67,50	11 153 204	67,36	15 375 699	72,19	21 558 199	73,72	42 217 259	79,68	74 868 681	82,52	152 125 189	81,64
IMP. TRANSM. CAUSA MORTEIS	201 550	1,43	309 341	1,87	337 446	1,51	577 401	1,97	455 218	0,86	682 901	0,75	1 290 300	0,69
IMP. DE INDÚSTRIA E PROF.	627 572	4,44	447 298	2,70	648 940	3,05	859 257	2,94	2 200 770	4,15	3 198 342	3,52	5 043 762	2,71
IMPÓSTO PREDIAL	1 377 923	9,76	1 737 588	10,50	2 080 759	9,77	2 669 709	9,13	3 734 874	7,05	5 321 770	5,87	9 384 051	5,04
IMPÓSTO TRANSM. INTER-VIVOS	843 619	5,97	1 200 182	7,25	743 212	3,49	878 331	3,00	899 268	1,70	1 162 907	1,28	2 139 657	1,15
IMPÓSTO TERRITORIAL	224 694	1,59	227 282	1,37	348 484	1,54	436 025	1,49	471 948	0,89	626 344	0,69	1 048 683	0,56
IMP. SOBRE DIV. PÚBLICA	77 537	0,55	108 241	0,65	135 499	0,64	206 429	0,71	634 901	1,20	947 768	1,04	1 671 541	0,90
IMPÓSTO DO SÉLO	83 116	0,59	81 945	0,50	99 414	0,47	183 890	0,63	503 687	0,95	870 021	0,96	1 382 231	0,74
TAXA DE SERV. ESTADUAIS	434 701	3,08	525 405	3,17	660 358	3,10	793 140	2,71	1 248 086	2,36	2 041 418	2,25	3 319 764	1,78
OUTROS TRIBUTOS	718 714	5,09	767 157	4,63	866 841	4,07	1 082 220	3,70	614 795	1,16	1 013 155	1,12	4)8 927 167	4,79
RENTA TRIBUTÁRIA	14 123 934	100	16 557 643	100	21 296 643	100	29 244 834	100	52 980 806	100	90 733 307	100	186 332 350	100

(1) Neste total está incluída a taxa de obras e empreendimentos (Lei 577/64) no valor de Cr\$ 7 550 217 380,40

FONTE: Secretaria de Finanças

G U A N A B A R A

EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA EM FACE DA ESPIRAL INFLACIONÁRIA

1953/64

ANOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	RECEITA EFETIVA (G\$ 1 000)	ÍNDICE DO PODER AQUISITIVO	RECEITA REAL (G\$ 1 000)	POPULAÇÃO (HABITANTES)	RECEITA PER CAPITA NOMINAL (G\$)	RECEITA PER CAPITA REAL (G\$)	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS	RECEITA PER CAPITA IDEAL (%)	RECEITA TOTAL IDEAL (G\$ 1 000)	DIFERENÇA ENTRE RECEITA EFETIVA E A IDEAL TOTAL (G\$ 1 000)
1953	4 176 202	100,0	4 176 202	2 624 367	1 591	1 591	100	1 591	4 176 202	1 551 935
1954	5 244 942	78,7	4 127 769	2 712 317	1 955	1 521	117	2 020	5 478 880	233 938
1955	6 170 506	67,6	4 171 262	2 803 162	2 201	1 488	148	2 305	6 601 447	430 941
1956	8 688 540	56,5	4 909 025	2 897 107	2 999	1 694	179	2 815	8 158 253	530 287
1957	10 089 360	49,5	4 904 233	2 994 153	3 370	1 668	208	3 214	9 623 208	466 152
1958	14 123 934	43,7	6 172 159	3 094 402	4 564	1 995	225	3 043	11 272 906	2 851 028
1959	15 557 612	37,1	5 238 915	3 198 062	5 177	1 636	216	3 002	15 079 856	477 787
1960	21 296 643	24,6	5 238 974	3 307 163	6 440	1 584	407	6 075	21 413 880	117 237
1961	29 244 834	17,9	5 366 564	3 415 924	8 561	1 571	559	8 894	30 381 228	1 136 394
1962	52 980 806	11,8	6 251 735	3 530 333	14 799	1 771	848	13 492	47 631 253	5 349 553
1963	90 733 307	6,8	6 169 865	3 648 246	24 870	1 691	1 473	23 308	85 503 332	5 229 975
1964	186 332 350	3,6	6 707 965	3 740 000	49 821	1 794	2 814	44 771	167 443 540	18 888 810

COLUNA (3) = (1) x (2)

COLUNA (5) = (1) - (4)

COLUNA (6) = (3) ÷ (4)

COLUNA (8) = 1 591 x (7) ÷ 100

COLUNA (9) = (4) x (8)

COLUNA (10) = (1) - (9)

G U A N A R A

CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO DE ALGUNS TRIBUTOS MUNICIPAIS

(em 1.000)

1.52/54

ANOS	IMPÓSTO PREDIAL	%	IMPÓSTO TERRIT.	%	IMPÓSTO SOBRE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES	%	IMPÓSTO DE LUZES E ÁGUA	%	OUTROS IMPOSTOS	%	TAXAS (1)	%
1952	392 649	32,0	77 463	47,1	119 239	67,0	303 995	7,4	48 406	12,6	176 518	31,7
1953	518 157	27,6	113 933	3,7	199 150	14,0	326 612	- 0,6	54 501	12,9	232 526	23,1
1954	661 335	17,7	118 124	8,8	228 789	82,1	304 536	18,0	61 509	12,1	286 205	21,0
1955	773 607	22,4	128 530	9,8	416 534	-25,0	302 938	-83,7	68 932	20,2	347 757	- 7,3
1956	953 014	27,9	141 168	40,2	312 374	-21,3	(2)62 402	43,1	82 851	5,9	322 306	25,5
1957	1 219 696	13,0	197 934	13,5	245 805	155,3	(3)09 232	595,6	87 727	- 5,6	404 651	7,5
1958	1 377 923	26,1	224 694	1,2	627 572	-28,7	621 078	10,8	82 876	36,1	434 933	20,5
1959	1 737 588	19,7	227 282	53,3	447 298	45,1	687 056	17,4	112 815	24,6	525 659	26,1
1960	2 080 759	28,3	348 484	25,1	648 940	32,4	807 674	15,9	140 572	50,6	663 047	19,9
1961	2 669 709	39,9	436 025	8,2	859 287	156,1	935 862	-53,4	211 701	627,3	794 880	-57,1
1962	3 734 874	42,2	471 948	32,7	2 200 770	45,3	436 273	52,9	(5) 1 539 686	38,5	1 248 597	76,0
1963	5 321 770	76,3	626 344	67,4	3 198 342	57,6	677 034	20,6	2 132 575	79,7	2 198 097	63,3
1964	9 384 051		1 048 688		5 043 762		810 705		3 832 475		3 588 825	

(1) - Inclusive as de competência Estadual

(2) - Não houve recolhimento do imposto para localização de estabelecimento e imposto de lançamento de obras no exercício

(3) - Não houve recolhimento do imposto para localização de estabelecimento no exercício

(4) - A partir de 1950 foi cancelada a taxa de reg. de alvará

(5) - inclui a partir de 1962 a receita do imposto "Inter-municipal"

Fonte: Secretaria de Finanças.

G U A N A B A R A

A ARRECAÇÃO DO IMPÓSTO PREDIAL EM FACE DA ESPIRAL INFLACIONÁRIA

1953/64

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A N O S	ÍNDICE DO PODER AQUISITIVO	RECEITA REAL (R\$ 1.000)	POPULAÇÃO (ha)	RECEITA PER CAPITA NOMINAL (R\$)	RECEITA PER CAPITA REAL (R\$)	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS	ÍNDICE GERAL PER CAPITA	RECEITA IDEAL TOTAL (R\$ 1.000)	DIFERENÇA ENTRE RECEITA EFETIVA E RECEITA IDEAL TOTAL (R\$ 1.000)
1953	100,0	518 157	2 624 367	197	197	100	197	518 157	-
1954	78,7	520 470	2 712 317	244	192	127	250	678 079	- 16 744
1955	67,6	526 333	2 803 162	278	188	148	292	818 523	- 39 916
1956	56,5	538 453	2 897 107	329	186	177	349	1 011 090	- 58 076
1957	49,5	603 750	2 994 153	407	221	202	398	1 191 672	28 024
1958	43,7	602 152	3 094 402	445	195	229	451	1 395 575	- 17 652
1959	31,6	549 078	3 198 062	543	172	316	623	1 992 393	- 254 805
1960	24,6	511 667	3 307 163	629	155	407	302	2 672 234	- 571 475
1961	17,9	477 878	3 415 924	782	140	559	1 101	3 760 932	- 1 091 223
1962	11,8	440 715	3 530 333	1 058	125	848	1 671	5 899 186	- 2 164 312
1963	6,8	361 880	3 684 246	1 444	98	1 465	2 886	10 632 734	- 5 310 964
1964	3,6	337 826	3 774 000	2 509	90	2 814	5 544	20 734 560	- 11 350 509

COLUNA (3) = (1) x (2)

COLUNA (5) = (1) + (4)

COLUNA (6) = (3) + (4)

COLUNA (8) = 197 x (7) + 100

COLUNA (9) = (4) x (8)

COLUNA (10) = (1) - (9)

G U A N A B A R A

ARRECADÇÃO DO IMPÓSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES EM FACE DA ESPIRAL INFLACIONÁRIA

1953/64

ANOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	RECEITA EFETIVA (G\$ 1 000)	ÍNDICE DO PODER AQUISIATIVO	RECEITA REAL (G\$ 1 000)	POPULAÇÃO (ha)	RECEITA PER CAPITA NOMINAL (G\$)	RECEITA PER CAPITA REAL (G\$)	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS	RECEITA PER CAPITA IDEAL (G\$)	RECEITA TOTAL IDEAL (G\$ 1 000)	DIFERENÇA ENTRE RECEITA EFETIVA E RECEITA TOTAL IDEAL (G\$ 1 000)
1953	199 150	100,0	199 157	2 624 367	75	75	100	75	199 157	-
1954	228 789	78,7	180 057	2 712 317	84	66	127	95	257 670	- 28 881
1955	416 534	67,6	281 577	2 803 162	148	100	148	111	311 150	- 105 384
1956	312 374	56,5	176 491	2 897 107	107	61	177	133	305 315	- 72 941
1957	245 805	49,5	121 673	2 994 153	82	41	202	152	455 111	- 209 306
1958	627 572	43,7	274 249	3 094 402	202	89	229	172	532 237	- 95 331
1959	447 298	31,6	141 346	33 198 062	139	44	316	237	759 941	- 312 649
1960	513 940	24,6	159 639	3 307 163	196	48	407	305	1 002 685	- 353 745
1961	859 287	17,9	153 812	3 415 924	251	45	559	419	1 431 272	- 571 985
1962	2 200 770	11,8	259 691	3 530 333	623	74	848	636	2 245 292	- 44 522
1963	3 198 342	6,6	217 487	3 684 246	868	59	1 465	1 099	4 048 986	- 850 644

COLUNA (3) = (1) x (2)

COLUNA (5) = (1) + (4)

COLUNA (6) = (3) + (4)

COLUNA (8) = 75 x (7) + 100

COLUNA (9) = (4) x (8)

COLUNA (10) = (1) - (9)

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SECRETARIA DE FINANÇAS.

GUANABARA

COMPARAÇÃO ENTRE A RECEITA DO IMPOSTO FREDIAL E A DAS TARIFFAS DE ÁGUA E ESGOTO

(C\$ 1 000)

1953/64

ANOS	Á G U A				E S G O T O S				I M P Ó S T O P R E D I A L			
	Preços correntes	Preços constantes 1953 = 100	Per Capita Preços correntes	Per Capita preços constantes	Preços correntes	Preços constantes 1953 = 100	Per Capita preços correntes	Per Capita preços constantes	Preços correntes	Preços constantes 1953 = 100	Per Capita preços correntes	Per Capita preços constantes
1953	96 058	96 058	37	37	52 946	52 946	20	20	518 157	518 157	197	197
1954	106 030	83 488	39	31	62 305	49 059	23	17	601 335	520 736	244	192
1955	113 949	76 993	41	27	68 711	46 426	25	17	770 607	526 086	273	188
1956	107 661	60 825	37	21	77 434	43 748	27	15	953 014	538 426	329	186
1957	197 594	97 819	66	33	85 608	42 380	29	14	1 219 696	603 810	407	202
1958	106 273	46 407	34	15	191 055	83 430	62	27	1 377 923	601 713	445	194
1959	226 087	71 547	71	22	253 269	80 148	79	25	1 737 588	549 870	543	172
1960	178 900	43 956	54	13	318 959	78 368	96	24	2 080 759	511 243	629	155
1961	256 863	45 950	75	13	403 381	72 161	118	21	2 669 709	477 587	782	140
1962	2 153 134	253 907	610	72	1 499 396	176 816	425	50	3 734 874	440 433	1 058	125
1963	3 491 464	238 325	957	65	2 554 195	174 348	700	48	5 321 770	363 261	1 459	98
1964	8 535 676	303 320	2 282	81	6 133 536	217 965	1 640	58	9 384 051	333 477	2 840	90

GUANABARA

EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

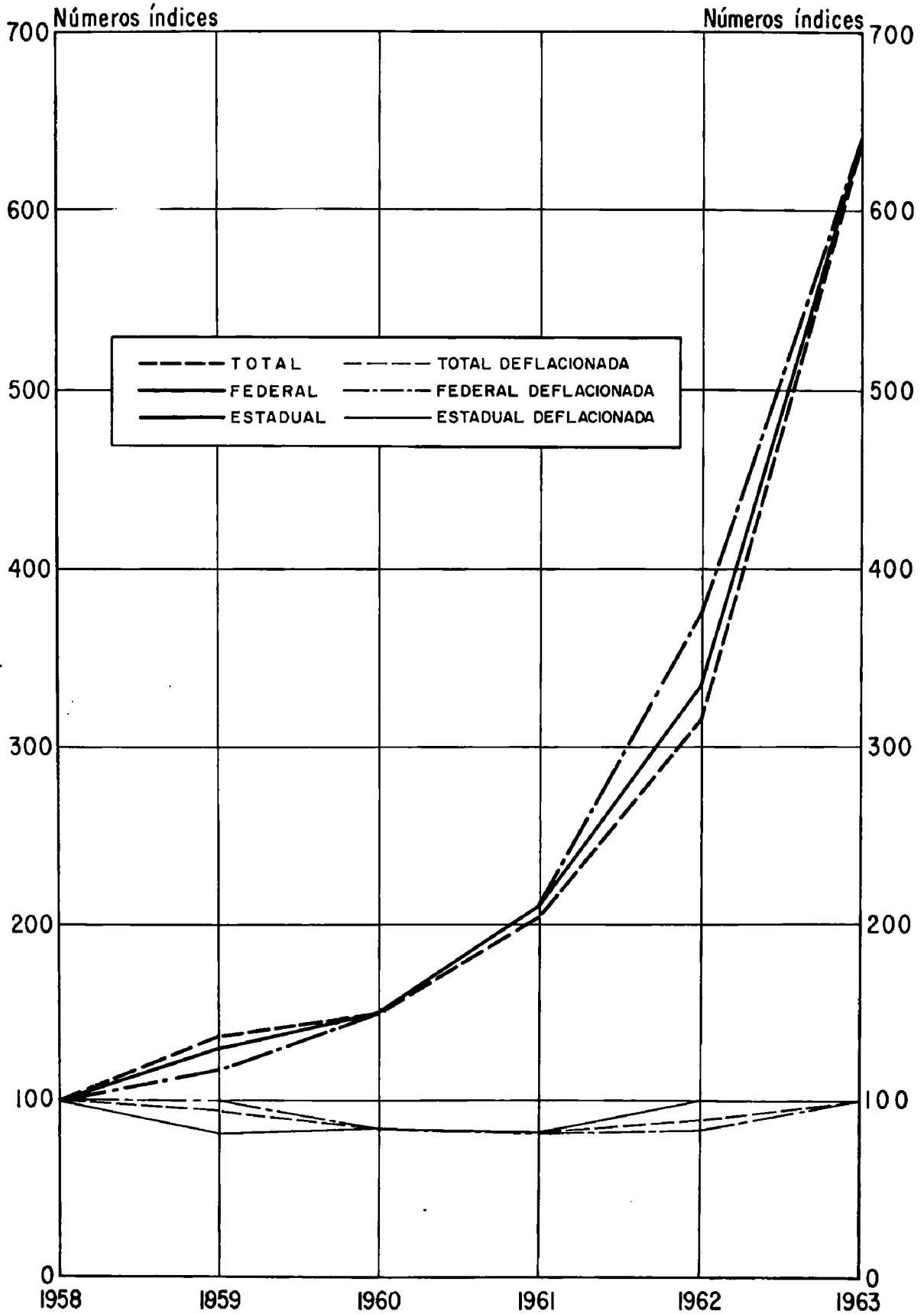


GRÁFICO Nº 2

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL - 1963

RECEITA TRIBUTÁRIA ESTADUAL  RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL 

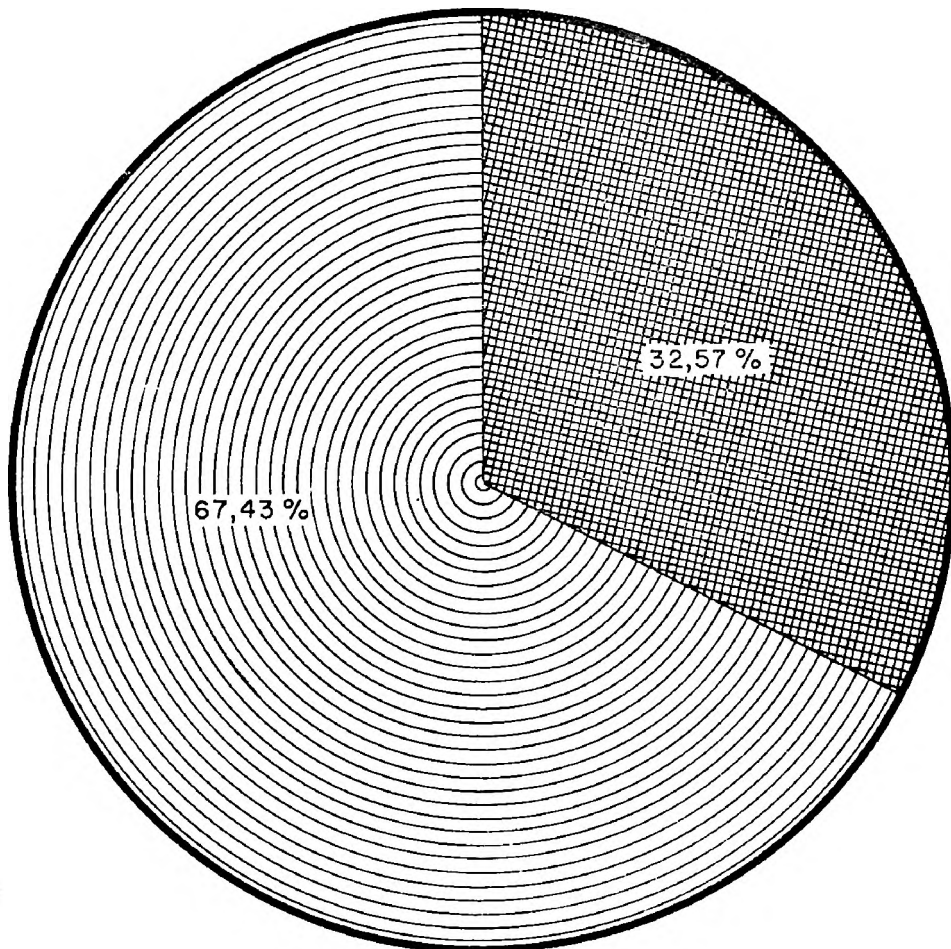
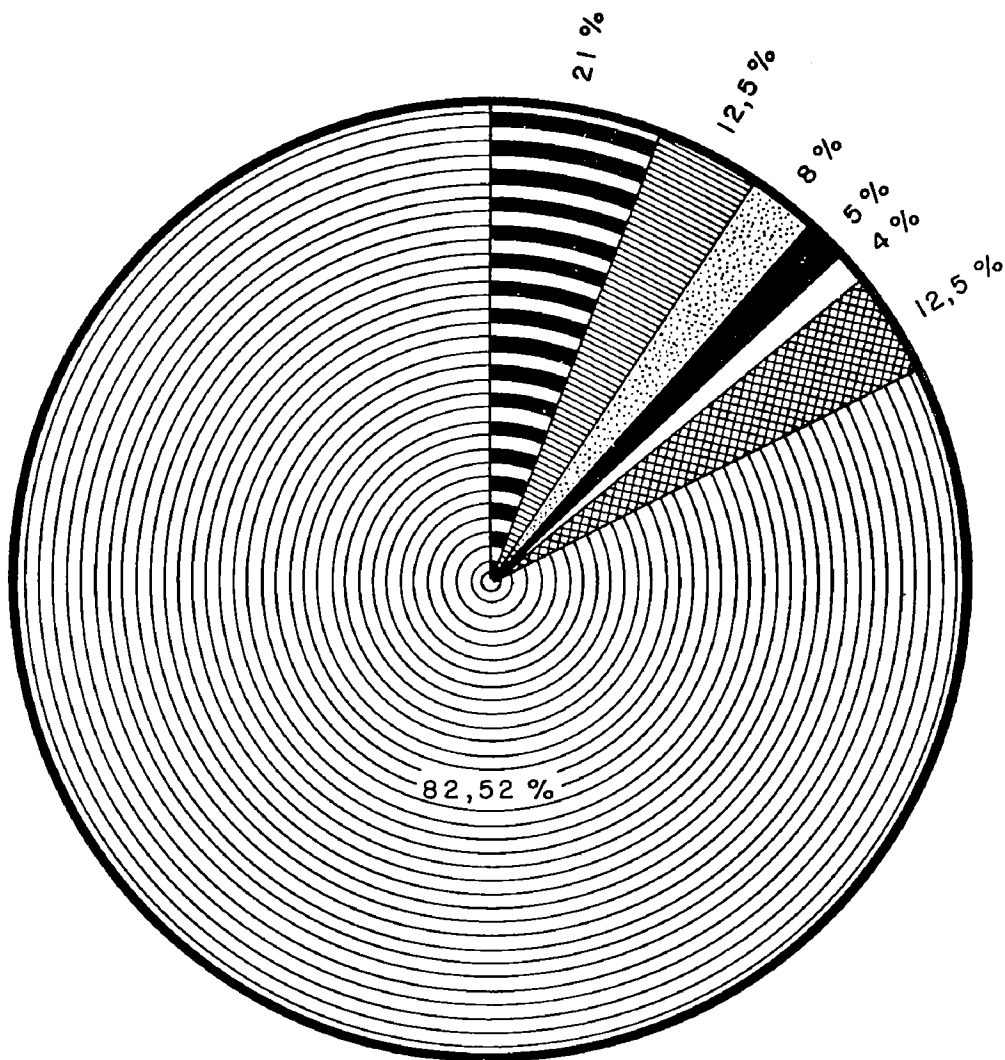


GRÁFICO Nº 3

G U A N A B A R A

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 1963



GUANABARA

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

EVOLUÇÃO ENTRE 1958 E 1964

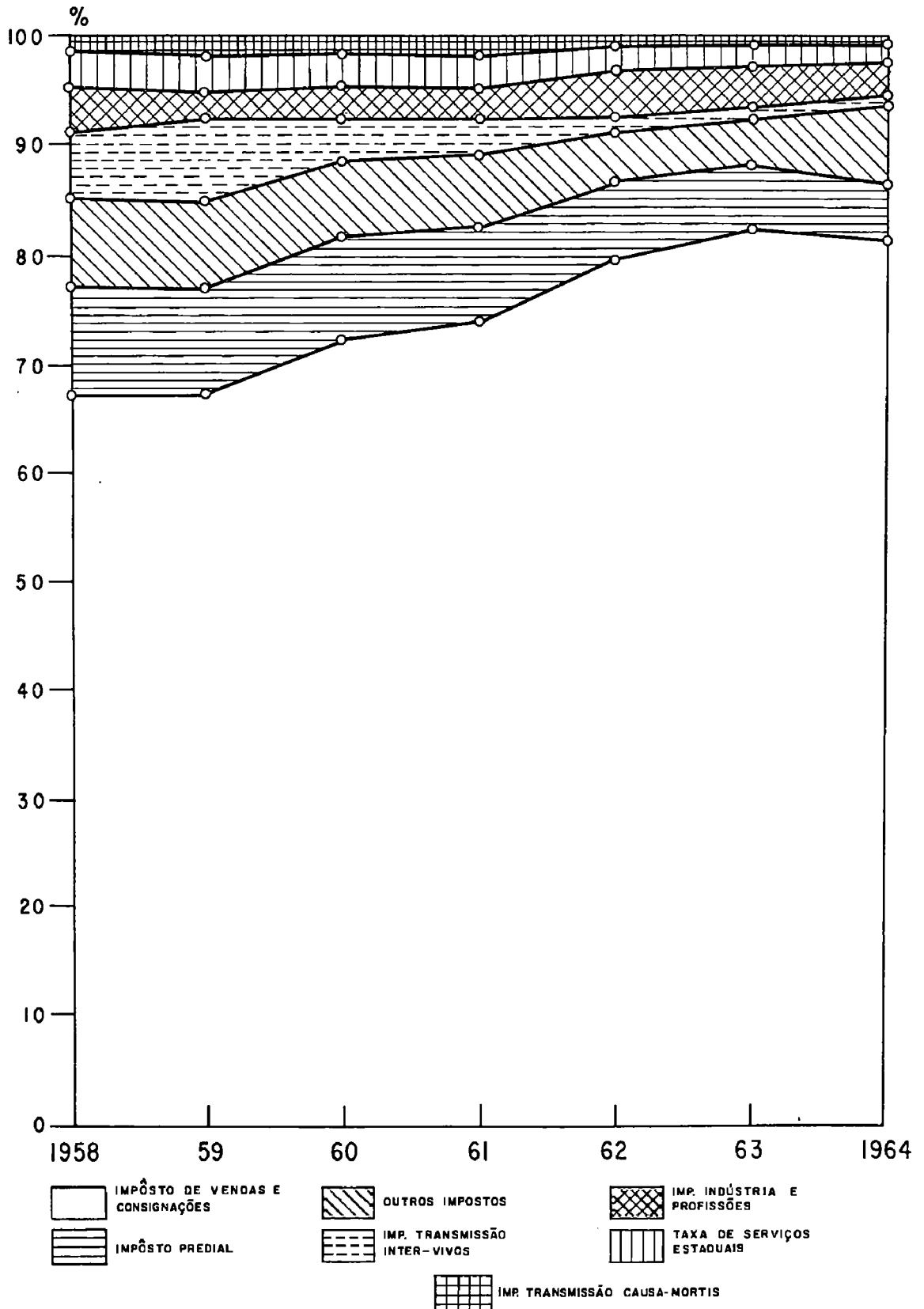
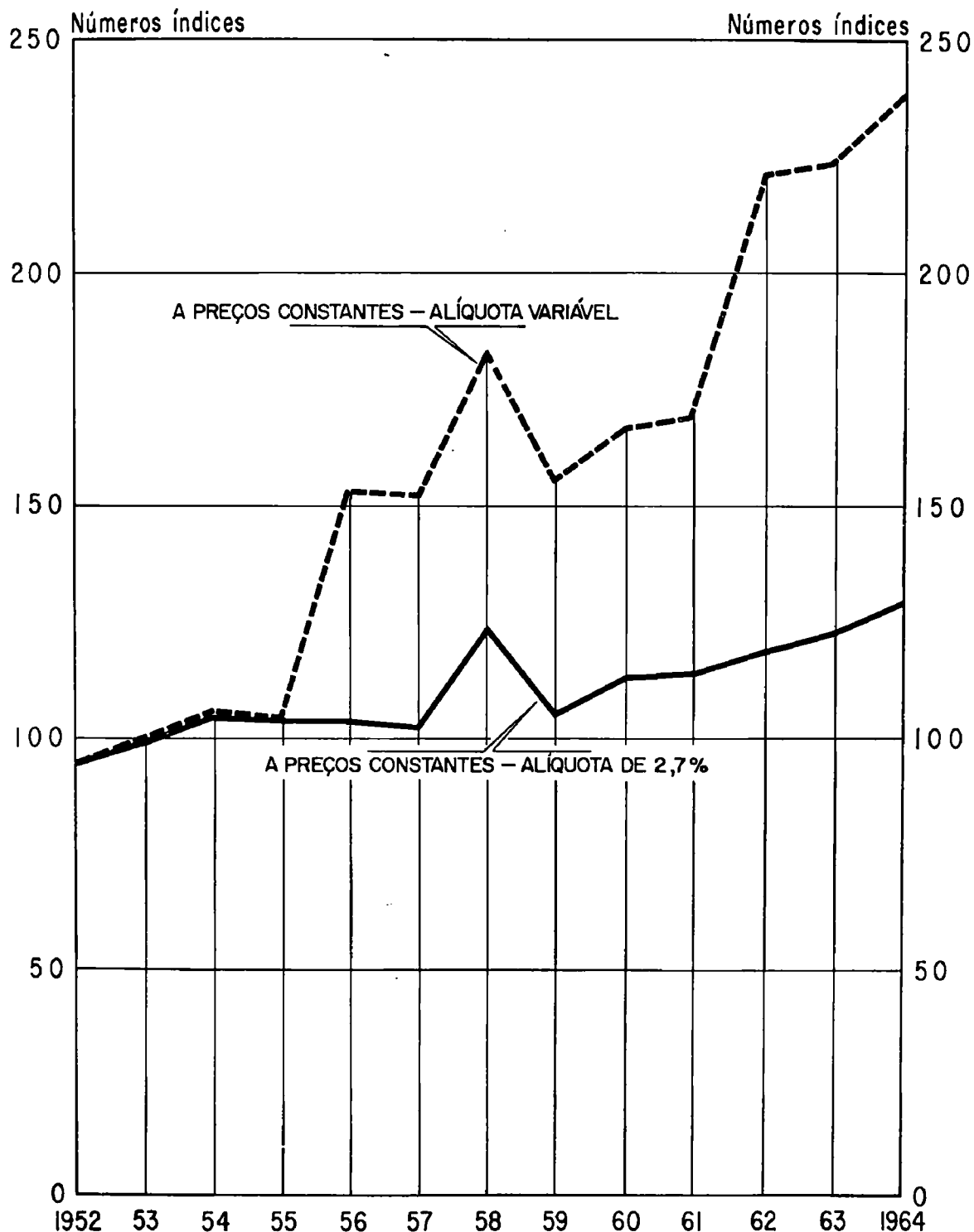


GRÁFICO Nº 5

GUANABARA

ARRECADADO DO IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

1953 = 100



G U A N A B A R A

ÍNDICES DA ARRECAÇÃO DE ALGUNS IMPOSTOS A PREÇOS CONSTANTES 1954 = 100

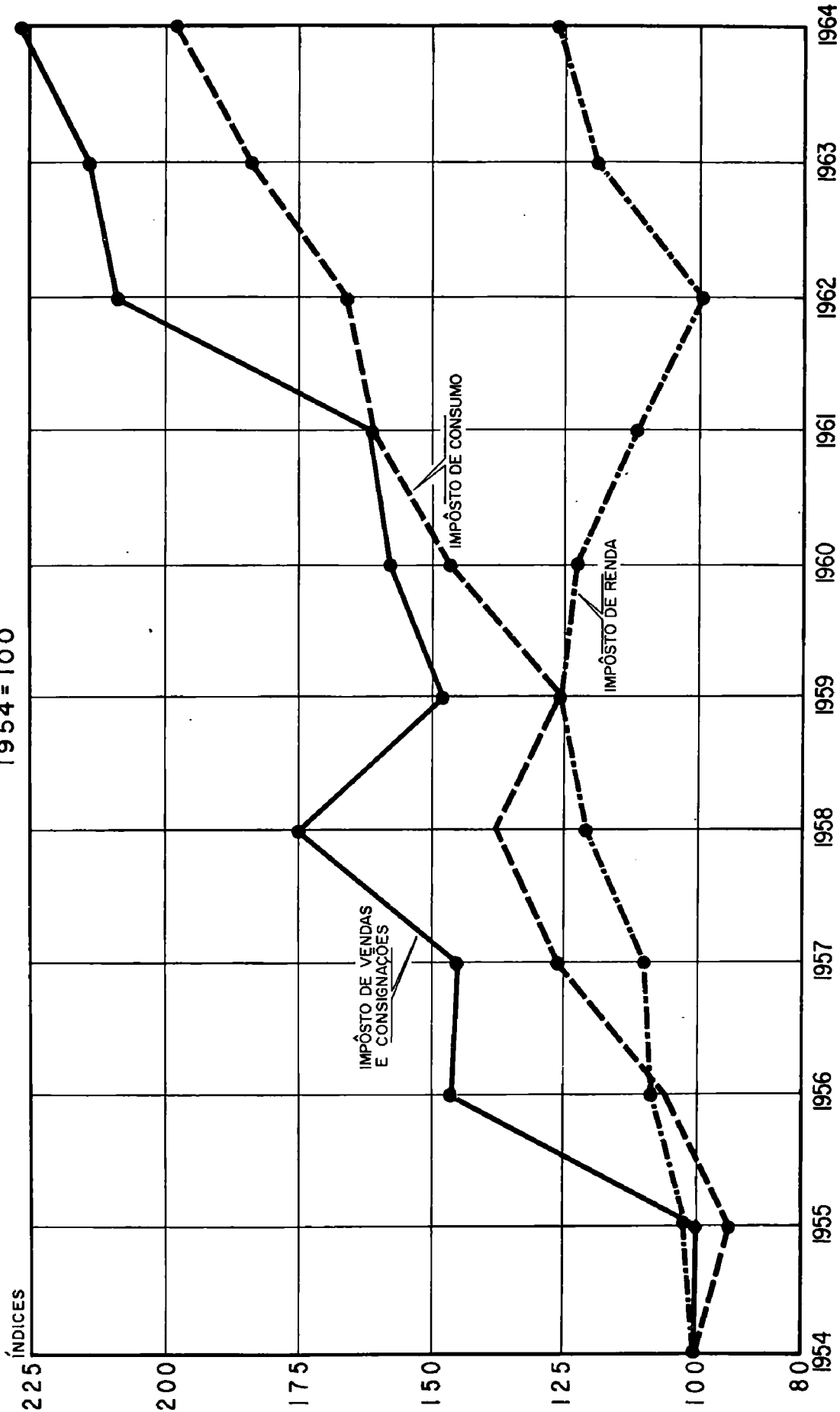


GRÁFICO Nº 7

GUANABARA

ÍNDICES DE ARRECAÇÃO DE ALGUNS IMPOSTOS A PREÇOS CONSTANTES

1958 = 100

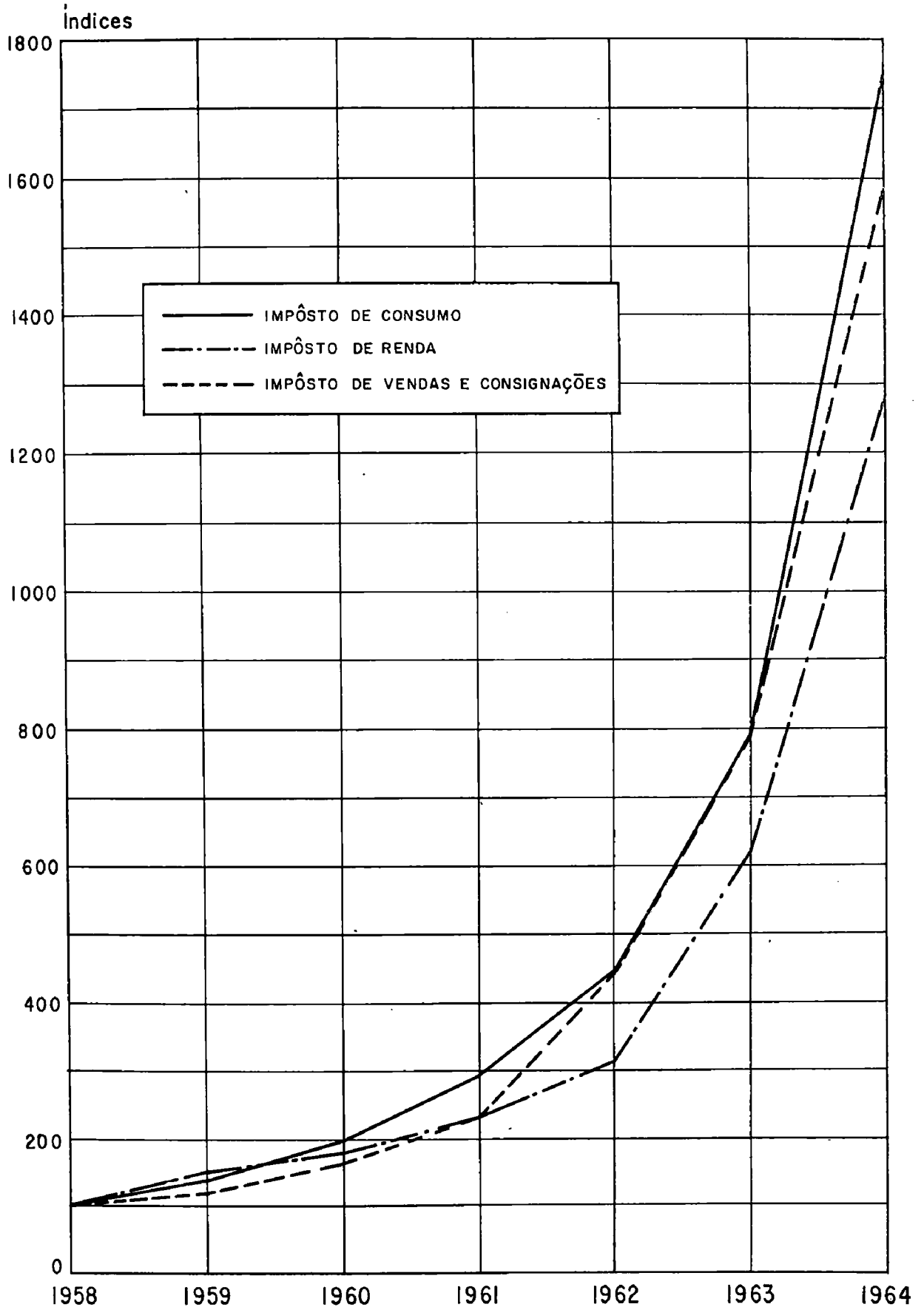


GRÁFICO Nº 8

ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS DE CONSUMO, RENDA E VENDAS E CONSIGNAÇÕES NO PAÍS E NA GUANABARA

1958=100

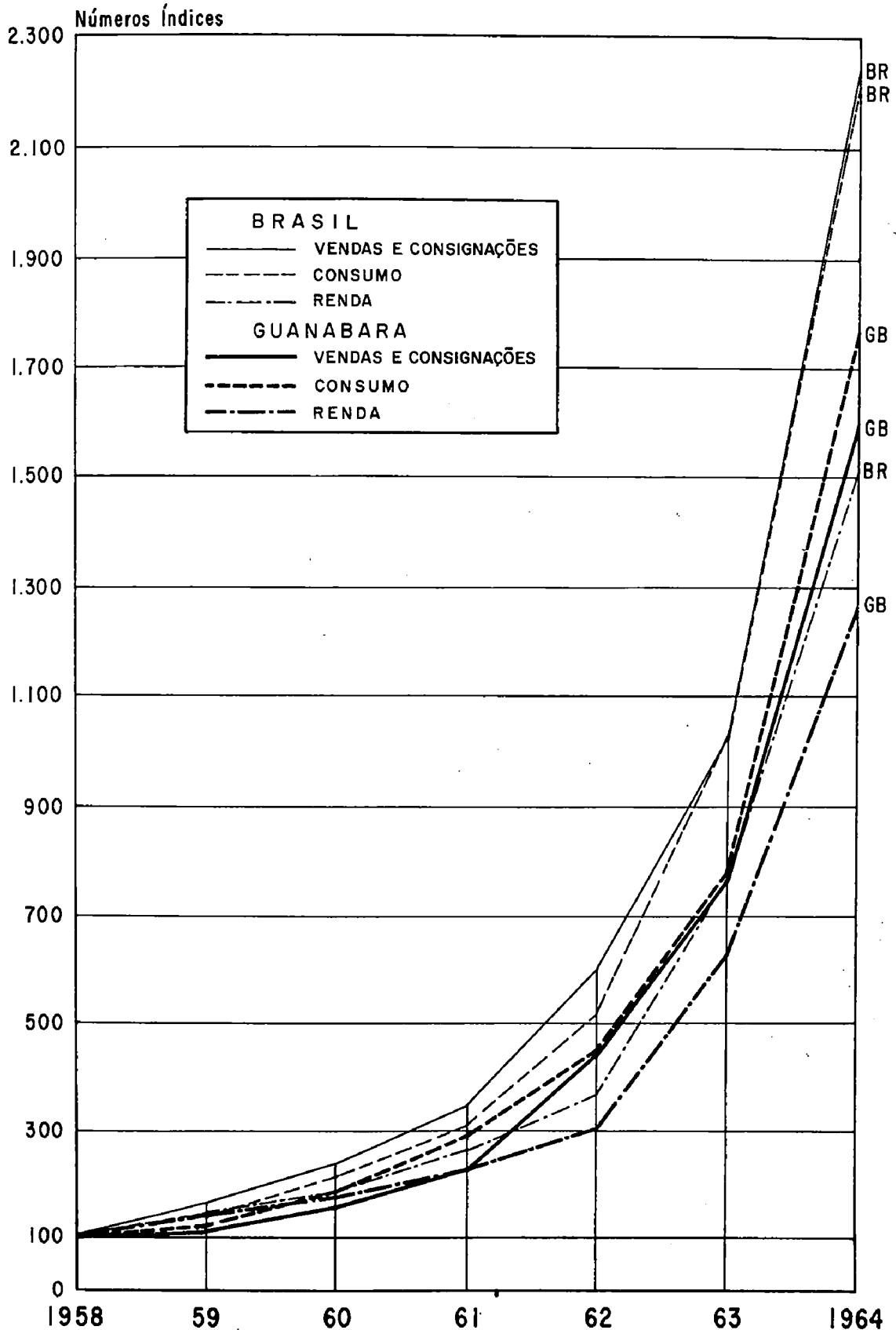


GRÁFICO Nº 9

ARRECAÇÃO DOS IMPOSTOS DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES, CONSUMO E RENDA NO PAÍS E EM SÃO PAULO

1958=100

Números Índices

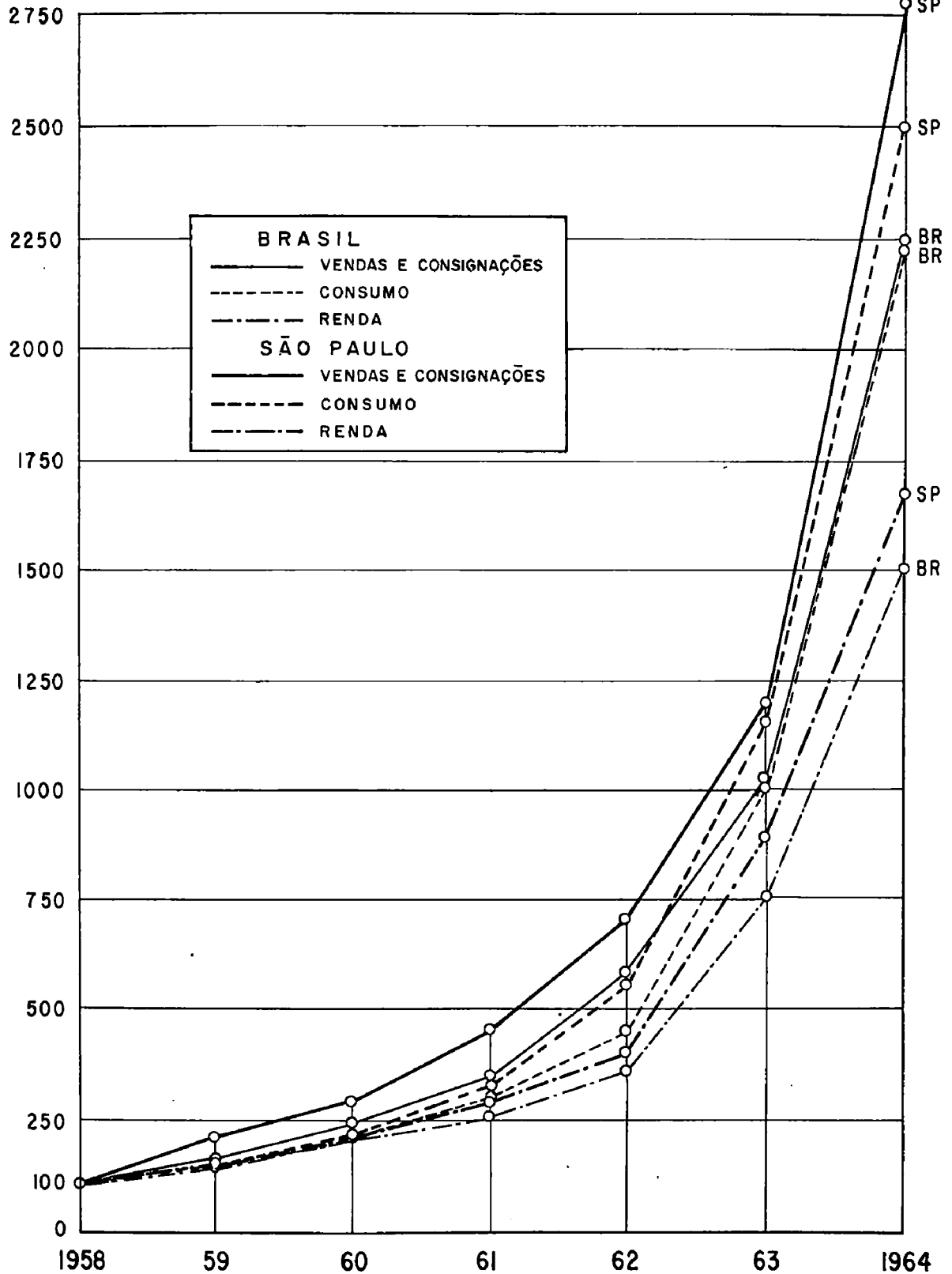


GRÁFICO Nº 10

ARRECADÇÃO DO IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES
NOS ESTADOS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E GUANABARA

ALÍQUOTAS CONSTANTES - VALORES: NOMINAL E REAL

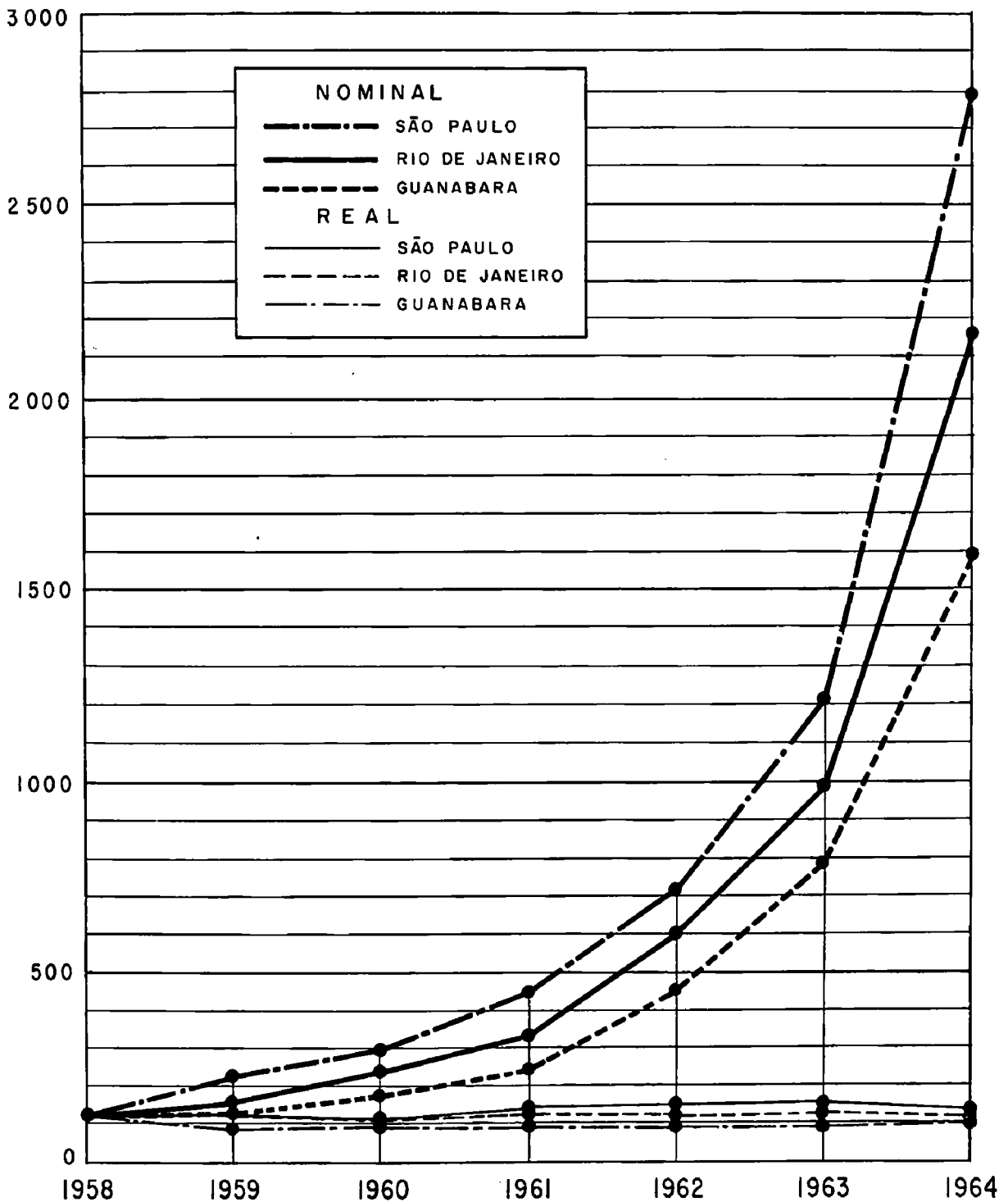
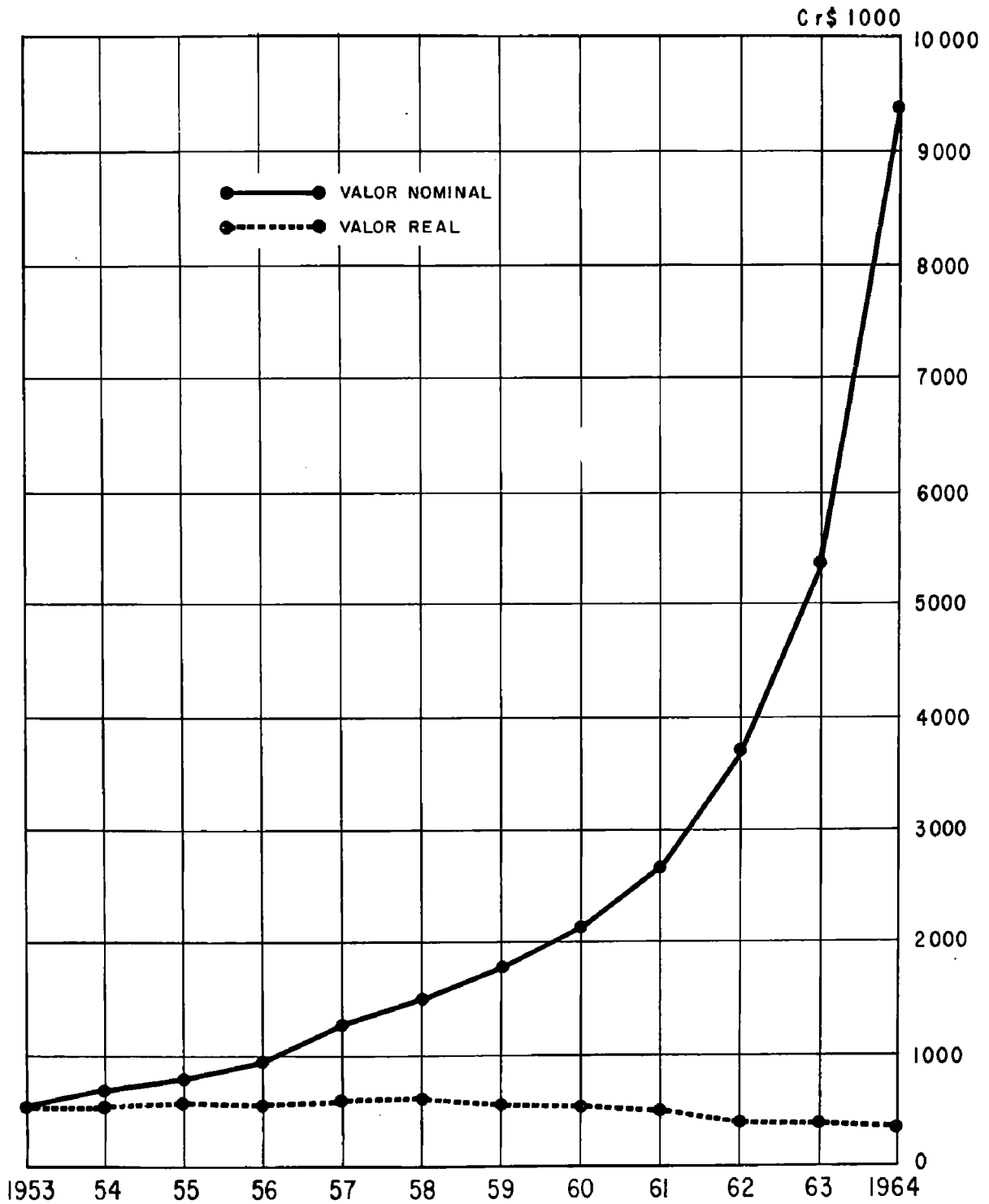


GRÁFICO Nº 11

GUANABARA

ARRECAÇÃO DO IMPÔSTO PREDIAL

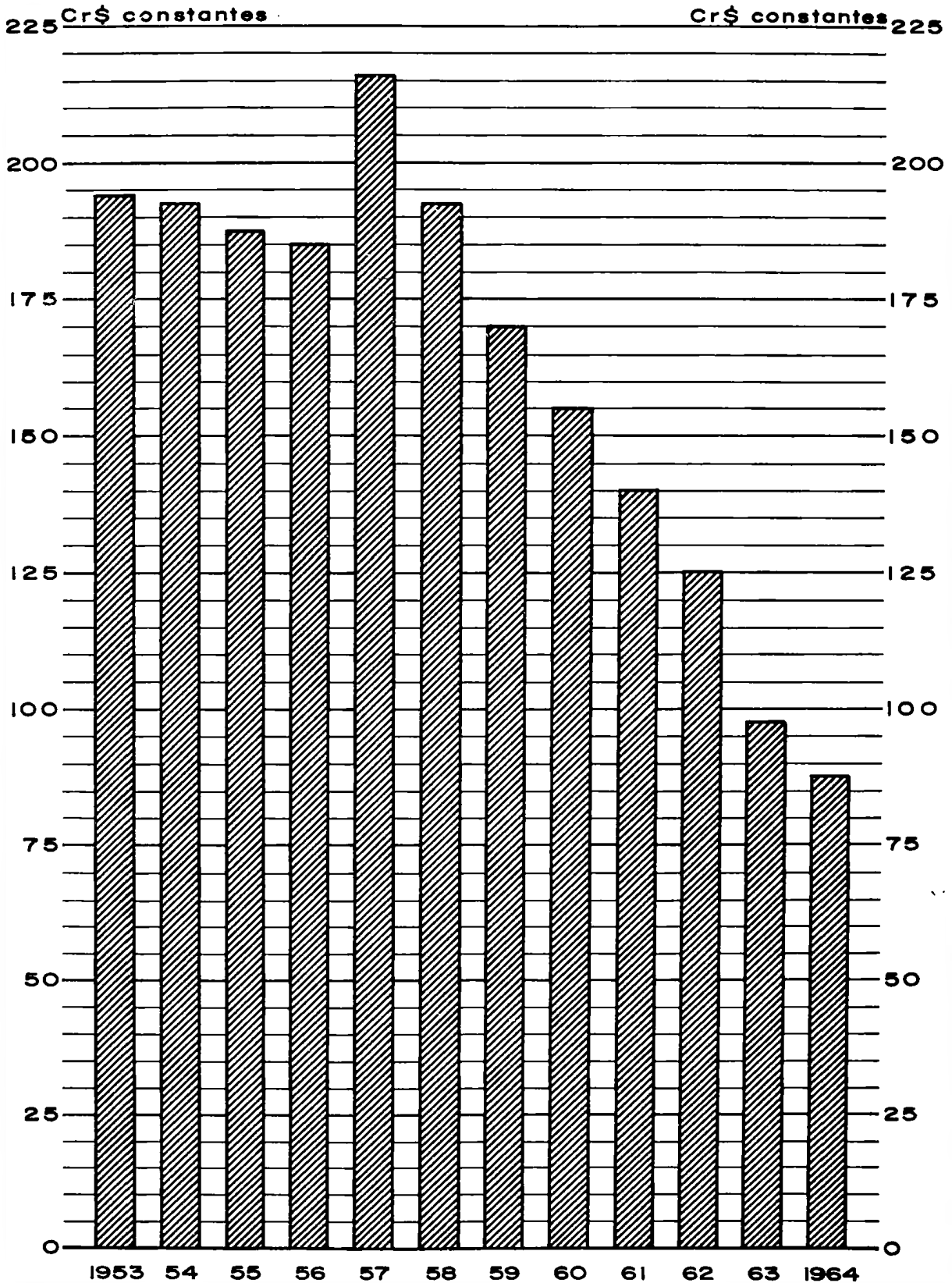


FONTE: ARRECAÇÃO S.F.
DEFLATOR: ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA - F.G.V.

MP - Setor de Desenho

GUANABARA

ARRECADAÇÃO PER CAPITA REAL DO IMPÔSTO PREDIAL



ter amplo, ou mesmo uma revisão de âmbito mais restrito, dever-se-ia ter sempre presente a preocupação de conhecer quais as repercussões possíveis da medida sobre os preços, salários e outras rendas, poupanças e investimentos, localização da indústria, giro dos negócios, etc.

Seria pertinente concluir-se com a advertência de Gunnar Myrdal:

"a tributação é o mais flexível e eficaz, mas também perigoso instrumento de reforma social".
(1)

10.4- Receita Tributária da União (2)

A receita tributária da União aumentou de 17 vezes entre 1958 e 1964, passando de Cr\$ 102 bilhões a Cr\$ 1.717 bilhões, isto a preços correntes.

Dos tributos que contribuíram para esses montantes, destacam-se o imposto de consumo com 38,74% no início do período, aumentando sua participação para 51,23% no ano findo.

O imposto de renda coloca-se em 2º lugar, com 31,21% em 1958 e 28,1% em 1964, demonstrando portanto tendência declinante, embora acuse ligeira melhora em 1963, sem contudo recuperar os níveis iniciais. Esses dois impostos somaram em 1963 cerca de 77% da receita tributária federal. Em 1964 totalizaram cerca de 79%, participando, o imposto de renda, com 28,08%, no total da receita tributária federal.

A arrecadação dos principais impostos da competência da União, segundo os Estados, está consignada nos quadros n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5.

10.4.1 - Imposto de Consumo

Constitui imposto de consumo o principal tributo federal e, tudo indica, continuará a sê-lo, apesar de muito combatido pelo seu caráter de regressividade.

Seria necessário uma total reformulação da sistemática fiscal, que, por princípios doutrinários, con

(1) GUNNAR MYRDAL - Aspectos Políticos da Teoria Econômica - pg. 216.

(2) Extraído do trabalho "A Receita Tributária na Guanabara e em outros Estados" de autoria de Paulo A.M.Velasco.

siderasse mais adequada ao processo de desenvolvimento brasileiro, uma receita tributária que se fundamentasse nos impostos diretos, para deslocar êsse impôsto de sua posição.

Parece, entretanto, mais razoável admitir-se que a revisão da política fiscal não se faça de forma radical, mas procure, primordialmente, escoimar os aspectos negativos dos impostos cuja repercussão seja regressiva e, por outro lado, adote normas objetivas na incidência do impôsto sôbre a renda, tornando-o mais produtivo, reduzindo-se as possibilidades de sonegação e evasão.

O quadro nº 1 registra a evolução da receita do impôsto de consumo, por Estados no período de 1958 a 1964.

Dois Estados destacam-se dos demais, Minas Gerais mais do que duplicou a arrecadação - e São Paulo cujo total arrecadado em 1964 representou mais de 26 vezes o montante de 1958 (a preços deflacionados corresponderia a aproximadamente 200%, êsse aumento).

Os Estados da Guanahara e Rio Grande do Sul registraram no intervalo em foco, uma expansão relativa muito semelhante na receita do impôsto de consumo, equivalente a quase 9 vezes (a preços correntes) representando um crescimento real de 43% e 53%, respectivamente, deflacionando-se os valores correspondentes.

A discrepância observada nos incrementos anuais de uns Estados em relação a outros deve refletir o grau evolutivo das suas estruturas econômicas. O progressivo crescimento da receita do impôsto em exame no Estado de São Paulo, nos últimos 6 anos, por exemplo, seria atribuído, substancialmente, à implantação da indústria automobilística e à conseqüente instalação das indústrias de auto-peças e correlatas, que causou verdadeiro "boom" industrial no período.

Uma visão retrospectiva geral, não só do desenvolvimento da arrecadação do impôsto de consumo nos últimos dez anos, como a posição relativa de alguns Estados, quanto ao total recolhido ao Tesouro Nacional é propiciada pelo Quadro nº 1.

Sem pretender alongar a sua análise, dever-se-

ia, pelo menos, fixar dois aspectos que se destacam ao pesquisador: 1ª) o paulatino aumento da participação de São Paulo, na receita global; contribuiu em 1958, com 52,2% e em 1964 60,2% ou seja 15,3% de acréscimo; 2ª) a tendência inversa para a Guanabara, caindo de 19,6% para 15,5% no mesmo período.

10.4.2 - Imposto de Renda

O imposto de renda, principal tributo classificado como direto, é ainda, no Brasil, proporcional e progressivo. É proporcional quanto à natureza dos rendimentos e progressivos quanto ao nível dos mesmos.

A análise da arrecadação do imposto em epígrafe fundamenta-se nos valores do quadro nº 2, que focaliza os acréscimos absolutos e relativos em alguns estados brasileiros e a sua respectiva participação relativa no total arrecadado no país.

A variação incremental da evolução da receita desse tributo, nos Estados destacados, demonstra a defasagem da expansão dos elementos geradores de rendimentos. Poderia significar, porém, em certa medida, os reflexos das modificações na legislação do imposto, que, em relação às economias regionais, se constituiria em tratamento distinto.

Provavelmente se operaria o crescimento da atividade econômica, mas pouco aumentaria a arrecadação em face das isenções fiscais totais ou parciais concedidas a fim de estimular os investimentos em certas áreas durante um prazo determinado. Estariam nesta situação as indústrias químicas que aproveitam matéria prima local, ou outras indústrias que também a utilizam, tais como: de fertilizantes, de celulose, de álcalis, de côcos e semelhantes de beneficiamento e tecelagem de fibras nativas, beneficiamento e metalúrgica de certos minérios (tutílo, ... tungstênio, magnésio, ilmenita e outros) cuja extração e industrialização sejam consideradas de interesse do desenvolvimento regional, localizadas, ou que venham a ser, no Norte e no Nordeste do país. (Leis 3.692 e 4.154 e Decreto 51.900 de 10.4.962).

É importante e mesmo pertinente ressaltar que, embora os valores do quadro acima referido sejam a preços

correntes, isto em nada prejudica a comparabilidade inter estadual, apenas agiganta as percentagens dos acréscimos, mas, como é obvio, em todos êles.

Os acréscimos cumulativos, no intervalo 1958/1963, revelam que o Estado de Minas Gerais, praticamente, decuplicou o recolhimento do impôsto de renda, seguido de perto por São Paulo e Paraná. A receita dêste tributo na Guanabara cresceu de 6 vêzes no mesmo período, enquanto que no Rio Grande do Sul pouco superou essa marca entre 1963 e 1964 a sua arrecadação duplicou nos Estados da Guanabara, Paraná e Rio Grande do Sul, enquanto que em São Paulo elevou-se de 86% e em Minas Gerais, de apenas 57%.

Com as ressalvas em parágrafos anteriores, seria admissível afirmar-se que o crescimento da arrecadação do impôsto de renda deve espelhar um correspondente aumento da atividade econômica, em forma de maior produção, maiores rendimentos, maior consumo, portanto, melhor padrão de vida da comunidade na região considerada.

Verifica-se destarte que só o Estado de São Paulo proporcionou aos cofres federais mais de 42% em média, nos últimos anos de arrecadação do impôsto de renda. A sua tendência de participação crescente na receita total dêsse impôsto, no último quinquênio sofreu uma interrupção em 1964, quando declinou de 3% em relação ao ano anterior.

A Guanabara, que, no ano de 1958 concorreu com 33,37% registra um "trend" declinante, no período enfocado, alcançando tão somente os níveis de 26,9% em 1963. Ao contrário de São Paulo, porém, em 1964 a participação da Guanabara elevou-se, passando para 27,6%.

Digno de nota, é a flutuação da participação do Estado de Minas Gerais. Passou de 4,9% em 1958 para 6,47% no ano de 1963, caindo para 5,12% em 1964.

É preciso notar, entretanto, que o Estado de Minas Gerais (considerando-se sua produção global e sua população) acusa níveis extremamente baixos na arrecadação nos anos iniciais da série. O acréscimo registrado se não houvesse sofrido solução de continuidade poderia ser atribuído à melhoria do aparelho arrecadador (determinando a redução da taxa da evasão) e à modificação na

estrutura econômica estadual, com a maior participação do setor industrial na formação da renda interna.

Embora não se pretenda estudar em detalhe o comportamento da arrecadação dos demais impostos federais, sêlo e afins, importação e afins e único sôbre energia elétrica aparecem nos quadros nºs 3, 4 e 5 que mostram as receitas totais de cada um dêles discriminadas por algumas unidades da federação, no período 1958/64.

Uma ligeira investigação dos seus números confirma a posição preponderante, ainda, de São Paulo e da Guanabara como os dois estados suportes das finanças federais.

Observe-se por exemplo que mais de 90% do impôsto de importação é arrecadado nos aludidos estados, sendo que em 1964 São Paulo concorreu com 64,9% e a Guanabara com 27,4%.

Quanto ao impôsto único sôbre energia elétrica, a Guanabara contribuiu com 17,6% e São Paulo com 51,4% para o total arrecadado em 1964.

A arrecadação do impôsto de sêlo apresenta característica especial, figurando a Guanabara (quando Distrito Federal) em primeiro lugar e São Paulo em segundo; com a transferência da capital, Brasília, aparece, nos registros da Contadoria Geral da República, liderando a receita do impôsto do sêlo no triênio 1960/1962. Dada a peculiaridade do lançamento e arrecadação dêsse impôsto, a alteração verificada deriva mais do critério do registro adotado para classificar a receita, do que prôpriamente do aumento das operações sujeitas ao tributo no nôvo Distrito Federal.

Interessante notar que, em 1963, um valor reduzidíssimo foi consignado para Brasília enquanto a Guanabara acusa elevado montante superado sômente por São Paulo, que concorreu com 40,1% da arrecadação geral. Já em 1964 a Guanabara retoma sua posição tradicional com 37,0% seguida de São Paulo com 33,0% (Ver Quadro nº 3).

10.4.4 - A Arrecadação Real em alguns Estados

Completando a pesquisa da análise comparativa da arrecadação a prelos deflacionados examina-se a seguir

a sua evolução em alguns Estados.

10.4.4.1 - Evolução da Receita dos Impostos de Consumo e Renda

Entre, 1958 e 1964 a receita do imposto de consumo cresceu nos Estados destacados de um mínimo de 42% (Bahia) a um máximo de 109% (São Paulo) em termos reais, conforme demonstra o quadro abaixo.

ÍNDICES DA ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE CONSUMO

A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

1958 = 100

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1 9 5 9		1 9 6 3		1 9 6 4	
	CORREN- TES	CONS- TANTES	CORREN- TES	CONS- TANTES	CORREN- TES	CONS- TANTES
Pernambuco	140	101	979	153	2,132	173
Bahia	135	98	820	128	1,745	142
Minas Gerais	144	104	1.060	165	2,145	175
Rio de Janeiro	137	99	890	139	1,850	151
Guanabara	125	91	778	134	1,763	143
São Paulo	140	102	1.162	182	2,569	209
Paraná	131	95	882	138	1,758	143
Rio Grande do Sul	128	93	887	138	1.877	153
B R A S I L	136	99	1.063	161	2.227	181

Deflator: Índice Geral Preços da FGV (1953 = 100)

Observe-se que apenas S. Paulo acusou índice superior à média para o Brasil, nos oito Estados pesquisados.

A evolução da receita do imposto em foco em valores absolutos a preços deflacionados é mostrada no Quadro nº 6.

No decênio 1954/1963 Minas Gerais coloca-se em 1º lugar na expansão da receita desse tributo, com o incremento de 208,3%, São Paulo situa-se logo após com ... 184,8% e Estado do Rio, mais distanciado, com 125,15%. A Guanabara registrou um acréscimo de 65,94%.

Se o crescimento da arrecadação do consumo superou nitidamente o índice de depreciação do poder aquisitivo da moeda, o mesmo não se verificou com o imposto de renda. Em muitos Estados o aumento da arrecadação do imposto de renda, no período de 1958-1963 foi insuficiente para co-

brir a elevação inflacionária. O quadro nº 11 expressa a perda de substância da receita desse tributo nos Estados do Nordeste, Rio de Janeiro, Guanabara e Rio Grande do Sul. Apenas São Paulo, Minas Gerais e Paraná registram incremento. O exame retrospectivo do decênio 1954-1963 não altera a posição dos Estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, cujos montantes arrecadados em 1963 são inferiores, se tomados em valores deflacionados, aos de ... 1954, (Ver Quadro nº 7) embora em alguns anos intermediários ocorram superávits reais em relação ao ano inicial.

10.4.4.2 - Receita "Per Capita" dos Impostos de Consumo e Renda

A variação da receita "per capita" dos dois impostos nos Estados em observação refletem obviamente a magnitude de suas arrecadações. Enquanto a contribuição média, a preços deflacionados, aumentou no intervalo 1953/64, para o imposto de consumo, de maneira significativa em certos Estados, o desembolso para o imposto de renda ou foi acrescido, modestamente, ou diminuiu apreciavelmente nos últimos anos na quase totalidade dos Estados. (Ver quadros nºs 12 e 13). Poder-se-ia dividir a tendência da receita "per capita" do imposto de renda em duas fases; na primeira, crescente, abrangendo a 1ª metade do decênio e mesmo até o 6º ano; na segunda, decrescente, tomando a 2ª metade do período.

Quanto ao montante da contribuição "per capita" para o imposto de renda, o Estado da Guanabara assinala o nível mais elevado, equivalendo mesmo a mais do dobro de São Paulo que se situa no 2º posto. (Ver gráfico nº 1).

Para o imposto de consumo não existe essa singularidade da Guanabara, muito embora sua contribuição por habitante seja muito superior à média geral do país e também ocupe a primeira colocação até 1964 (Ver gráfico nº 2).

A receita "per capita", do imposto de renda da Guanabara, representa quase 6 vezes a média geral apurada no país, e a contribuição para o imposto de consumo corresponde a mais de 3 vezes a arrecadação "per capita" calculada para o conjunto dos Estados.

A fim de facilitar o confronto entre os valores reais e nominais, foram preparadas duas súmulas, com-

putando-se os anos extremos. Constituem os quadros resumos abaixo.

EVOLUÇÃO DA RECEITA PER CAPITA
DO IMPÔSTO DE CONSUMO
(Em cruzeiros)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1 9 5 4		1 9 6 3		1 9 6 4	
	NOMI NAL	DEFLAC.	NOMI NAL	DEFLAC.	NOMI NAL	DEFLAC.
Pernambuco	194	152	3.398	231	7,285	259
Bahia	73	57	.812	55	1,700	60
Minas Gerais	63	49	1,835	125	3,628	129
Rio de Janeiro	.183	144	3,334	.227	6,717	.239
Guanabara	1.151	906	18,170	1,240	36,529	1,298
São Paulo	690	543	16,917	1.154	35,755	1.271
Paraná	31	64	1,115	76	1,983	70
Rio Grande do Sul	252	198	4.924	340	10.351	368
BRASIL (TOTAL)	249	196	5.264	359	11.022	398

Deflator (Índice Geral de Preços 1953 = 100)

A receita per capita do impôsto de renda a preços correntes e deflacionados nos anos de 1954 a 1963 pode ser apreciada a seguir:

EVOLUÇÃO DA RECEITA PER CAPITA
DO IMPÔSTO DE RENDA
(Em cruzeiros)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1 9 5 4		1 9 6 3		1 9 6 4	
	NOMI NAL	DEFLAC.	NOMI NAL	DEFLAC.	NOMI NAL	DEFLAC.
Pernambuco	92	72	675	46	1.244	44
Bahia	50	39	.428	29	.894	32
Minas Gerais	91	71	1.503	92	2,309	82
Rio de Janeiro	.110	.86	.998	.68	1,924	.68
Guanabara	1.761	1.386	17,906	1.222	35,552	1.263
São Paulo	611	481	7,947	542	14,154	503
Paraná	127	100	1,359	92	2,421	86
Rio Grande do Sul	278	218	2.886	197	5.755	205
BRASIL (TOTAL)	262	206	3.133	214	6.042	215

Os números dos dois resumos transcritos, além de confronto direto entre a arrecadação nominal e deflacionada, propicia apurar-se quais os estados que acusam aumentos em sua contribuição "per capita".

Constata-se, quanto ao imposto de consumo, o avanço notável do Estado de Minas Gerais, cujo índice real elevou-se de mais de duas vezes e meia e a posição de São Paulo que duplicou no mesmo intervalo a receita por habitante a preços deflacionados. Na Guanabara notou-se um aumento menos expressivo: de 906 cruzeiros para 1.298 .. cruzeiros.

A receita real, "per capita", do imposto de renda assinala redução entre o primeiro e o último ano da série nos estados observados, com exceção de Minas Gerais e São Paulo. O acréscimo para o país foi insignificante, de 206 cruzeiros para 215.

O Estado de Minas Gerais que registrou um incremento de 30% na contribuição real "per capita" em 1963, assinalou, em 1964, um índice inferior ao daquele ano. A arrecadação "per capita" do imposto de renda, em São Paulo, declinou, em termos reais, de 8% entre 1963 e 1964.

O apreciável crescimento verificado na arrecadação em Minas Gerais em 1963, se assinalasse regularidade, poderia ser atribuído à melhoria do processo de controle e fiscalização dos impostos, que teria determinado a diminuição da evasão fiscal. Por outro lado, a alteração operada na estrutura da economia do Estado, com a implantação de grandes unidades industriais e o desenvolvimento do parque da indústria de transformação, deveria contribuir, inegavelmente, para o aumento da receita dos impostos de consumo e renda. Ainda assim é bastante baixo o índice da receita per capita desse Estado em relação à média purada para o país.

10.4.5 - A Receita Tributária e a Renda Interna

Seria de grande significação uma pesquisa do comportamento da receita tributária dos estados em correlação com a renda interna. A desatualização das séries das contas nacionais, que não são publicadas pela Fundação Getúlio Vargas, desde 1960, torna impossível examinar-se

a compatibilidade fiscal dos Estados em função dos índices macroeconômicos nos anos mais recentes. Perderia portanto, muito de sua utilidade, uma investigação que não ultrapasse 1960.

Face à limitação anotada procedeu-se a um ligeiro exame do quadro nº 14 que contempla o desenvolvimento da imposição fiscal nos sete estados tomados para estudo em comparação com a Guanabara, no período 1954/60.

Acentou-se nitidamente o ônus fiscal em relação à renda interna em tôdas as unidades da Federação, excetuando-se o ex-Distrito Federal, que registrou uma tendência estacionária.

São Paulo e Rio Grande do Sul destacam-se como os Estados em que se registrou o maior crescimento relativo da carga fiscal.

Esse aumento do coeficiente da receita tributária não deveria refletir tão somente a ampliação do campo de incidência ou o maior gravame dos tributos, mas correspondia a:

- 1ª - crescimento econômico real na respectiva área;
- 2ª - transformação estrutural - processando-se gradual aumento da participação dos setores secundário (indústria) e terciário (serviços, comércio em geral, etc.), na formação da contribuição relativa do setor primário (agricultura e atividades afins);
- 3ª - reformulação da política tributária, adotando, entre outras medidas, a aplicação intensiva dos impostos de mais elevada produtividade fiscal;
- 4ª - melhoria do processo de arrecadação e do controle do pagamento do imposto.

A posição estacionária da Guanabara poderia ser explicada pelos motivos abaixo, que influenciaram, de forma concomitante ou não, o comportamento da receita do Estado:

- 1ª - relativa estratificação de sua estrutura econômica, não ocorrendo no período maiores transformações, mantendo-se o setor terciário como o predominante;
- 2ª - o campo fiscal já está bastante explorado sem condições de oferecer fontes adicionais de recursos pela sua saturação;

Quadro nº 1

Arrecadação do Imposto de Consumo em Alguns Estados
(Cr\$ 1 000)
1958/1964

ESTADOS	1958			1959			1960			1961		
	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior
Pernambuco	1 521 742	3,9	20,87	2 135 667	4,0	40,34	3 233 142	3,9	50,39	4 911 081	4,0	51,90
Bahia	632 069	1,6	28,87	878 705	1,6	35,86	1 368 767	1,6	59,40	1 891 150	1,5	38,16
Minas Gerais	1 810 938	4,6	30,15	2 612 242	4,9	44,25	4 180 107	5,0	60,02	5 944 920	4,9	42,22
Rio de Janeiro	1 435 002	3,6	32,87	1 973 795	3,7	37,54	2 795 159	3,4	38,47	3 870 422	3,2	38,47
Guanabara	7 751 173	19,6	24,31	9 759 181	18,1	25,90	14 759 554	17,7	51,24	22 187 590	18,0	50,33
São Paulo	20 634 212	52,2	33,45	29 076 992	54,0		46 010 324	55,1	58,24	68 025 159	55,1	47,85
Paraná	634 216	1,6	29,51	832 109	1,6	31,20	1 117 450	1,3	34,29	1 615 338	1,3	44,55
Rio Grande do Sul	3 323 574	8,4	25,59	4 270 550	7,9	28,49	6 451 022	7,7	51,06	9 311 561	7,6	44,34
Outros	1 775 162	4,5	24,44	2 298 012	4,2	95,55	3 599 312	4,3	56,63	4 932 924	4,4	37,05
Brasil	39 518 088	100,0	29,65	53 837 283	100,0	36,23	83 514 846	100,0	55,12	122 690 145	100,0	66,91

FONTE: Contadoria Geral da República.

Quadro nº 1 (Conclusão)

ESTADOS	1962				1963				1964			
	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior
Pernambuco	6 203 005	1,0	67,17	14 904 955	3,7	65,59	32 442 318	3,7	177,66			
Bahia	2 659 365	1,4	51,20	5 184 603	1,3	61,32	11 027 905	1,3	112,70			
Minas Gerais	10 137 724	5,0	70,53	18 199 521	4,7	89,39	36 610 573	4,4	102,30			
Rio de Janeiro	6 317 795	3,1	65,23	12 784 839	3,1	102,36	26 545 633	3,0	107,63			
Guanabara	34 525 260	16,9	56,31	66 290 111	16,2	92,00	136 618 094	15,5	106,09			
São Paulo	116 132 445	56,8	70,72	239 630 656	50,8	106,51	530 046 677	60,2	121,0			
Paraná	2 545 872	1,2	57,60	5 603 682	1,4	120,10	11 151 319	1,3	99,0			
Rio Grande do Sul	15 400 039	7,5	65,67	29 505 879	7,2	91,49	62 393 219	7,1	111,46			
Outros	8 103 749	4,1	61,29	15 760 657	3,6	91,49	30 934 915	3,5	96,28			
Brasil	204 239 074	100,0	61,67	408 065 203	100,0	99,60	880 001 953	100,0	115,65			

FONTE: Contadoria Geral da República.

Quadro nº 2

Arrecadação do Imposto de Renda em Alguns Estados

(Cr\$ 1.000)

1958/1964

ESTADOS	1958			1959			1960			1961		
	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior	Valor Absoluto	% do Total	Incrmento em relação ao ano anterior
Fornambucc	675 143	2,1	0,61	784 931	1,7	16,26	996 578	1,6	26,96	1 309 510	1,6	31,40
Bahia	499 106	1,5	19,46	723 951	1,6	45,05	999 873	1,6	38,11	1 311 604	1,6	31,17
Minas Gerais	1 589 320	4,9	18,56	2 749 252	5,9	72,98	4 128 926	6,6	50,18	5 720 084	6,6	38,53
Rio de Janeiro	672 111	2,1	16,91	858 266	1,9	27,69	1 094 436	1,8	27,51	1 475 477	1,8	34,81
Guanabara	10 427 136	33,7	25,05	14 986 474	32,3	43,72	18 845 651	30,3	25,75	23 474 295	28,0	24,56
São Paulo	12 583 867	39,5	15,61	19 170 490	41,3	52,34	26 249 819	42,2	36,92	36 105 947	43,1	37,54
Paraná	766 855	2,4	18,70	1 117 914	2,4	45,77	1 646 298	2,7	47,26	2 312 399	2,8	40,46
Rio Grande do Sul	2 709 981	8,7	6,64	3 455 153	7,4	27,49	4 436 072	7,1	28,39	5 547 774	6,6	25,06
Outros	1 916 743	5,1	18,88	2 518 245	15,5	31,38	3 836 316	6,1	52,34	6 421 735	7,7	67,39
Brasil	31 840 262	100,0	17,90	46 364 676	100,0	45,62	62 203 969	100,0	34,16	33 678 825	100,0	34,52

Fonte: Contadoria Geral da República.

Quadro nº 2 (Conclusão)

ESTADOS	1962			1963			1964		
	Valor Absoluto	% do Total	Incr-mento em re-lação ao ano ante-rior	Valor Absoluto	% do Total	Incr-mento em re-lação ao ano ante-rior	Valor Absoluto	% do Total	Incr-mento em re-lação ao ano ante-rior
Pernambuco	1 466 688	1,3	12,00	2 962 803	1,2	102,00	5 540 387	1,2	87,0
Bahia	1 389 043	1,2	5,90	2 737 581	1,1	97,08	5 759 649	1,2	111,85
Minas Gerais	7 405 597	6,4	26,46	15 726 002	6,5	112,35	24 719 163	5,1	57,19
Rio de Janeiro	1 383 103	1,7	27,62	3 828 129	1,6	103,28	7 604 413	1,6	98,65
Guanabara	32 020 872	27,7	36,40	65 328 105	26,9	104,01	132 966 585	27,6	103,54
São Paulo	51 171 897	44,3	1,73	112 664 696	46,4	120,10	209 827 594	43,5	86,24
Paraná	3 442 833	3,0	48,88	6 327 961	2,8	98,32	13 620 738	2,8	99,48
Rio Grande do Sul	7 682 406	6,7	38,49	17 087 845	7,0	122,39	34 691 475	7,2	103,02
Outros	9 101 800	7,7	41,73	15 700 737	6,3	72,50	43 144 653	9,3	206,64
Brasil	115 565 239	100,0	38,11	242 863 359	100,0	110,15	482 414 657	100,0	98,64

Arrecadação do Imposto de Sêio e Afins em Alguns Estados

(C\$ 1 000)

1948/1964

ESTADOS	1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964	
	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total
Paraná	130 097	1,5	240 442	1,4	351 284	1,4	501 454	1,4	993 127	1,5	1 779 956	1,9	4 054 522	2,2
Minas Gerais	267 452	2,2	343 258	1,9	458 790	1,8	612 967	1,7	1 130 054	1,9	2 388 668	2,6	5 489 364	2,9
Estado de São Paulo	635 632	5,3	873 008	4,9	1 267 222	5,0	1 650 492	4,6	2 316 293	4,6	4 827 729	5,3	10 458 295	5,6
Estado de Rio de Janeiro	237 237	2,0	312 395	1,8	427 20	1,7	634 005	1,8	997 437	1,6	1 605 347	1,8	3 520 122	1,9
Estado de Pernambuco	5 712 701	47,3	8 986 565	50,4	4 523 214	17,8	5 706 289	15,8	10 333 879	17,0	29 171 927	31,8	69 599 971	37,0
Estado do Rio Grande do Sul	3 491 554	28,9	4 996 738	28,0	7 443 925	29,2	10 114 890	28,1	19 645 388	32,3	36 803 294	40,1	62 012 281	33,0
Estado do Rio Grande do Norte	344 907	2,9	536 832	3,1	866 072	3,4	1 057 431	2,9	2 230 647	3,7	3 684 827	4,0	7 654 506	4,1
Estado do Rio de Janeiro	599 765	5,0	750 082	4,2	993 504	3,5	1 347 813	3,7	2 630 054	4,3	5 070 468	5,5	10 803 119	5,8
Estado do Rio de Janeiro	599 182	4,9	788 126	4,3	9 136 820	35,8	14 424 728	40,0	19 939 673	33,0	6 457 728	6,8	14 415 522	7,5
Totais	12 068 527	100,0	17 827 446	100,0	25 468 851	100,0	36 052 369	100,0	60 716 552	100,0	91 789 944	100,0	188 007 641	100,0

Quadro nº 4

Arrecadação do Imposto de Importação e Afins em Alguns Estados

(Em 1 000)

1958/1964

ESTADOS	1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964	
	Valor Absoluto	% do total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total
PERNAMBUCO	309 482	2,4	393 911	2,1	364 731	1,8	466 582	1,3	771 603	1,3	1 386 774	1,6	1 908 424	1,5
BÁHIA	147 232	1,1	162 382	0,8	206 405	0,9	158 136	0,4	410 000	0,7	587 129	0,7	952 160	0,8
CIDADES GERAIS	4 334	0,0	2 162	0,0	9 481	0,0	10 123	0,0	11 769	0,0	14 671	0,0	34 689	0,0
RIO DE JANEIRO	163	0,0	34 841	0,2	18 067	0,1	19 166	0,1	29 005	0,1	132 734	0,2	90 676	0,1
GUANABARA	3 918 298	30,3	5 265 301	27,6	5 847 270	26,5	8 965 710	25,1	14 807 254	25,4	24 816 481	28,6	34 178 006	27,5
SÃO PAULO	7 857 921	60,8	12 369 210	64,7	14 752 795	67,9	24 461 320	68,5	39 747 455	68,2	55 782 095	64,2	80 738 669	64,9
PARANÁ	50 891	0,4	61 281	0,3	60 540	0,3	91 768	0,3	204 613	0,4	429 615	0,5	347 585	0,3
RIO GRANDE DO SUL	466 256	3,6	605 849	3,2	590 618	2,7	1 286 874	3,6	2 000 184	3,4	2 919 325	3,4	4 599 774	3,7
OUTROS	170 307	1,4	218 891	1,1	161 743	0,7	256 371	0,7	427 565	0,7	741 306	0,8	1 551 324	1,2
BRASIL	12 924 834	100,0	19 113 828	100,0	22 031 650	100,0	35 715 750	100,0	58 405 440	100,0	86 810 130	100,0	124 401 307	100,0

Quadro nº 4

Arrecadação do Imposto de Importação e afins em alguns Estados

(em 1 000)

1958/1964

ESTADOS	1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964	
	Valor absoluto	% do total	Valor absoluto	% do Total	Valor absoluto	% do Total	Valor absoluto	% do Total	Valor absoluto	% do Total	Valor absoluto	% do Total	Valor absoluto	% do Total
PERNAMBUCO	309 482	2,4	393 911	2,1	364 731	1,8	466 582	1,3	771 605	1,3	1 386 774	1,6	1 908 424	1,5
B.A.H.A.	147 232	1,1	162 382	0,8	206 405	0,9	158 136	0,4	410 000	0,7	587 129	0,7	952 160	0,8
MINAS GERAIS	4 334	0,0	2 162	0,0	9 481	0,0	10 123	0,0	11 759	0,0	14 671	0,0	34 689	0,0
RIO DE JANEIRO	163	0,0	34 841	0,2	18 067	0,1	19 166	0,1	29 005	0,1	132 734	0,2	90 676	0,1
GUARANABARA	3 918 298	30,3	5 265 301	27,6	5 847 270	26,5	8 965 710	25,1	14 807 254	25,4	24 816 481	28,6	34 178 006	27,5
SÃO PAULO	7 857 921	60,8	12 369 210	64,7	14 752 795	67,0	24 461 320	68,5	39 747 455	68,2	55 782 095	64,2	80 738 669	64,9
PARANÁ	50 891	0,4	61 281	0,3	60 540	0,3	91 768	0,3	204 613	0,4	429 615	0,5	347 585	0,3
RIO GRANDE DO SUL	466 256	3,6	605 849	3,2	590 618	2,7	1 286 874	3,6	2 000 184	3,4	2 919 325	3,4	4 599 774	3,7
OUTROS	170 307	1,4	218 091	1,1	161 743	0,7	256 071	0,7	423 565	0,7	741 306	0,8	1 551 324	1,2
S.R.-SIL	12 924 834	100,0	19 113 828	100,0	22 051 650	100,0	35 715 750	100,0	58 405 440	100,0	86 810 130	100,0	124 401 307	100,0

Atribuição do Imposto Único Sobre Energia Elétrica em Alguns Estados

(em \$ 1 000)

1958/1964

ESTADOS	1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964	
	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total	Valor Absoluto	% do Total
PE. PERNAMBUCO	2 404	0,2	37 433	2,5	43 740	2,6	58 305	2,7	58 350	2,7	350 733	2,9	1 052 339	3,2
B. BAHIA	23 217	1,7	26 573	1,8	29 109	1,7	33 470	1,8	37 309	1,7	197 732	1,7	609 375	1,9
MINAS GERAIS	147 013	10,6	171 111	11,5	190 822	11,2	214 803	11,2	248 547	11,5	1 268 679	10,6	3 549 836	10,9
RIO DE JANEIRO	91 718	6,6	104 130	7,0	118 270	7,0	136 711	7,1	145 505	6,7	484 630	4,1	973 806	3,0
GOIABARA	230 920	16,6	252 397	17,0	270 889	16,0	294 134	15,4	284 474	13,1	2 023 956	17,0	5 754 936	17,6
S. PAULO	707 614	51,0	750 369	50,5	871 077	51,3	962 419	50,3	1 068 580	49,3	6 360 310	53,4	16 766 495	51,4
P. PARANÁ	35 957	2,6	40 510	2,7	45 726	2,7	55 746	2,9	61 626	2,8	333 760	2,8	855 470	2,6
RIO GRANDE DO SUL	64 352	4,7	30 096	2,6	58 687	3,5	69 378	3,5	141 243	6,5	262 454	2,2	1 078 757	3,3
OUROS	54 228	6,0	64 688	4,4	70 470	4,0	94 747	5,1	121 145	5,7	646 458	5,3	1 978 295	6,1
BRASIL	1 387 419	100,0	1 435 127	100,0	1 698 790	100,0	1 914 213	100,0	2 166 787	100,0	11 937 212	100,0	32 619 309	100,0

ARRECADÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO EM ALGUNS ESTADOS

Preços de 1953

(em 1 000)

1954/63

ESTADOS	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
FERNAMBUCO	561 506	595 222	588 616	623 228	664 516	675 843	794 383	878 547	967 948	1 017 403
PARANÁ	302 791	270 816	246 060	242 800	276 012	271 742	336 306	338 309	337 191	353 597
MINAS GERAIS	425 069	476 852	585 833	688 829	790 802	826 658	1 027 053	1 063 491	1 195 486	1 310 547
CIDADE DE JANEIRO	397 586	394 143	496 558	534 668	626 630	624 618	686 771	692 283	745 022	872 503
GOIABARA	2 458 839	2 314 702	2 581 998	3 086 614	3 384 791	3 088 348	3 626 426	3 951 268	4 071 375	4 524 922
PÃO DE AZÚCAR	5 748 372	6 052 399	6 627 727	7 654 719	9 010 572	9 291 579	11 304 747	12 169 080	13 694 865	16 370 505
PARANÁ	176 880	167 481	189 198	242 422	276 950	263 325	249 989	288 969	300 220	382 503
RIO GRANDE DO SUL	926 569	1 032 762	1 129 503	1 300 116	1 351 342	1 351 439	1 585 017	1 665 753	1 816 985	2 014 053
TOTAL BRASIL	11 450 062	11 776 670	12 987 678	15 089 599	17 256 807	17 037 115	20 519 618	21 948 148	24 084 796	27 854 280

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA

NOTA: O deflator utilizado foi o índice geral de preços da F.G.V.

ARRECAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA EM ALGUNS ESTADOS

Preços de 1953

(C\$ 1.000)

1955/64

ESTADOS	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
PERNAMBUCO	279 222	334 758	551 538	294 822	248 395	244 859	234 259	172 958	202 245	196 887
PÁLIA	257 270	232 610	206 823	217 950	229 098	245 669	234 633	163 802	186 865	206 100
MINAS GERAIS	666 365	670 139	663 569	694 026	870 016	1 014 478	1 023 270	873 302	967 924	878 455
RIO DE JANEIRO	252 075	265 689	284 595	293 498	271 603	268 903	263 949	222 064	261 305	270 235
JUANAARA	3 820 281	4 108 155	4 127 713	4 553 334	4 742 555	4 630 381	4 199 337	3 776 046	4 459 256	4 725 181
SÃO PAULO	5 492 050	5 724 160	5 379 012	5 495 138	6 066 610	6 449 586	6 459 024	6 034 775	7 690 423	7 456 560
PARANÁ	314 297	370 035	319 817	334 871	353 770	404 495	413 667	405 994	466 072	484 035
RIO GRANDE DO SUL	1 199 502	1 328 689	1 258 032	1 222 699	1 093 402	1 089 943	992 446	906 062	1 166 405	1 232 817
TOTAL BRASIL	13 009 343	13 849 692	13 369 292	13 904 045	14 672 366	15 283 530	14 969 378	13 627 979	16 577 738	17 140 921

UNIL DOS DADOS ORÇAMENTAIS: CONTABILIDADE GERAL DA REPÚBLICA

NOTA: O deflador utilizado foi o índice geral de preços da F.G.V.

ARRECAÇÃO DO IMPÔSTO DE CONSUMO
EM ALGUNS ESTADOS

NÚMEROS ÍNDICES: 1958=100
1959/64

Quadro nº 8

ESTADOS	A N O S					
	1959	1960	1961	1962	1963	1964
PERNAMBUCO	140	212	322	539	979	2 132
BAHIA	135	216	299	452	820	1 745
MINAS GERAIS	144	230	328	559	1 060	2 145
RIO DE JANEIRO	137	194	269	440	890	1 850
GUANABARA	125	190	284	445	778	1 763
SÃO PAULO	140	222	329	562	1 162	2 569
PARANÁ	131	176	254	401	883	1 758
RIO GRANDE DO SUL	128	194	280	463	887	1 877
BRASIL	136	211	310	517	1 033	2 227

FONTE: Dados originais da Contadoria Geral da República.

ARRECAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA
EM ALGUNS ESTADOS

NÚMEROS ÍNDICES: 1958=100

1959/64

Quadro nº 9

ESTADOS	A N O S					
	1959	1960	1961	1962	1963	1964
PERNAMBUCO	116	147	193	217	438	821
BAHIA	145	200	262	278	543	1 162
MINAS GERAIS	172	259	359	465	892	1 555
RIO DE JANEIRO	127	162	219	200	569	1 131
GUANABARA	143	180	225	307	626	1 275
SÃO PAULO	152	206	286	406	895	1 667
PARANÁ	145	214	301	448	890	1 776
RIO GRANDE DO SUL	123	156	198	274	610	1 280
BRASIL	146	195	263	363	763	1 515

FONTE: Dados originais da Contadoria Geral da República.

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO

EM ALGUNS ESTADOS

Preços constantes
NÚMEROS ÍNDICES: 1958=100

1959/64

Quadro nº 10

ESTADOS	A N O S					
	1959	1960	1961	1962	1963	1964
PERNAMBUCO	101	119	132	145	153	173
BAHIA	98	121	122	122	128	142
MINAS GERAIS	104	129	134	151	165	175
RIO DE JANEIRO	99	109	110	118	139	151
GUANABARA	91	107	117	120	134	143
SÃO PAULO	102	125	135	151	182	209
PARANÁ	95	90	104	108	138	143
RIO GRANDE DO SUL	93	109	114	125	138	153
BRASIL	99	119	127	140	161	181

NOTA: O deflator utilizado foi o índice geral de preços da F.G.V.

ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA
EM ALGUNS ESTADOS

NÚMEROS ÍNDICES: 1958 =100

1959/64

Quadro nº 11

ESTADOS	A N O S					
	1959	1960	1961	1962	1963	1964
PERNAMBUCO	84	83	79	58	68	67
BAHIA	105	112	107	75	85	95
MINAS GERAIS	125	146	147	125	139	127
RIO DE JANEIRO	92	91	89	75	89	92
GUANABARA	104	101	92	82	97	104
SÃO PAULO	110	117	117	109	140	136
PARANÁ	105	120	123	121	139	145
RIO GRANDE DO SUL	89	89	81	74	95	101
BRASIL	106	110	108	98	119	123

NOTA: O deflator utilizado foi o índice geral de preços da F.G.V.

IMPOSTO DE CONSUMO

ARRECADACÃO PER CAPITA EM DOLHENS ESTADOS

Preços de 1953 (Cr\$)

1954/64

Quadro nº 12

ESTADOS	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
PERNAMBUCO	152	159	154	160	167	167	192	208	225	231	259
BAHIA	57	50	44	43	48	46	56	55	53	55	60
MINES GERAIS	49	54	64	74	83	85	104	106	116	125	129
RIO DE JANEIRO	144	140	170	176	199	190	201	195	202	227	239
GULANABARA	906	825	891	1 030	1 093	965	1 096	1 156	1 153	1 240	1 298
SÃO PAULO	543	551	581	647	740	533	871	910	994	1 154	1 271
PARANÁ	64	56	59	71	76	68	60	65	63	76	70
RIO GRANDE DO SUL	198	215	228	258	278	251	290	297	315	340	368
B R A S I L (TOTAL)	196	196	210	237	262	252	289	300	320	359	392

IMPOSTO DE RENDA
ARRECADAÇÃO PER CAPITA EM ALGUNS ESTADOS
Preços de 1953 (C\$)

1954/63

Quadro nº 13

ESTADOS	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
PERNAMBUCO	72	74	87	85	74	61	59	55	40	46
BAHIA	39	47	42	36	38	89	41	38	26	29
MINAS GERAIS	71	75	74	72	73	90	103	102	85	92
RIO DE JANEIRO	86	90	91	94	93	82	79	74	60	68
GUANABARA	1 386	1 362	1 418	1 378	1 471	1 482	1 400	1 229	1 069	1 222
SÃO PAULO	481	500	502	455	451	483	497	483	438	542
PARANÁ	100	106	117	94	92	91	98	93	86	92
RIO GRANDE DO SUL	218	250	269	247	234	203	200	177	157	197
B R A S I L (TOTAL)	206	216	224	209	211	217	215	205	181	214

Quadro nº 14

Evolução da Receita Tributária em Relação à Renda Interna

(Orç 1 000 000)

1953/60

ANOS	PERNAMBUCO			BAHIA			MINAS GERAIS			RIO DE JANEIRO		
	A Renda Interna	B Receita Tributária	B/A %	A Renda Interna	B Receita Tributária	B/A %	A Renda Interna	B Receita Tributária	B/A %	A Renda Interna	B Receita Tributária	B/A %
1953	12 376	657	5,10	15 172	753	4,96	41 376	2 257	5,45	16 049	959	5,95
1954	16 014	830	5,23	20 842	1 315	6,31	52 780	2 777	5,26	19 549	1 209	6,18
1955	19 315	1 280	6,67	24 985	1 589	6,36	65 405	3 711	5,67	24 912	1 710	6,66
1956	25 451	1 512	5,94	30 595	1 721	5,63	83 434	4 198	5,03	34 122	2 264	6,69
1957	32 369	2 235	6,90	37 041	2 168	5,91	100 229	5 191	5,18	40 132	2 893	6,98
1958	39 140	2 474	6,32	45 741	2 803	6,13	109 879	6 623	6,03	49 233	3 674	7,62
1959	51 557	3 161	6,13	62 617	3 709	5,92	145 809	8 802	6,72	65 034	5 234	8,04
1960	66 993	4 936	6,37	89 340	5 301	5,93	186 093	13 331	7,49	66 599	7 803	9,01

FONTE: Fundação Getúlio Vargas (Renda Interna) o Conselho Técnico da Economia e Finanças (Receita Tributária).

Quadro nº 14 (Conclusão)

ANOS	GUANABARA			SÃO PAULO			PARANÁ			RIO GRANDE DO SUL		
	A Renda Interna	B Receita Tributá- ria	B/ A %	A Renda Interna	B Receita Tributá- ria	B/ A %	A Renda Interna	B Receita Tributá- ria	B/ A %	A Renda Interna	B Receita Tributá- ria	B/ A %
1953	51 777	4 176	8,07	122 163	9 247	7,57	19 623	1 140	5,81	34 456	2 136	6,20
1954	65 673	5 245	7,99	158 435	13 244	8,36	21 289	1 432	6,73	44 273	2 730	6,17
1955	82 237	6 171	7,50	194 380	16 524	8,50	33 395	1 934	5,79	57 843	3 351	5,79
1956	109 948	8 689	7,90	233 909	21 734	9,30	33 923	2 431	7,17	75 958	4 835	6,37
1957	125 853	10 089	8,02	278 977	26 086	9,35	44 957	2 890	6,43	86 027	6 460	7,51
1958	159 291	14 124	8,87	345 835	33 555	9,56	60 608	3 717	6,19	97 376	7 723	7,93
1959	207 962	16 558	7,96	457 880	56 661	12,37	88 517	6 053	6,84	123 794	11 674	9,06
1960	257 837	21 297	8,26	617 605	60 525	13,04	126 841	8 984	7,08	175 106	17 640	10,07

FONTE: Fundação Getúlio Vargas (Renda Interna) e Conselho Técnico de Economia e Finanças (Receita Tributária).

GRÁFICO Nº1

GUANABARA

EVOLUÇÃO DA RECEITA PER-CAPITA DO IMPÔSTO DE CONSUMO EM ALGUNS ESTADOS

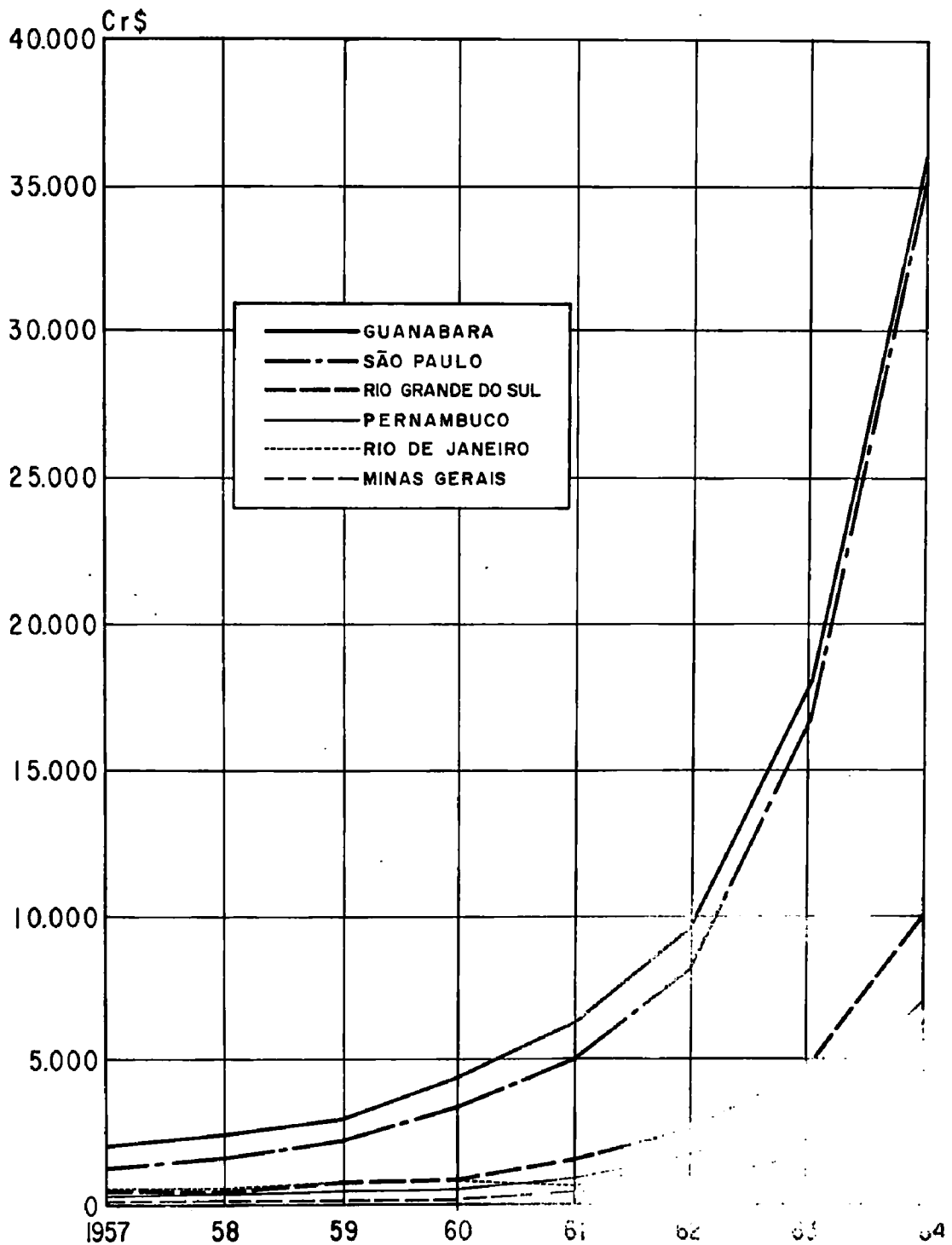
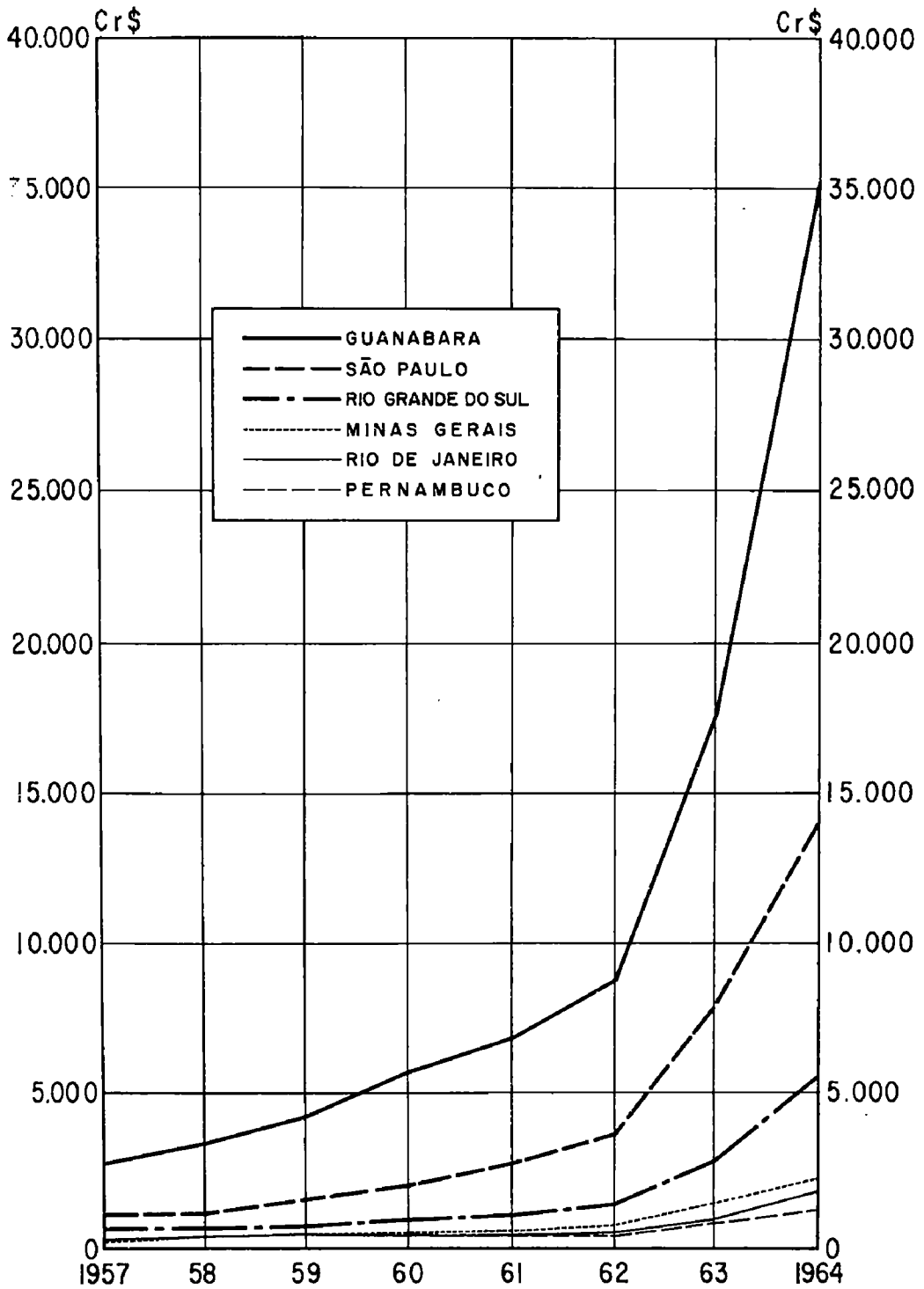


GRÁFICO Nº 2

GUANABARA

EVOLUÇÃO DA RECEITA PER-CAPITA DO IMPÔSTO DE RENDA EM ALGUNS ESTADOS



11 - SERVIÇOS PÚBLICOS

11.1 - Água e Esgoto

Conquanto a oferta de água no Estado seja geralmente adequada e um grande plano que cobrirá suas necessidades até o ano de 1994 esteja praticamente concluído, existem certas partes do território carioca que ainda sofrem de escassez no abastecimento, especialmente no verão. Algumas das principais áreas do Estado, com alto crescimento populacional, sofrem, muitas vezes, severa restrição em seu abastecimento, devido a insuficiência de reservatórios e estações de bombeamento,

O sistema de esgotos do Estado cobria, em 1962, somente uma área de 90 km², servindo a cerca de 1,5 milhões de pessoas. Desta área, apenas 15% é servida por esgotos sanitários, enquanto o restante é servido por um sistema combinado de drenagem e esgotagem.

Nas áreas não servidas por redes de esgotos, são utilizados o sistema de drenagem, o escoamento de dejetos através dos rios, fossas, etc. Os principais problemas existentes têm como causas, o fato que o sistema da Guanabara foi inicialmente construído como um sistema parcialmente separado e que serve como escoamento, não só dos dejetos, mas, ainda, à água proveniente das partes internas das habitações.

11.2 - Serviço telefônico

Não obstante a exploração do serviço telefônico no Estado, ter-se iniciado, praticamente, a partir da invenção do telefone, dispunha-se, no território carioca, em 1960, de um telefone para cada dez habitantes.

O Governo Estadual, dada a impossibilidade de expansão de companhia que então explorava o serviço telefônico do Estado, viu-se na contingência de criar uma Sociedade de Economia Mixta, em que participariam o Estado e os próprios usuários do serviço (CETEL).

Esta Sociedade somente poderia operar numa parte do território, ou seja, a área não servida pela concessionária.

Já que se via impedido de atender a todo o Estado, o projeto aprovado pelo Governo objetivou proporcionar um moderno sistema telefônico a uma vasta área (1.036 km²), onde se localiza grande número de indústrias e um terço da população.

Os problemas resultantes das deficiências dos serviços telefônicos no Estado, que há muitos anos vêm concorrendo para perturbar o fluxo normal de todas as atividades, em breve estarão eliminados em 89% do seu território, beneficiando mais de 1,2 milhões de pessoas.

Esse empreendimento constituirá mais um fator de atração para a localização de novas indústrias nessa área, particularmente, na zona de Santa Cruz.

Em síntese, o empreendimento compreende a construção de um sistema telefônico que possibilitará a instalação inicial de 14 mil terminais. É importante salientar, que todos os prédios das centrais, bem como as redes locais e os troncos foram projetados para receber até 200 mil terminais e está prevista ampliação do sistema, em uma segunda etapa, para 50 mil.

O sistema conta com nove centrais telefônicas, além de uma subestação auxiliar, que, em conjunto, somam 14.020 m² de área construída.

A atual situação do serviço telefônico do Estado é sintetizado no quadro 11.2.1.

QUADRO 11.2.1 .

Quadro 11.2.1

GUANABARA

SERVIÇO TELEFÔNICO

1960/64

ESPECIFICAÇÃO	1960	1961	1962	1963	1964
Número de Estações	33	33	33	33	33
Linhas existentes	233 215	233 480	236 922	238 611	239 782
Extensão das linhas (km)	1 895 056	1 901 894	1 933 948	1 966 569	1 979 153
Linhas troncos	12 804	12 756	12 809	12 863	12 971
Telefones existentes	330 853	346 222	353 510	358 456	364 386
Média diária de chamadas locais	5 802 403	5 898 237	6 020 691	6 070 666	6 092 993

FONTE: Secretaria do Governo - Coordenação de Planos e Orçamento - Est. da Guanabara.